



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Entidade das Contas e Financiamentos Políticos

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA – PPD/PSD

Relatório da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos (ECFP) relativo às contas do Partido Social Democrata (PPD/PSD) referentes ao ano de 2011

A. Considerações Gerais. Metodologia adotada.

1. O presente Relatório da ECFP contém as conclusões dos trabalhos de revisão, efetuados com aplicação de procedimentos de auditoria, às contas do **Partido Social Democrata**, doravante referido por **PSD** ou apenas por Partido, referentes ao ano de 2011. Deste Relatório constam as questões suscitadas face aos resultados da auditoria, nos termos do n.º 1 do artigo 30.º da Lei Orgânica n.º 2/2005, de 10 de janeiro.

2. Os procedimentos de auditoria adotados na Revisão às Demonstrações Financeiras referentes ao ano de 2011 do PSD contemplaram dois trabalhos distintos mas complementares:
 - (i) Aplicação de técnicas de revisão analítica às principais rubricas das Demonstrações Financeiras;

 - (ii) Aplicação pela sociedade AB – António Bernardo, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Unipessoal, Lda. (AB – António Bernardo), de procedimentos limitados de auditoria, de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas aplicáveis a exames simplificados, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de

segurança moderado sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame simplificado consistiu na: (i) obtenção de confirmação de saldos e outras informações por parte de entidades cujos saldos / transações foram considerados relevantes; (ii) verificação do cumprimento do regime contabilístico de tratamento das receitas e despesas, designadamente no que diz respeito à aplicação, com as devidas adaptações, dos princípios aplicáveis do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e, em especial, à verificação da discriminação das receitas e despesas incorridas; (iii) análise da legalidade e conformidade dos documentos de receitas e dos documentos de despesas; (iv) verificação do pagamento das despesas e do recebimento das receitas; (v) aplicação de outros procedimentos de verificação e análise que permitiram verificar o grau de cumprimento por parte do Partido de diversos preceitos legais, nomeadamente da Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, doravante designada apenas por L 19/2003, da Lei Orgânica n.º 2 /2005, de 10 de janeiro, adiante designada por LO 2/2005 e da Lei n.º 55/2010, de 24 de dezembro, adiante referida apenas por L 55/2010.

Não foi efetuado trabalho de auditoria relativamente às contas do Grupo Parlamentar do PSD da Assembleia da República e dos Grupos Parlamentares do Partido nas Assembleias Legislativas da Região Autónoma dos Açores e da Região Autónoma da Madeira.

3. A ECFP verificou que o PSD anexou às contas do Partido as contas do Grupo Parlamentar do PSD da Assembleia da República. A ECFP não auditou estas contas, pelo que não se pronuncia por eventuais irregularidades ou ilegalidades das mesmas.

Com efeito, a ECFP não dispõe de competência legal própria para o efeito, cabendo ao Tribunal Constitucional pronunciar-se sobre a eventual inconstitucionalidade do novo n.º 8 do artigo 5.º da L 19/2003, na redação dada pela L 55/2010.

Não obstante, a ECFP entende que o PSD cumpriu o n.º 8 do artigo 12.º da L 19/2003, na redação da L 55/2010, na parte em que procedeu à anexação das contas do Grupo Parlamentar da AR às contas nacionais.

Quanto às contas dos Grupos Parlamentares do Partido da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira e da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o PSD anexou também as respetivas contas, tendo optado por não consolidar as contas dos seus Grupos Parlamentares da ALRAM e da ALRAA nas estruturas regionais do Partido.

Por outro lado, as contas consolidadas do PSD compreendem a integração das contas das Estruturas Regionais dos Açores e da Madeira do Partido, as quais, porém, integram receitas relativas a subvenções atribuídas pelas Assembleias Regionais dos Açores e da Madeira aos Grupos Parlamentares da ALRAA (252.000 euros) e da ALRAM (no total de 3.247.144 euros) (ver Ponto 14 da Secção C deste Relatório).

4. O Relatório que a ECFP envia à apreciação do **PSD**, para além de apresentar, na Secção B, uma análise das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, sintetiza, na Secção C, as limitações constatadas/situações de impossibilidade de conclusão, erros ou incumprimentos detetados em resultado do trabalho de análise efetuado pela ECFP e por AB – António Bernardo às contas da atividade do PSD em 2011. Na Secção D são apresentadas as Conclusões formais do trabalho e na Secção E é apresentada uma Ênfase, no âmbito das Conclusões.
5. A ECFP solicita ao PSD que comente cada um dos Pontos cujas conclusões são sinteticamente apresentadas na Secção C deste Relatório da ECFP. Se não for facultada documentação adicional ou esclarecimentos suplementares manter-se-ão no Parecer as conclusões constantes deste Relatório.
6. De entre as incorreções, situações anómalas e de falta de informação identificadas pela ECFP e por AB – António Bernardo no decurso dos trabalhos de auditoria às Contas Anuais de 2011, salientam-se as seguintes:
 - Impossibilidade de confirmar que todas as ações desenvolvidas pelas estruturas do Partido tenham sido refletidas nas contas, pelo que

poderão existir Gastos e Rendimentos não refletidos contabilisticamente (ver Ponto 1 da Secção C);

- Impossibilidade de confirmar que todas as receitas do Partido foram refletidas nas contas, nomeadamente no que respeita à estrutura da Madeira (ver Ponto 2 da Secção C);
- Foram identificadas deficiências no suporte documental dos gastos e rendimentos do período (ver Ponto 3 da Secção C);
- Conciliações bancárias e extratos bancários – Não entrega ao Tribunal Constitucional dos extratos de todas as contas e não disponibilização aos auditores de todas as conciliações (ver Ponto 4 da Secção C);
- Impossibilidade de confirmar a correção dos saldos das contas bancárias refletidos contabilisticamente nas contas anuais, por não terem sido obtidas respostas de Bancos (ver Ponto 5 da Secção C);
- Ativo Fixo Tangível – Deficiências no controlo e registo do Ativo Fixo Tangível e respetivas depreciações – (ver Ponto 6 da Secção C);
- Incerteza quanto à cobrança/regularização das quotas de militantes não liquidadas à data do Balanço (ver Ponto 7 da Secção C);
- Incerteza quanto à natureza e recuperação de outras contas a receber no Balanço do Partido (ver Ponto 8 da Secção C);
- Circularização de Saldos e Transações – Impossibilidade de circularizar o universo dos fornecedores que constam do Balanço e incerteza quanto aos saldos nele apresentados (ver Ponto 9 da Secção C);
- O Balanço não apresenta com rigor o grau de exigibilidade das dívidas a instituições de crédito (ver Ponto 10 da Secção C);
- Recebimento de donativos em numerário de valor superior a 25% do salário mínimo mensal nacional (ver Ponto 11 da Secção C);
- Existência de gastos e rendimentos não contabilizados pelo Partido. Eventual incorreção dos saldos de Ativos e Passivos (ver Ponto 12 da Secção C);
- Incerteza quanto à correspondência a efetivas disponibilidades do saldo de Caixa da Estrutura da Madeira (ver Ponto 13 da Secção C);
- Integração nas contas do Partido de Subvenções Regionais dos Açores e da Madeira. Inconstitucionalidade e Ilegalidade (ver Ponto 14 da Secção C);
- Incerteza quanto à legalidade do perdão de dívida ao Instituto Francisco Sá Carneiro (ver Ponto 15 da Secção C).

B. INFORMAÇÃO FINANCEIRA

1. As Demonstrações Financeiras referentes ao ano de 2011 do PSD, submetidas à apreciação do Tribunal Constitucional, após retificação das contas entregues no Tribunal Constitucional em 31-01-2013, compreendem o Balanço (que evidencia um total de Ativo de 18.070.224 euros e um total de Capital próprio de 5.610.423 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 40.406 euros), a Demonstração dos Resultados relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2011 (que evidencia um total de rendimentos de 14.870.721 euros e um total de gastos de 14.911.127 euros), a Demonstração das alterações no capital próprio e o Anexo, com as correspondentes notas explicativas. O Partido não entregou a Demonstração de Fluxos de Caixa.

Assinala-se que, na sequência da deteção, na primeira fase dos trabalhos de auditoria, de deficiências na prestação das Contas Anuais de 2011, o Partido procedeu à retificação daquelas Contas, tendo entregado nova versão, no Tribunal Constitucional, em 31 de janeiro de 2013.

Balanço em 31 de dezembro de 2011 (retificado)

ATIVO	31-12-2011	31-12-2010
Imobilizado		
Ativos Fixos Tangíveis	6.155.329	6.113.913
Ativos intangíveis	88.525	75.371
	<u>6.243.854</u>	<u>6.189.284</u>
Dívidas de Terceiros		
Inventários	648	648
Militantes	2.194.048	2.231.736
Estado e outros entes públicos	94.180	127.390
Outras contas a receber	2.620.193	2.672.275
Diferimentos	190.030	24.775
Outros ativos financeiros	-	52.819
Caixa e depósitos bancários	6.727.271	6.889.494
	<u>11.826.370</u>	<u>11.999.137</u>
Total do Ativo	<u>18.070.224</u>	<u>18.188.421</u>

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	31-12-2011	31-12-2010
Capital Próprio		
Resultados transitados	5.650.829	5.150.060
	5.650.829	5.150.060
Resultado líquido do período	(40.406)	454.710
Total do capital próprio	5.610.423	5.604.770
Passivo		
PASSIVO NÃO CORRENTE:		
Financiamentos obtidos	3.171.788	4.064.592
Outras contas a pagar	-	-
	3.171.788	4.064.592
PASSIVO CORRENTE:		
Fornecedores	7.007.280	7.138.921
Adiantamentos de militantes	14.378	16.283
Estado e outros entes públicos	61.365	76.933
Financiamentos obtidos	-	-
Outras contas a pagar	2.204.990	1.286.922
Diferimentos	-	-
	9.288.013	8.519.059
Total do Passivo	12.459.801	12.583.651
Total do capital próprio e do passivo	18.070.224	18.188.421

Demonstração dos Resultados relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2011

RENDIMENTOS E GASTOS	2011	2010
Subsídios à exploração	9.832.137	8.767.948
Fornecimentos e serviços externos	(5.445.906)	(6.186.472)
Gastos com o pessoal	(2.028.147)	(2.171.708)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	(556.049)	(709.885)
Outros rendimentos e ganhos	4.996.021	2.205.245
Outros gastos e perdas	(6.186.120)	(850.438)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	611.936	1.054.690
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	(483.812)	(475.678)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	128.124	579.012
Juros e rendimentos similares obtidos	42.563	28.180
Juros e gastos similares suportados	(211.093)	(152.482)
Resultado antes de impostos	(40.406)	454.710
Imposto sobre o rendimento do período	-	-
Resultado líquido do período	(40.406)	454.710

2. As Subvenções recebidas do Estado em 2011 totalizam 9.832.137 euros, de acordo com as contas do Partido (nota 10 do Anexo às contas consolidadas), sendo refletidas na rubrica de Subsídios à Exploração, e incluem: (i) Subvenções Estatais recebidas da Assembleia da República, no montante de 6.332.993 euros (5.218.232 euros em 2010); (ii) a Subvenção recebida da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, no montante de 3.247.144 euros (3.244.963 euros em 2010), que se decompõe em 2.932.295 euros de subvenção ao Grupo Parlamentar do PSD Madeira (2.925.193 euros em 2010) e 314.849 euros para Assessoria aos deputados (319.770 euros em 2010); e (iii) subvenção à Comissão Política Regional dos Açores, no valor de 252.000 euros (ver Ponto 14 da Secção C deste Relatório).

As subvenções recebidas da Assembleia da República dividem-se em 5.458.109 euros referentes à subvenção anual e 874.884 euros relativos a excedentes das Autárquicas, pagos pela Assembleia da República em 2011, valor adicionado após retificação das contas, entregue em 31 de janeiro de 2013.

As subvenções recebidas asseguraram a cobertura de cerca de 66% dos gastos totais do PSD no ano de 2011.

3. Em termos globais, o Ativo apresenta uma ligeira diminuição, de 118 mil euros, passando de 18,2 milhões de euros em finais de 2010, para cerca de 18,1 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, sobretudo em resultado da diminuição da Caixa e Depósitos Bancários em 162 mil euros.

Por seu lado, o total de Passivo diminuiu cerca de 123 mil euros, passando de 12,6 milhões em finais de 2010, para cerca de 12,5 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, resultando da conjugação dos seguintes fatores principais:

- Redução dos financiamentos obtidos em 893 mil euros, estando a totalidade desse endividamento refletido, em finais de 2011, como Passivo não corrente (ver Ponto 10 da Secção C);
- Redução das dívidas a fornecedores em 131 mil euros;
- Aumento das dívidas em Outras contas a pagar, em 918 mil euros.

O PSD apresenta um prejuízo de 40.406 euros em 2011, por comparação com um lucro de 454.710 euros apresentado em 2010.

4. As Demonstrações Financeiras referentes aos anos de 2011 e 2010 não são diretamente comparáveis, uma vez que, por um lado, as contas de 2010, para além de refletirem o efeito da atividade corrente do Partido, evidenciam, também, o efeito da atividade das Campanhas desenvolvidas pelo Partido, no âmbito de várias Eleições Intercalares para Assembleias de Freguesia das seguintes freguesias: Barrosa (Benavente), Salselas (Macedo de Cavaleiros), Mosteiró (Santa Maria da Feira), Quiaios (Figueira da Foz), São Pedro (Horta/Açores), Aldeia de Gavinha (Alenquer), Aldeia de Meca (Alenquer), Aldeia de Santo Estêvão (Alenquer); enquanto, por outro lado, as contas referentes a 2011, para além de refletirem o efeito da atividade corrente do Partido, incluem, também, o efeito da atividade das Campanhas desenvolvidas pelo Partido, no âmbito de várias Eleições: Eleições Legislativas para a Assembleia da República (05/06/2011), Eleições para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira 2011 (09/10/2011), Eleições intercalares para Assembleias de Freguesia, nas freguesias de Figueiredo de Alva – São Pedro do Sul (Viseu) (06/02/2011), S. Miguel de Mato – Arouca (Aveiro) (10/04/2011), Lagares – Felgueiras (Porto) (08/05/2011) e Canedo – Santa Maria da Feira (Aveiro) (12/06/2011) e Referendo Local de 18/12/2011 no Município do Cartaxo. Dadas as características dos atos eleitorais, os valores envolvidos nas campanhas desenvolvidas em 2010 e 2011 não são comparáveis.

Face ao exposto, os resultados apurados nestes exercícios podem ser apresentados da seguinte forma:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
ATIVIDADE CORRENTE		
Operacional	2.716.483	1.142.362
Financeira	-168.530	23.871
	<u>2.547.953</u>	<u>1.166.233</u>
ATIVIDADES DE CAMPANHA		
Eleições Legislativas 2011	-929.210	-44.426
Eleições Autárquicas 2009	-	-664.725
Eleições Região Autónoma Madeira 2011	-1.658.223	-
Outras Eleições (Intercalares de 2011)	-926	-2.372
	<u>-2.588.359</u>	<u>-711.523</u>
Resultado Global (Corrente + Campanhas)	<u>-40.406</u>	<u>454.710</u>

Os resultados de Campanha considerados em 2011 correspondem às contribuições do Partido para as Campanhas eleitorais, uma vez que o PSD tem como procedimento não apurar resultados das Campanhas e o valor da contribuição do Partido é considerado por diferença entre receitas e despesas, de modo a obter um resultado de Campanha nulo, procedimento este aliás que a ECFP censurou nos Relatórios respetivos.

Isso mesmo é verificável no Anexo às contas consolidadas de 2011, onde se decompõem as rubricas de Outros Gastos e Perdas e Outros Rendimentos e Ganhos, para os anos de 2011 e 2010 (comparativo), obtendo-se uma identidade entre Gastos e Rendimentos para cada uma das Campanhas:

Campanhas Eleitorais 2011	Rendimentos	Gastos Campanhas	Contribuições do Partido	Resultado
Intercalares 2011	2.640	3.566	926	-926
Legislativas 2011	2.899.172	3.828.382	929.210	-929.210
Regionais 2011	298.837	1.957.060	1.658.223	-1.658.223
TOTAL	3.200.649	5.789.008	2.588.359	-2.588.359

Nota: As Contribuições do Partido para as Campanhas foram obtidas pela diferença entre os gastos e os rendimentos das Campanhas.

Verifica-se que, embora o resultado da atividade corrente tenha melhorado substancialmente, o resultado líquido passou de positivo em cerca de 455.000 euros em 2010, para negativo em cerca de 40.000 euros em 2011, devido às Campanhas eleitorais para as Eleições para a Assembleia da República e para as Eleições Regionais da Madeira.

5. O Balanço do PSD, reportado a 31 de dezembro de 2011, apresenta Ativos totais líquidos de 18.070.224 euros (18.188.421 euros em 31.12.2010). Destacam-se pela sua materialidade os saldos das seguintes rubricas:

5.1. Ativos Fixos Tangíveis

Esta rubrica apresenta um valor bruto de 10.957.461 euros (10.528.062 euros em 2010) e um valor líquido de 6.155.329 euros (6.113.913 euros em 2010), após dedução de 4.802.132 euros de depreciações acumuladas (4.414.149 euros em 2010).

De acordo com a nota 5 do Anexo às contas consolidadas, as adições registadas no ano de 2001 atingiram 746.985 euros, sendo 478.221 euros na rubrica de Edifícios, 122.360 euros em Equipamento de transporte, 39.354 euros em Equipamento básico, 27.451 euros em Equipamento administrativo, e 79.599 euros em Outros ativos fixos tangíveis.

Por outro lado, de acordo com a nota 4 do Anexo às contas da Sede nacional, as adições somam 359.950 euros, enquanto nos mapas de depreciações e amortizações da Madeira foram identificados 232.732 euros de adições no ano, sendo os restantes 154.303 euros distribuídos pelas restantes estruturas do Partido.

As adições e abates mais significativos registados no ano de 2011, na Sede nacional, Madeira e “CPD Lisboa AM”, referem-se essencialmente a:

- **Imóveis**

Ao nível consolidado, e de acordo com a nota 5 do Anexo às contas consolidadas do PSD, registaram-se adições de 478.221 euros, e, por outro lado, abates / transferências de 52.867 euros, em função do que o valor bruto da rubrica de Edifícios passou de 5.212.505 euros em 31-12-2010, para 5.637.859 euros em 31-12-2011.

- Sede Nacional

Houve um aumento de 274.081 euros no valor bruto da rubrica Edifícios, registado pela Sede, respeitando fundamentalmente a:

- Execução do espaço de escritórios, nas instalações da Sede Nacional do PSD, no valor de 131.643 euros;
- Trabalhos realizados na Sede Nacional do PSD, conforme orçamento (arquitetura; instalações elétricas gerais; AVAC; e pichelaria), no montante de 58.565 euros;
- Execução de armazém de arquivo, nas instalações da Sede Nacional do PSD, no montante de 45.311 euros;
- Trabalhos realizados na Sede Nacional do PSD, conforme orçamento (que não se encontra anexado à fatura), no montante de 38.521 euros.

Note-se que o conjunto destes trabalhos foi realizado pelo fornecedor Fuste – Construção Imobiliária S.A., tendo o Partido creditado uma conta

de Fornecedores conta corrente (conta 2211825), em vez da conta 2711 – Fornecedores de Investimentos.

o Madeira

A “CPR Madeira” apresenta no balancete, na rubrica de imóveis, um valor de 25.000 euros, referente à remodelação da sede do PSD em Câmara de Lobos, realizada em 2011.

Refira-se que as adições foram registadas por contrapartida da conta - Perna Construção, Lda., em vez da conta 2711 – Fornecedores de Investimento.

A análise do mapa de depreciações da Estrutura da Madeira revela que, ao longo dos anos, esta estrutura realizou obras em diversas edificações, como indicado em seguida:

Código Fiscal	Descrição	Ano	Valor	Taxa amort.
2005	Edificações Armazém Santa Quitéria	2011	15.040,79 €	10
2005	Edificações Armazém Santa Quitéria	2011	10.771,95 €	10
2005	Edificações Armazém Santa Quitéria	2011	6.780,20 €	10
2005	Edificação Sede 5º Andar JSD	2011	8.889,59 €	10
2005	Conjunto Bieleas Chiller	2011	6.264,00 €	10
2005	Mastros Tubo Galvanizado	2011	1.131,00 €	10
2025	Obras São Roque	2005	21.293,02 €	20
2025	Obras São Roque - Terreno	2005	7.097,67 €	0
2025	Obras São Roque	2005	1.145,78 €	20
2025	Obras São Roque - Terreno	2005	381,92 €	0
2025	Obras Campanário	2005	9.271,88 €	20
2025	Obras Campanário - Terreno	2005	3.090,62 €	0
2025	Obras Arco da Calheta	2005	18.802,50 €	20
2025	Obras Arco da Calheta - Terreno	2005	6.267,50 €	0
2025	Obras Sede Ribeira Machico	2006	15.266,25 €	20
2025	Obras Sede Ribeira Machico - Terreno	2006	5.088,75 €	0
2025	Obras Santa Cruz	2007	3.426,66 €	20
TOTAL			140.010,08 €	

Tem-se portanto um valor total de 48.877 euros classificados pelo Partido como edificações ligeiras, realizadas em 2011, e 91.133 euros classificados pelo Partido como imóveis afetos a serviços recreativos e culturais (de acordo com a classificação fiscal usada, supõe-se que por falta de outra mais adequada).

Porém, a nível da Contabilidade da “CPR Madeira”, estas obras estão registadas nas rubricas de Equipamento administrativo (ex: obras de S. Roque) e Outros ativos tangíveis (Ex: Edificações nos armazéns de Sta. Quitéria), em vez de Edifícios e outras construções.

Embora se trate de obras em edifício alheio, nota-se que o Partido não está a realizar as depreciações sobre o custo total das obras de S. Roque, como lhe competiria fazer. Ao registar a depreciação considerando a atribuição de 25% ao valor do terreno, está a proceder incorretamente, uma vez que o PSD não é proprietário desses terrenos. A apresentação dos imóveis nas contas parece assim estar incorreta, bem como as depreciações e o Capital próprio, pelo valor atribuído aos terrenos (ver Ponto 6 da Secção C deste Relatório).

o Outras Estruturas

A partir do cruzamento efetuado entre os balancetes da Contabilidade das Estruturas, os mapas de depreciações, e a lista do património do Partido, identificaram-se as seguintes variações, no ano de 2011:

Imóvel	Matriz	Estrutura	Adições / Regularizações	Regularizações (Diminuições)	Obs.
Rua da Conceição nº 8/10 - Angra do Heroísmo - Edifício		Açores	705,24 €		1
R. Consul Dobney, 5 – Horta - Flamengos - Terreno		Açores		2.090,07 €	2
R. Consul Dobney, 5 – Horta - Flamengos - Edifício		Açores		7.205,59 €	
Velas de S. José - Terreno		Açores		10.487,22 €	2
Velas de S. José - Edifício		Açores		31.547,56 €	
Ponta Delgada - Edifício - Obras		Açores	43.901,26 €		3
Obras de Adaptação das Instalações		Guarda	1.208,11 €		4
Empreendimento Glicínias, Lt. 5 – Aradas – Aveiro		Aveiro	81.140,76 €		5
CPD Coimbra - Obras edificio Alheio		Coimbra	29.152,57 €		3
R. Proj. À R. de S. Luís, 1 – Faro		Faro	1.452,26 €		6
CPS Ansião - Obra de requalificação da sede 2011		Leiria	21.525,00 €		3
Terreiro D. João V, 60/61 – 2º - Mafra – Obras		Lisboa AM	2.428,17 €		3
Rua D Fernando, nºs 10 e 12 - Cadaval		Lisboa AO	36.000,00 €		3
Av. 25 de Abril, 57 – Baião		Porto		7.838,88 €	2
R. 1º de Dezembro, Castelões de Cepeda – Paredes		Porto	4.040,26 €		7
R. Dr. Mota Pinto, 10 – Vila Pouca de Aguiar - Edifício		Vila Real	320,80 €		
Total			221.874,43 €	59.169,32 €	

Na coluna "Adições / Regularizações", são incluídos valores de aquisições (no total de 133.007,00 euros) e de outras regularizações (no total de 88.867,43 euros)

Observações:

- 1 – Ajustamento do valor patrimonial tributário;
- 2 – Ajustamento para o custo histórico;
- 3 – Adição em 2011;
- 4 – Obras em edifício alheio na Guarda; no balancete foi abatido o valor de 2010 e adicionado novo valor em 2011. No entanto, no mapa de amortizações da Estrutura continua a ser depreciado apenas o valor de 12.474 euros (que transitava de 2010);
- 5 – Em 2010, o valor indicado como sendo o da escritura pública na lista de património foi de 95.629 euros. Em 2011, foi indicado o valor de 148.891 euros na lista do património, que é o valor que também consta do mapa de depreciações de 2011 e na Contabilidade. Em 2011 foram também incluídas obras de 2003 e 2004, nos montantes, respetivamente de 21.928 euros e 5.950 euros, que não constavam do balancete da estrutura em 2010. Tais movimentos foram realizados por contrapartida de Resultados transitados.
- 6 – Adicionado um gradeamento ao edifício, no valor de 1.452 euros, referente ao ano de 2008, conforme consta do mapa de depreciações.
- 7 – O valor registado em 2010 como sendo o da escritura pública foi de 449 euros. Em 2011 foi indicado o valor de 4.489 euros e, consequentemente, efetuado ajustamento para esse valor.

Relativamente aos imóveis situados nas diversas Estruturas distritais e regionais, verifica-se que ainda há um grande número (56 imóveis, num total de 82), relativamente aos quais não foi ainda efetuada a separação entre o valor do terreno e o do edifício. Em 2010, o Partido referiu, na sua resposta ao Relatório da ECFP, que não tinha realizado essa separação nos imóveis em propriedade horizontal. Ora, esteja ou não em propriedade horizontal, o imóvel tem sempre incorporado o custo do terreno, que não é depreciável, pelo que deve ser separado do custo do edifício, se for conhecido, ou através de uma estimativa de 25% do custo total, que é geralmente praticada.

Em 2010, esta situação não foi analisada em maior profundidade, por não terem sido disponibilizados os mapas de depreciações das estruturas.

Em 2011, o Partido disponibilizou esses mapas, melhoria que se regista, tendo-se efetuado a análise relativamente a todos os imóveis do Partido, concluindo-se que a separação dos valores imputáveis a terrenos ascenderiam a um montante global de cerca de 800.000 euros; em função do que se estima que as depreciações calculadas e registadas, incidindo sobre as parcelas a afetar a terrenos ascendam, até 31-12-2011, a cerca de 96.000 euros, sobreavaliando assim o total de depreciações contabilizadas (ver Ponto 6 da Secção C deste Relatório).

- **Viaturas**

Ao nível consolidado, e de acordo com a nota 5 do Anexo às contas consolidadas, o PSD registou 122.360 euros de adições e 21.584 euros de abates, passando o total bruto desta rubrica, de 311.234 euros em 31-12-2010, para 412.011 euros em 31-12-2011.

Resumem-se de seguida as variações registadas em 2011, por Estrutura:

Estrutura	31-12-2010	Adições	Abates	31-12-2011
Sede Nacional	309.433,73	31.918,50	21.583,53	319.768,70
Beja	1.800,00	0,00	0,00	1.800,00
Guarda	0,00	250,00	0,00	250,00
Açores	0,00	15.750,00	0,00	15.750,00
Madeira	0,00	74.441,80	0,00	74.441,80
Totais	311.233,73	122.360,30	21.583,53	412.010,50

- o **Sede Nacional**

Foi registada a aquisição de um veículo, com abate de outro, por retoma; assim:

- Foi adquirido o veículo VW Crafter Fur, com matrícula, no valor de 31.918,50 euros; e

- Foi abatido o veículo de matrícula , que estava registado pelo valor bruto de 21.583,53 euros, o qual se encontrava já integralmente depreciado, que foi dado como retoma na aquisição do veículo acima referido, pelo montante de 2.500 euros.

o Madeira

Foi registada a aquisição de três viaturas:

- Toyota Yaris, 21.520,61 euros
- Toyota Yaris, 21.532,06 euros
- Renault Kangoo, 31.389,13 euros

O total destas aquisições da Madeira soma 74.441,80 euros e coincide com o saldo da conta "4343 - Veículos" do balancete da referida estrutura, dado que esta conta não existia em 2010.

O valor de aquisição dos 2 veículos Toyota Yaris foi de 18.662,78 euros cada. A diferença para o valor registado na Contabilidade corresponde a encargos financeiros com letras, no valor de 2.869,28 euros para o veículo e 2.857,83 euros para o veículo .

Estes encargos financeiros deveriam ter sido contabilizados em gastos financeiros, uma vez que as viaturas em causa não são ativos que se qualifiquem para a capitalização dos encargos financeiros. De acordo com a *NCRF 10 – Custo de empréstimos obtidos*, um ativo que se qualifica é um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda (ver Ponto 6 da Secção C deste Relatório).

o Outras Estruturas

As restantes adições registadas respeitam a:

- 15.750 euros referentes à viatura Ford Mondeo, , adquirida já em 2008, pela "CPR dos Açores", mas apenas incluída nas contas consolidadas em 2011.
- 250 Euros referentes a viatura Ford Fiesta , da "CPS de Fornos de Algodres", já com matrícula de 1990, mas apenas incluída no consolidado em 2011.

• **Equipamento básico**

De acordo com a nota 5 do Anexo às contas consolidadas, esta rubrica registou adições de 39.354 euros, tendo sido por outro lado registados

abates e transferências no valor de 3.109 euros, passando assim de 2.248.016 euros em 2010, para 2.284.261 euros em 2011 (valores brutos).

A maior parte destas adições foi registada na Sede nacional, que apresenta um total de aquisições de 30.524 euros, sendo 16.355 euros referentes a aquisições de equipamento audiovisual e 14.169 euros de aquisições de equipamento informático.

- **Equipamento administrativo**

De acordo com a nota 5 do Anexo às contas consolidadas, esta rubrica registou adições de 27.451 euros e, por outro lado, abates e transferências no valor total de 223.044 euros, passando portanto de 1.282.613 euros em 2010 para 1.087.020 euros em 2011 (valores brutos).

No entanto, verificando os valores das adições e abates da Sede nacional e da Madeira, verifica-se que as adições somam efetivamente 77.224 euros e os abates 280.816 euros, pelo que os montantes indicados no Anexo às contas consolidadas não estão de acordo com a soma dos parciais, não se vislumbrando razões para quaisquer eliminações na consolidação.

- Sede Nacional

Foram contabilizadas adições no total de 23.426 euros, não tendo sido registados abates. Essas adições foram as seguintes:

- 15.286 euros numa rede de telecomunicações em Ponta Delgada, com custo suportado pela Sede Nacional;
- 8.140 euros de mobiliário.

- Madeira

Foram registadas adições no montante total de 53.798 euros, e, por outro lado, abates no valor de 280.816 euros.

As aquisições referem-se essencialmente a:

- 11.619 euros de equipamento informático;
- 4.572 euros de aparelhagem de reprodução de som;

- 33.400 euros de estruturas metálicas fixas e flutuantes, na Herdade do Chão da Lagoa, classificadas como Equipamento administrativo diverso.

Trata-se de edificações ligeiras que parece deverem ser reclassificadas para a rubrica de Edifícios e outras construções. Aliás, a conta 43.52 – Equipamento Administrativo diverso, apresenta um saldo de 370.220 euros em 31-12-2011, o qual corresponde, na sua maior parte (cerca de 240.000 euros) a estruturas metálicas e estruturas fixas e flutuantes realizadas na Herdade do Chão da Lagoa, algumas das quais já identificadas acima, a propósito dos valores registados em imóveis pela “CPR Madeira” (ver Ponto 6 da Secção C deste Relatório).

No que respeita aos abates, é de notar que o Partido procedera, em 2010, à reclassificação para Ativos fixos tangíveis, conta 4353 – Material de publicidade e eventos, no valor de 280.368 euros, que se encontravam registados anteriormente em Inventários e que consistem em materiais de campanha reutilizáveis.

Em 2011, a “CPR Madeira” procedeu entretanto ao abate desse diverso material de campanha que estava registado como Equipamento administrativo, no referido montante total de 280.368 euros.

Esse abate foi efetuado por contrapartida da conta 7871 – Alienações, tendo também sido desreconhecidas as depreciações que haviam sido registadas em 2010, no montante de 35.046 euros, por contrapartida da mesma conta de Ganhos em Investimentos não financeiros.

Desta forma apurar-se-ia não um ganho, mas uma perda igual ao correspondente valor líquido contabilístico, que era de cerca de 245.322 euros.

No entanto, após o abate, a “CPR Madeira” procedeu a reclassificação do valor bruto do ativo que tinha desreconhecido, no referido montante de 280.368 euros, para uma conta de gastos (conta 6235 – Material de campanha), ficando assim a conta 7871 com um saldo positivo, correspondente às depreciações desreconhecidas.

Com referência à mesma data, 31-12-2011, a “CPR Madeira” creditou ainda a conta 6235 – Material de campanha, no valor de 275.377 euros,

por contrapartida da conta “2781100524 – PSDM Legislativas Madeira 2011”, como parte da contribuição do Partido para a Campanha das Eleições Regionais da Madeira. Igualmente em 31-12-2011, o Partido creditou a mesma conta 6235 – Material de campanha, no valor de 150.351 euros, por contrapartida da conta 2791 – Material de campanha não utilizado. Neste último valor é possível identificar 44.818 euros de material anteriormente registado como Ativo fixo tangível, com base nas respetivas listagens de suporte, presumindo-se que o valor restante tenha transitado para a Campanha eleitoral.

Tratando-se de uma reclassificação de ativos, essa reclassificação deveria ter sido realizada pela quantia escriturada, no valor líquido de 245.322 euros, em vez de 280.368 euros. Nesta hipótese, o saldo da conta “2791 - Material de campanha não utilizado” encontra-se sobreavaliado, e o saldo da conta “278100524 - PSDM Legislativas Madeira 2011”, encontra-se subavaliado, num valor global de 35.046 euros.

Também o ganho reconhecido na conta 7871 não deveria existir (ver Ponto 6 da Secção C deste Relatório).

- **Outros ativos fixos tangíveis**

De acordo com a nota 5 do Anexo às contas consolidadas, esta rubrica registou, no ano de 2011, adições de 79.599 euros, e, por outro lado, abates e transferências que totalizam 4.405 euros, passando de 1.120.115 euros de valor bruto em 2010 para 1.195.309 euros em 2011.

As adições foram registadas praticamente apenas na “CPR Madeira”, que apresenta adições nesta rubrica no total de 79.492 euros, sendo que, na sua maior parte, se trata de obras em edifícios, essencialmente:

- Obras no armazém de Sta. Quitéria – 34.327 euros;
- Obras CEMA – 33.987 euros;
- Beneficiações na Rua dos Netos – 8.890 euros;

A conta mais adequada para registo destas obras seria a de Edifícios e Outras Construções.

- **Outras situações relacionadas com Ativos fixos tangíveis**

O Partido não utiliza o mesmo critério valorimétrico para a valorização dos diversos edifícios, sendo utilizado, na maior parte dos casos, o valor da escritura, e, em alguns outros casos, o Valor Patrimonial Tributário, atribuído pela Autoridade Tributária.

Dos 83 edifícios indicados pelo Partido na lista do património, 12 apresentam-se valorizados pelo Valor Patrimonial Tributário e os restantes pelo valor da escritura. Esta situação foi já objeto do Relatório da ECFP relativo às contas anuais de 2010, admitindo a ECFP – se bem que tal critério não seja contemplado pelas normas contabilísticas aplicáveis em Portugal – o recurso ao Valor Patrimonial Tributário, quando não seja conhecido o custo histórico, e atendendo à dificuldade em obter uma avaliação externa independente de tais imóveis.

Pela primeira vez, o Partido apresentou um mapa de depreciações e amortizações que incluía todas as Estruturas, mas cujas somas diferem dos totais apresentados no Anexo às contas consolidadas, no que diz respeito às depreciações acumuladas, uma vez que a “CPR Madeira” apresenta um valor de depreciações acumuladas de 720.663 euros no mapa de depreciações, sendo o saldo correspondente a nível da Contabilidade de apenas 544.166 euros.

5.2. Ativos intangíveis

Na nota 6 do Anexo às contas consolidadas, o Partido divulga que, em 2011, as aquisições totais de ativos intangíveis ascenderam a 75.836 euros, registados numa rubrica relativa a “programas de computador”.

A maior parte dessas adições foram registadas na Sede nacional, que contabilizou 63.438,50 euros de custos com *sites* institucionais, e 1.033 euros em *software*.

Regista-se que o Partido não efetuou em 2011, nem mesmo após a retificação das contas apresentadas em janeiro de 2013, as correções assinaladas no Relatório da ECFP às contas anuais de 2010 para a rubrica de Ativos intangíveis, e com as quais concordara na resposta a esse Relatório.

5.3. Militantes

O Partido regista anualmente, em Rendimentos, o valor das quotas dos militantes, de acordo com a respetiva data de vencimento.

Assim, foi verificado que o Partido registou, no ano de 2011, o montante de 1.096.656 euros (1.144.362 euros em 2010) referente a quotas de militantes vencidas em 2011. Desta forma, o valor registado nessa rubrica, referente a montantes já reconhecidos como rendimento neste ano e anteriores, mas ainda pendente de cobrança, ascende a 4.589.556 euros (4.071.195 euros em 2010).

Em 2011, o Partido reconheceu um reforço da imparidade relativa a quotas de militantes, no valor de 556.049 euros (709.885 euros em 2010), tendo procedido, por outro lado, ao reconhecimento de um perdão de quotas em atraso, no montante de 13.200 euros (92.892 euros em 2010), aos militantes que pagassem 2 anos de quotas, registado por contrapartida da rubrica Outros gastos e perdas.

De acordo com o *software* de gestão de quotas e militantes do PSD, o Partido recebeu, em 2011, um valor global de 604.727 euros (1.161.010 euros em 2010) referente a quotas e outras contribuições de filiados, dos quais 567.536 euros respeitam a quotas (1.092.534 euros em 2010), sendo que um valor de 14.378 euros, relativo a recebimento de quotas já de 2012, pagas pelos militantes em 2011, foi registado pelo Partido como adiantamento de quotas, na conta 218; e 37.191 euros de outras contribuições de filiados (68.476 euros em 2010).

Os valores líquidos recebidos relativos a quotas vencidas em 2011 e 2010 correspondem, respetivamente, apenas a cerca de 12% e 26% da dívida existente no final de cada um desses anos.

De acordo com informação do Anexo consolidado, o critério utilizado para cálculo da imparidade a reconhecer em 2011 foi o critério temporal definido pela Administração Fiscal:

Antiguidade	% imparidade
> 6 meses	25
> 12 meses	50
> 18 meses	75
> 24 meses	100

Conforme referido, o Partido reconheceu em 2011 uma imparidade adicional de 556.049 euros, elevando para 2.395.508 euros a imparidade total reconhecida. Continua, porém, a não ser reconhecida qualquer imparidade para a dívida anterior a 2005, a qual ascende a um valor total de 1.328.766 euros.

A imparidade reconhecida corresponde a 52% do montante total em dívida, ou seja tendo teoricamente implícita uma percentagem global de cobrança de cerca de 48%.

Todavia, se não tivermos em conta a dívida dos anos anteriores a 2005, uma vez que não tem associada qualquer valor de imparidade registada (do que resultaria uma dívida bruta de 3.250.790 euros, relativa aos anos de 2005 a 2011; e um valor de imparidade reconhecida, associada às dívidas destes anos, no referido montante de 2.395.508 euros, ou seja, uma percentagem de cobertura de 73,7%), então a taxa de cobrança implícita rondaria os 26,3%, próxima da taxa de cobrança de 2010, o melhor ano desde 2008.

Ora sendo o valor dos recebimentos bastante variável, a percentagem de recebimentos foi sempre inferior a 26,3%, pelo que, mesmo para a dívida dos anos 2005 e seguintes, o valor de imparidades reconhecidas não parece ser prudente (ver Ponto 7 da Secção C deste Relatório) – a que acresce a situação das dívidas anteriores a 2005, sem qualquer imparidade reconhecida.

Salienta-se que o procedimento seguido pelos serviços financeiros do PSD no que diz respeito ao reconhecimento de quotas de militantes não é aplicado na Comissão Política Regional da Madeira, em que as quotas de militantes continuam a ser registadas apenas quando recebidas (ver Ponto 2 da Secção C deste Relatório).

5.4. Estado e outros entes públicos

Esta rubrica apresenta um saldo devedor de 94.180 euros em 2011 (127.390 euros em 2010).

Inclui valor de IVA a recuperar, relativo a despesas relacionadas com propaganda, no montante de 81.563 euros, dos quais 21.495 euros correspondem à parte aceite pela AT do pedido de reembolso referente ao 1.º

semestre de 2011, no montante de 38.320 euros (entregue em 27-12-2011, e que foi objeto de deferimento parcial em notificação de 16-03-2012). Constatam ainda do Balanço 60.068 euros de IVA cujo pedido de reembolso foi apenas entregue em junho de 2012.

Durante o ano de 2011 foram recebidos três pedidos de reembolso: o 2.º pedido de 2009, no montante de 7.665 euros; o 1.º pedido de 2010, no valor de 72.790 euros, que foi parcialmente indeferido (na quantia de 36.332 euros, registada pelo Partido a débito de Resultados Transitados); e o 2.º pedido de 2010, no montante de 25.840 euros, também parcialmente indeferido (na quantia de 9.708 euros, igualmente registada pelo Partido em Resultados transitados).

Somados os 3 pedidos indicados, o seu valor totaliza cerca de 106.295 euros, o qual é diferente do saldo de IVA a recuperar registado em 31-12-2010, que era de 108.040 euros; a diferença foi entretanto regularizada pelo Partido em 2011, por contrapartida da conta 6881 – Correções relativas a exercícios anteriores.

Na conta “Outros – Estruturas” figura ainda um valor de imposto a receber, no montante de 12.617 euros, dos quais, de acordo com os Balanços das estruturas, 7.213 euros de IVA a recuperar na JSD.

5.5. Outras contas a receber

Esta rubrica regista um saldo de 2.620.193 euros em 2011 (2.672.275 euros em 2010).

Decompondo este saldo tem-se, de acordo com a nota 7 do Anexo às contas consolidadas:

Rubricas	2011	2010
Juros a receber	5.920	4.378
Donativos	11.672	5.122
Estruturas descentralizadas	1.008	9.452
Pessoal	3.013	15.572
Outros devedores	14.721	14.922
Outros devedores - Autárquicas 2009	-	1.168.407
Outros - Estruturas	2.583.859	1.454.422
Total	2.620.193	2.672.275

O saldo da conta de “Outros devedores - Autárquicas 2009” respeitaria essencialmente, de acordo com o Anexo às contas consolidadas do Partido, ao excedente da Subvenção estatal referente às Eleições Autárquicas de 2009.

Esses excedentes (no montante de 920.623 euros) foram entretanto recebidos em 05-07-2011, conforme discriminado:

<u>Excedentes Autárquicas 2009</u>	
PSD	710.290
Coligação PSD/CDS/PPM	96.607
Coligação PPD/CDS	99.005
<u>Coligação PSD/CDS/MPT/PPM</u>	<u>14.721</u>
Total	920.623

O recebimento foi inicialmente registado pela Sede nacional, da seguinte forma, nas contas anuais de 2011:

- 710.290 euros, tendo por contrapartida crédito da conta “278901 – ” (referindo-se, em nota aos ajustamentos de consolidação, entregues pelo Partido, que «O saldo na conta 278901 foi mal classificado mas a sede nacional entendeu que não deveria fazer a correção»). A ECFP não considera adequada a nomenclatura utilizada, que pode induzir em erro, relativamente a donativos ou outra forma de contribuição ilícita;
- Os restantes montantes, a crédito da conta “278109 – Outros Devedores AL09”.

Ou seja, na primeira versão apresentada no Tribunal Constitucional, o Partido começou por não reconhecer o excedente como rendimentos nas suas contas do ano de 2011.

Entretanto, já em 31-01-2013, o Partido entregou uma retificação às contas anuais de 2011, tendo o saldo da presente rubrica de Outras contas a receber passado então de 1.778.569 euros para 2.620.193 euros, com a diferença de 841.624 euros a resultar de um aumento no saldo de Subsídios à exploração, no montante de 874.884 euros, a par de uma redução do saldo de Outras contas a pagar em 33.260 euros.

Porém, com base na análise dos movimentos de consolidação do Partido conclui-se que não foram anuladas todas as quantias registadas nas Estruturas

relativas a “Outros devedores - Autárquicas 2009” e a contribuições de Partidos políticos, que somam ainda mais de 1 milhão de euros, pelo que existe incerteza sobre o saldo efetivo da rubrica de Outras contas a receber (ver Ponto 8 da Secção C deste Relatório).

- **Sede Nacional**

O saldo da rubrica de Outras contas a receber decompõe-se do seguinte modo, de acordo com a nota 8 do Anexo às contas desta Estrutura:

Rubricas	2011	2010
Juros a receber	5.920	4.378
Donativos	11.672	5.122
Estruturas descentralizadas	529.647	9.452
Pessoal	3.013	15.572
Outros devedores	14.721	14.921
Total	564.973	49.445

Estruturas descentralizadas

Esta conta compreende um empréstimo à “CPR Madeira” que foi igualmente registado pela Estrutura regional, e que, portanto, se anula no consolidado.

Para além disso, incluem-se as quantias em dívida à Sede nacional pelas Comissões Políticas, que o Partido divulga no Anexo da Sede nacional, com o valor total de 62.942 euros (42.747 euros em 2010), deduzido de perdas por imparidade no montante de 33.295 euros. Estas dívidas não se anulam totalmente no consolidado, de acordo com a respetiva nota do Anexo às contas consolidadas, mas o valor líquido é de apenas 1.008 euros, ou seja, não se revestindo de materialidade.

O Partido procedeu ao desreconhecimento do saldo da “CPE ASD Nacional”, conta que subsistia sem movimento, e com saldo credor de 42.161 euros (transitado de 2010), por contrapartida da conta “7881 – Correções a exercícios anteriores”, no montante de 43.136 euros, passando assim essa conta a registar um saldo devedor de 975 euros.

Pessoal

O saldo existente nesta conta em 2010 foi, na sua maior parte, desreconhecido em 2011, por contrapartida de Correções de exercícios anteriores, em resultados.

- **Madeira**

O saldo de outras contas a receber da Estrutura Regional da Madeira, constante do Balanço consolidado, e do balancete de centro de custos que lhe serviu de base, não coincide com o do balancete enviado diretamente pela “CPR Madeira”, e compõe-se como segue:

<u>Rubricas</u>	Balancete Centro de Custos	Balancete CPR Madeira
Fornecedores c/c	-	17.402
Pessoal	48	-
Outros acréscimos de proveitos	5.892	1.344
Outros devedores estruturas - GC	159.009	-
Material de publicidade e propaganda	-	150.322
Outros	177.393	17.869
<u>Fundação Social Democrata</u>	-	<u>272.767</u>
Total	342.342	459.704

A dívida da Fundação Social Democrata (senhoria de muitos dos imóveis arrendados pelo PSD Madeira) registada nesta rubrica na Estrutura Regional da Madeira ascende, de acordo com o balancete da “CPR Madeira”, a 272.767 euros (407.119 euros em 2010). A diferença, para menos, de cerca de 134.000 euros decorre principalmente do facto de terem vindo a ser registadas mensalmente rendas no valor de 42.776,96 euros, mas o Partido apenas ter vindo a pagar 31.276,56 euros / mês.

Note-se que todos os movimentos verificados, referentes a rendas devidas à Fundação Social Democrata, à exceção do aluguer da Herdade do Chão de Lagoa, estão suportados por documentos internos (listagens) e, no caso de pagamentos, os documentos bancários das transferências, não existindo recibos de renda que permitam confirmar o período a que as mesmas se referem (ver Ponto 3 da Secção C deste Relatório).

Estão ainda reconhecidos na conta “2791 – Material de publicidade e propaganda” do balancete da CPR Madeira, cerca de 150.000 euros

relativos a material de campanha, parte do qual fora apresentado como Ativo Fixo Tangível em 2010. No balancete de centros de custo elaborado pela Sede nacional, este valor está registado na rubrica de Diferimentos, sendo essa a principal justificação para a diferença nos balancetes.

- **Lisboa AM**

É a seguinte a decomposição dos saldos desta rubrica “Lisboa AM”:

Rubricas	2011	2010
Acréscimo rendimentos - Contribuições Partidos Políticos	104.990	104.990
Outros devedores AL-09	176.524	176.524
Acréscimo Rendimentos - Campanha Autárquica 2009	49.266	49.266
Outros acréscimos proveitos	2.277	2.277
Outros	3.942	6.316
Total	336.999	339.373

Nota-se que os saldos permaneceram praticamente inalterados entre 2010 e 2011, tendo o Partido transmitido, para efeito de resposta ao Relatório da ECFP relativo às contas anuais de 2010, que foram objecto de anulação no consolidado as quantias de 104.990 euros, 176.524 euros e 49.266 euros. Adicionalmente, a Auditoria verificou que também a quantia de 2.277 euros foi anulada.

Em termos gerais, do saldo global de 2.583.859 euros da conta “Outros – Estruturas”, apenas 1.384.759 euros respeitarão efetivamente a saldos correntes de diversos devedores (sendo, pelo menos, como tal indicados pelo Partido nos seus balancetes). O valor remanescente (cerca de 1,2 milhões de euros) não traduzirá portanto dívidas correntes a receber, podendo eventualmente integrar valores que, anteriormente, constavam na conta “Outros devedores - Autárquicas 2009”, não sendo possível confirmar se tais montantes serão recuperáveis (ver Ponto 8 da Secção C deste Relatório).

5.6. Diferimentos

Esta rubrica apresenta um saldo superior em cerca de 165.000 euros ao registado em 2010 (190.030 euros em 2011; 24.775 Euros em 2010). Esse aumento decorre da apresentação nesta rubrica do Balanço consolidado de

cerca de 150.000 euros de material de Campanha não consumido, registado pela “CPR Madeira”.

Em 2010, o material de campanha não gasto tinha sido registado como Ativo Fixo Tangível.

A variação restante ocorreu principalmente na Sede nacional, que diferiu 10.457 euros (1.017 euros em 2010) de prestações de serviços faturadas em 2011, mas referentes a 2012.

5.7. Outros ativos financeiros

Esta rubrica apresenta um saldo nulo no final de 2011, face a 52.819 euros registados em 31 de dezembro de 2010.

O Partido procedeu, em 2011, ao desreconhecimento de ativos financeiros, nos valores de 25.500 euros e 2.396 euros, que transitaram em 2010, respetivamente nas contas “26612 – Instituto Sá Carneiro” (integrando o saldo da presente rubrica) e “278107 – IFSC”, por contrapartida da conta “687821 – Ganhos e perdas em Investimentos não financeiros – Outros não especificados”, na sequência de um perdão de dívida àquela instituição. Uma vez que não tinha sido reconhecida qualquer imparidade para a dívida, que já se mantinha desde 2008, deveria ter sido corrigido o resultado de exercícios anteriores.

Foi também efetuado o desreconhecimento dos seguintes montantes que se encontravam em saldo nesta rubrica há vários anos, por contrapartida de Correções a exercícios anteriores, em resultados, no total de 27.318 euros:

- CPD AML	20.760 euros
- CPS Vale de Cambra	3.482 euros
- CPD Aveiro	1.995 euros
- CPS Lx Secção E	732 euros
- CPD Guarda	349 euros

5.8. Caixa e Depósitos bancários

Esta rubrica regista principalmente os saldos das contas bancárias da Sede Nacional do Partido e das suas diversas Estruturas, apresentando a seguinte discriminação, tal como divulgado na nota 7 do Anexo às contas consolidadas:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Depósitos bancários a prazo	3.000.000	2.750.000
Depósitos bancários à ordem	915.939	1.157.322
Caixa	5.249	5.249
Outros – Estruturas	<u>2.806.083</u>	<u>2.976.923</u>
	<u>6.727.271</u>	<u>6.889.494</u>

Por seu lado, é a seguinte a decomposição da subrubrica “Outros – Estruturas”, de acordo com a mesma nota do Anexo e os balancetes de centros de custo das Estruturas:

	<u>Caixa</u>	<u>Bancos</u>	<u>Total</u>	<u>Subtotal no Anexo</u>	<u>Diferença</u>
Porto	215	712.353	712.568	712.239	329
Leiria	11.877	308.993	320.870	320.870	0
Braga	5.882	262.297	268.179	267.995	184
Madeira	167.782	24.307	192.089	192.089	0
Lisboa AM	17.413	165.216	182.629	182.627	2
Aveiro	6.246	146.841	153.087	153.087	0
Açores	7.870	130.205	138.075	138.075	0
Santarém	3.022	105.672	108.695	108.695	0
Setúbal	483	89.302	89.785	90.852	-1.067
Vila Real	650	90.081	90.732	90.732	0
Viseu	2.169	86.516	88.684	88.684	0
Faro	10.659	66.451	77.110	77.110	0
Guarda	514	62.497	63.010	63.010	0
Outras estruturas	12.635	312.454	325.089	320.018	5.071
	<u>247.417</u>	<u>2.563.185</u>	<u>2.810.602</u>	<u>2.806.083</u>	<u>4.520</u>

Como se pode verificar, apura-se uma diferença de cerca de 4.520 euros, entre o total dos balancetes por centros de custos, elaborados na Sede do Partido, e o total de “Caixa e Bancos”, constante do Anexo.

Com base no quadro anterior, destaca-se o elevado saldo de Caixa da “CPR Madeira” que, em 31/12/2011, era de 167.782 euros, sendo o saldo mais elevado o registado numa subconta daquela Estrutura designada “Caixa – Direção Administrativa”, com 83.282 euros (83.500 euros em 2010) no que parecem ser “Fundos Fixos de Caixa” de um total de 54 secções: 44 no valor unitário de 1.500 euros, e 10 no valor unitário de 1.750 euros. Não foi possível validar a correspondência entre o saldo evidenciado a 31 de dezembro de 2011 e as efetivas disponibilidades nessa data (ver Ponto 13 da Secção C deste Relatório).

Salienta-se ainda, por outro lado, a existência de oito Distritais com saldos de Caixa negativos em alguns Centros de custo:

Estrutura	Saldo credor
Braga-Braga-Atividade Regular	-2.894,54
Castelo Branco-Fundão-Atividade Regular	-17,11
Castelo Branco-Gastos Centrais-Atividade Regular	-16,99
Guarda-Gastos Centrais-Atividade Regular	-33,82
Leiria-Alcobaça-Atividade Regular	-1.896,64
Leiria-Batalha-Atividade Regular	-359,08
Leiria-Peniche-Atividade Regular	-357,50
Portalegre - Serviços Centrais	-14,84
Setúbal-Alcochete-Atividade Regular	-2.533,32
Setúbal-Almada-Atividade Regular	-137,08
Setúbal-Palmela-Atividade Regular	-45,81
Setúbal-Santiago do Cacem-Atividade Regular	-521,53
Setúbal-Seixal-Atividade Regular	-83,52
Setúbal-Sines-Atividade Regular	-252,41
Viana do Castelo-Arcos de Valdevez -Atividade. Regular	-81,95
Viana do Castelo-Melgaço-Atividade Regular	-726,75
Viana do Castelo-Valença-Atividade Regular	-20,56
Ponta Delgada - Horta - Atividade. Regular	-234,87
TOTAL	-10.228,32

Estas situações ocorreram já, também, no ano de 2010, tendo sido objeto do Relatório da ECFP.

Em 2011, continuam a ser apresentados nos balancetes das Estruturas e no Balanço consolidado, quantias em contas de depósitos à ordem, referentes às Eleições Autárquicas de 2005 e 2009. Não foi obtida evidência da existência efetiva desses montantes, não se encontrando disponíveis extratos bancários e

conciliações bancárias referentes a estas contas. Em 2011 essas quantias ascendem globalmente a 82.849 euros relativamente às Autárquicas de 2009, e 1.000.494 euros das Autárquicas de 2005.

Foram efetuados pedidos de confirmação externa de saldos e de outras informações aos Bancos BANIF, BCP, BES e BPI, não tendo até à data sido obtida qualquer resposta (ver Ponto 5 da Secção C deste Relatório).

Foram analisadas as reconciliações bancárias elaboradas pelo Partido, tendo sido identificadas pela auditoria, como já referido, um conjunto de contas sem conciliação bancária ou sem extratos bancários. Em 24-07-2013, o Partido entregou aos Auditores um conjunto de conciliações e extratos bancários que não tinham sido entregues no Tribunal Constitucional (ver Ponto 4 da Secção C deste Relatório).

Com base na análise das reconciliações bancárias disponíveis conclui-se que existe um elevado número de situações e movimentos não registados na Contabilidade do Partido (ver Ponto 12 da Secção C deste Relatório).

6. O Capital próprio em 31 de dezembro de 2011 apresenta um valor de 5.610.423 euros (5.604.770 euros em 31.12.2010), tendo registado as seguintes variações:

	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2011 (1 de Janeiro de 2011)	5.150.060	454.710	5.604.770
Alterações no período:			
Outras alterações reconhecidas no Capital Próprio	46.059	-	46.059
Aplicação dos resultados	454.710	(454.710)	-
	<u>5.650.829</u>	<u>0</u>	<u>5.650.829</u>
Resultado líquido do período		<u>(40.406)</u>	<u>(40.406)</u>
Posição no fim do período 2011 (31 de Dezembro de 2011)	<u>5.650.829</u>	<u>(40.406)</u>	<u>5.610.423</u>

Para além da aplicação dos resultados de 2010, o Partido refere na nota 9 do Anexo às contas consolidadas que esta rubrica foi movimentada ao longo do ano de 2011 devido a:

- Registo de faturas relativas a anos anteriores;
- Regularização do valor do IVA cujo reembolso foi indeferido, referente a 2 pedidos de 2010 (46.039 euros);
- Atualização de alguns valores de aquisição e amortizações acumuladas de imóveis, sempre que o valor da escritura não coincidia com o valor patrimonial das finanças.

Verifica-se que tais movimentos totalizam um valor líquido positivo de 46.059 euros.

7. O Passivo do PSD ascende, em 31 de dezembro de 2011, a um valor global de 12.459.801 euros (12.583.651 euros em 31.12.2010), destacando-se os saldos das seguintes rubricas:

7.1. Financiamentos obtidos

Esta rubrica regista um decréscimo de 892.804 euros, passando de 4.064.592 euros em 2010 para 3.171.788 euros no final de 2011. Esta redução relaciona-se, essencialmente, com o reembolso dos empréstimos contraídos associados às Eleições de 2009. A decomposição do saldo é a seguinte, de acordo com a nota 12 ao Anexo às contas consolidadas do Partido:

Entidade	2011		2010		
	Montante Utilizado		Montante Utilizado		
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	
Açores	BANIF	52.576		186.367	
Aveiro	BPN	72.977		84.674	
Madeira	BANIF	2.817.304		3.590.514	
Portalegre	CCAM	84.951		87.338	
Santarém	MG	21.891		26.570	
Vila Real	CGD	50.777		54.078	
Lisboa AO	CCAM	13.366		0	
Outras Estruturas		57.946		35.051	
		0	3.171.788	0	4.064.592

- Comissão Política Regional da Madeira

A Comissão Política Regional da Madeira tem registo de 4 empréstimos, 2 do BANIF e 2 do Millennium BCP. O saldo apresentado decompõe-se do seguinte modo:

	2011	2010
BANIF - Emp. 08/43	2.156.814	2.697.835
BANIF - Emp. 09/43	530.960	663.730
BANCO COMERCIAL PORTUGUES SA	13.263	13.263
MILLENIUM- EMP.	109.156	209.699
Cheques não descontados	7.111	5.987
Empréstimo PSD Nacional	500.000	0
	3.317.304	3.590.514

A “CPR Madeira” registou, em 2011, cerca de 774.333 euros de amortizações financeiras destes financiamentos.

Conclui-se portanto que os empréstimos foram incorretamente classificados, em 2010, na sua totalidade, como não correntes, uma vez que não foram tidas em conta as amortizações financeiras de 2011 e a natureza corrente dos “Cheques não descontados”. O mesmo se poderá dizer relativamente a 2011. Esta situação foi já objeto do Relatório da ECFP relativo às contas anuais de 2010 tendo o Partido justificado a situação com dificuldades na parametrização do *software* (ver Ponto 10 da Secção C deste Relatório).

Não foram obtidas, até à conclusão do trabalho de auditoria, respostas às circularizações a bancos efetuadas pelos auditores.

Não obstante, através da realização de procedimentos alternativos, designadamente a análise aos documentos de suporte dos lançamentos contabilísticos, os auditores confirmaram os saldos dos empréstimos da “CPR Madeira”, com exceção do empréstimo com saldo de 13.263 euros do Millennium BCP.

7.2. Fornecedores

Esta rubrica apresenta um saldo de 7.007.280 euros em 2011 (7.138.921 euros em 2010).

O saldo é constituído pelos valores em dívida relacionados com a atividade de gestão corrente desenvolvida pela Sede Nacional do Partido e as diversas Estruturas, para além de dívidas a fornecedores de Campanhas eleitorais de anos anteriores.

Estrutura	Saldo líquido global de Fornecedores	Atividade corrente		Autárquicas 2005	Autárquicas 2009	
		Saldos devedores	Saldos credores		Saldos devedores	Saldos credores
Aveiro	279.148,81	0,00	-38.542,08	-72.253,65	0,00	-168.353,08
Beja	103.076,19	3.205,28	-3.957,59	-48.535,54	0,00	-53.788,34
Braga	707.224,42	68.646,39	-7.601,36	-301.078,36	0,00	-467.191,09
Bragança	75.879,95	355,28	-2.852,28	-30.077,49	0,00	-43.305,46
Castelo Branco	- 7.194,87	664,97	-2.600,27	-5.317,41	42.396,43	-27.948,85
Coimbra	253.494,38	243,89	-50.920,23	-67.119,44	5.972,89	-141.671,49
Évora	69.137,41	19.663,74	-2.659,39	-44.562,17	0,00	-41.579,59
Faro	270.402,78	3.946,10	-5.830,97	-56.017,23	0,00	-212.500,68
Guarda	86.984,76	0,00	-9.865,64	-48.442,58	7.925,58	-36.602,12
Leiria	532.771,36	5.843,42	-45.543,29	-246.968,26	0,00	-246.103,23
Lisboa AM	293.236,72	0,00	-14.547,14	-71.984,63	0,00	-206.704,95
Lisboa AO	72.061,10	275,06	-1.396,72	-44.570,46	0,00	-26.368,98
Portalegre	89.390,79	413,28	-5.796,77	-21.965,95	0,00	-62.041,35
Porto	1.217.042,57	0,00	-89.193,07	-689.053,48	8.591,16	-447.387,18
Santarém	338.885,36	12.357,32	-18.682,00	-134.875,64	0,00	-197.685,04
Setúbal	193.248,18	1.354,54	-23.491,96	-76.422,83	1.884,73	-96.572,66
Viana do Castelo	60.510,58	0,00	-3.879,29	-12.119,36	0,00	-44.511,93
Vila Real	180.511,22	247,72	-4.528,41	-107.077,68	0,00	-69.152,85
Viseu	190.993,85	510,66	-2.227,98	-57.804,30	2.413,47	-133.885,70
Açores	89.010,78	40,84	-52.057,29	-6.062,60	442,16	-31.373,89
Madeira	1.470.214,33	48.418,41	-1.518.632,74	0,00	0,00	0,00
JSD	72.050,12	150,00	-72.200,12	0,00	0,00	0,00
TSD	-377,75	377,75	0,00	0,00	0,00	0,00
ASD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sede Nacional	370.212,53	2.078,35	-372.290,88	0,00	0,00	0,00
TOTAL	7.007.915,57	168.793,00	-2.349.297,47	-2.142.309,06	69.626,42	-2.754.728,46

Nota – O saldo evidenciado em Balanço apresenta ligeira divergência (cerca de 635 euros) face ao que resulta do somatório dos saldos das diversas Estruturas.

Com base na decomposição dos saldos, conclui-se que as contas das diversas Estruturas apresentam:

- Saldos devedores no montante total de 238.419 euros, os quais são indevidamente compensados em termos de apresentação no Balanço consolidado;
- Saldos credores, no valor global de 2.142.309 euros, referentes às Eleições Autárquicas de 2005 (2.091.125 euros em 2010);
- Saldos credores, no valor total de 2.754.728 euros, referentes às Autárquicas de 2009 (3.205.985 euros em 2010).

Apenas a Sede Nacional e a CPR Madeira criam subcontas para cada fornecedor. As restantes Estruturas continuaram a utilizar em 2011, regra geral, apenas 3 contas:

2211997 – Fornecedores AL05

2211998 – Fornecedores AL09

2211999 – Fornecedores - Estruturas descentralizadas

Desta forma, com exceção da Sede nacional e Madeira, que representam apenas 26% do saldo global da presente rubrica de Fornecedores, não é possível efetuar circularizações a fornecedores (ver Ponto 9 da Secção C deste Relatório).

Continua assim a não ser possível conhecer, a partir das peças contabilísticas, a composição dos saldos dessas contas, tornando muito difícil o seu controlo e conciliação. O Partido alega que adota tal procedimento por uma questão de controlo, não permitindo às Estruturas criar contas de terceiros.

Foi efetuada circularização aos fornecedores da Sede nacional e da “CPR Madeira”, únicos para os quais havia informação disponível, relativamente aos respetivos saldos individuais.

Foram assim circularizados 12 fornecedores da Sede nacional, cujos saldos totalizam 233.011 euros, representando cerca de 63% dos saldos dessa Estrutura, tendo-se obtido 8 respostas, cujos saldos totalizam 213.866 euros. Todas as respostas recebidas foram concordantes, com a exceção do fornecedor REFER, dado ter enviado apenas o detalhe das faturas emitidas, mas não os pagamentos entretanto já efetuados pelo Partido; relativamente às faturas, concluiu-se que todas tinham sido registadas pelo Partido.

Assinala-se no entanto que o fornecedor 2211825 – Fuste, com saldo de 97.086 euros, é de facto fornecedor de Ativos fixos tangíveis, pelo que o saldo de fornecedores c/c está sobreavaliado nesse montante e o de Outras contas a pagar subavaliado no mesmo valor (ver Ponto 9 da Secção C deste Relatório).

Os fornecedores da Sede nacional relativamente aos quais não se obteve resposta foram os seguintes (cujos saldos ascendiam a um valor total de 19.144 euros):

	Saldo em <u>31-12-2011</u>
Netcast Lda	-7.854
PT Prime	-6.462
Mar Pigmento	-3.628
O Público	-1.200

Não obstante, tendo sido todas as respostas obtidas concordantes, consideramos o resultado aceitável.

Efetuiu-se também circularização a 31 fornecedores da “CPR Madeira”, totalizando 1.206.000 euros de saldos credores e 46.409 euros de saldos devedores, representando cerca de 80% do saldo credor total e 95% do saldo devedor, tendo-se obtido 20 respostas, que totalizam 738.678 euros, representando cerca de 49% do saldo credor total da Estrutura.

Das respostas obtidas, 15 apresentam-se divergentes, tendo-se solicitado ao PSD a reconciliação das diferenças, o que o Partido efetuou. Das respostas do Partido conclui-se que, relativamente à “CPR Madeira”, existem duas contas em “Outras contas a pagar” onde são registados os saldos de fornecedores associados às Eleições Legislativas Nacionais e Eleições Legislativas Regionais de 2011, que transitaram para o Partido. Estas contas apresentam os seguintes saldos:

- Conta 278100524 – PDSM - Legislativas Mad. 2011, com saldo credor de 968.445 euros;
- Conta 278100541 – PSD – Legislativas Nacionais, com saldo credor de 124.874 euros.

O Partido entregou aos auditores a decomposição da conta das Legislativas Regionais tendo estes confirmado que a totalidade do saldo respeita a dívidas a fornecedores. À mesma conclusão chegaram os auditores por comparação do extrato da conta 278100541 com a lista de dívidas a fornecedores constante das notas às contas da Campanha para as Legislativas Nacionais de 2011.

O PSD apresenta assim, na rubrica de “Outras contas a pagar”, uma dívida a fornecedores, no valor global de 1.093.319 euros, uma vez que, da análise aos ajustamentos de consolidação e à decomposição da conta de fornecedores c/c, confirma-se que não foi feita a devida reclassificação entre contas.

Acresce que, no Anexo às contas, também não é efetuada qualquer divulgação do facto, pelo que só uma análise detalhada do balancete e a decomposição das contas permite concluir que tão elevado saldo de Fornecedores está classificado em Outras contas a pagar (ver Ponto 9 da Secção C deste Relatório).

7.3. Outras contas a pagar

Esta rubrica apresenta, em 2011, um saldo de 2.204.990 euros (1.286.922 euros em 2010). Esta rubrica decompõe-se como segue, de acordo com a nota 13 do Anexo às contas consolidadas:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Férias, Subsídio de Férias e Encargos	212.299	254.732
Transferências a efetuar para Estruturas	0	221.373
Telecomunicações	11.038	9.623
Dívida ao PPE	0	14.921
Seguros	3.403	0
Dívida à IDU e IDC	22.770	22.770
Dívida ao Tribunal Constitucional	65.000	58.500
Outras contas a pagar	31.142	97.490
Outros - Estruturas	1.859.338	607.513
	<u>2.204.990</u>	<u>1.286.922</u>

A variação global do saldo traduz-se num aumento de cerca de 918.000 euros, correspondente a um acréscimo de 1.251.825 euros em “Outros – Estruturas” e uma diminuição de cerca de 334.000 euros no conjunto das restantes subrubricas, que são todas da Sede nacional.

Relativamente a estas últimas verifica-se que:

- As remunerações a liquidar relativas a férias e encargos reduziram-se em cerca de 42.400 Euros. A estimativa realizada em 31-12-2011 teve por base a situação das remunerações no final desse ano, com um valor de remunerações mensal mais baixo do que em 2010. Com efeito, no mês de dezembro de 2011 foram processados 86.892 euros, tendo sido utilizado o valor de 87.000 euros para cálculo das remunerações com férias. No mês de dezembro de 2010 haviam sido processados 101.218 euros de vencimentos.
- Os valores de “Transferências a efetuar para Estruturas”, registadas no final de 2010, no montante total de 221.373 euros, foram anulados do Passivo e reconhecidos como gastos e rendimentos de anos anteriores, nas contas 6881 e 7881. Foi efetuado um único movimento a crédito da conta 7881, no montante de 222.188,63 euros, que corresponde ao valor líquido após compensação de 260.930 euros de rendimentos de anos anteriores e 38.741 euros de gastos de anos anteriores.
- O saldo da conta “Dívida à IDU e IDC” (IDU – International Democratic Union; IDC-CDI – Centrist Democratic International) manteve-se inalterado, sem qualquer movimento em 2011.
- A dívida ao Tribunal Constitucional registada em Outras contas a pagar, no montante de 65.000 euros, refere-se às contas anuais de 2006, Acórdão n.º 301/2011, de 21 de junho, e não inclui o montante de 3.600 euros da coima aplicada ao responsável financeiro,

Para além disso, o Partido pagou em prestações, durante o ano de 2011, a coima de 65.000 euros, referente às contas de 2005, que já havia registado em 2010, e a coima relativa às Eleições intercalares de Lisboa, no valor de 5.000 euros (Acórdão n.º 77/2011, de 8 de fevereiro).

Não foram registadas no Passivo, nem divulgadas no Anexo, as coimas decorrentes dos seguintes Acórdãos que, embora de 2012, são anteriores à data de entrega das contas ao Tribunal Constitucional:

- o Acórdão nº 139/2012, de 13 de março, referente à Campanha das Eleições Legislativas Regionais dos Açores de 2008, que coimou o Partido em 10.000 Euros. O acórdão 135/2011 de 10/03 já tinha estabelecido quais as infrações imputadas ao PSD.
 - o Acórdão nº 86/2012, de 15 de fevereiro, referente às contas anuais de 2007, que coimou o Partido em 65.000 euros. O Acórdão 498/2010 já tinha estabelecido quais as infrações imputadas ao PSD.
- No que respeita à conta “Outros – Estruturas” (com o saldo no valor total de 1.859.338 euros), é a “CPR da Madeira” a Estrutura com maior peso, apresentando um saldo de 1.242.868 euros, do qual 1.093.319 euros corresponde a saldos em dívida a fornecedores das Campanhas para as Legislativas Nacionais de 2011 e Legislativas Regionais do mesmo ano, como acima referido.
8. O resultado da atividade corrente do PSD apurado em 2011 – resultado positivo de 2.547.953 euros – é bastante superior ao registado no ano precedente (1.166.234 euros) conforme se discrimina na demonstração abaixo, expurgada dos efeitos das Campanhas eleitorais:

RENDIMENTOS E GASTOS (Atividade corrente)	2011	2010
Subsídios à exploração	9.832.137	8.767.948
Fornecimentos e serviços externos	-5.445.906	-6.186.472
Gastos com o pessoal	-2.028.147	-2.171.708
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	-556.049	-709.885
Outros rendimentos e ganhos	1.795.372	2.196.952
Outros gastos e perdas	-397.112	-130.622
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	3.200.295	1.766.213
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-483.812	-475.678
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	2.716.483	1.290.535
Juros e rendimentos similares obtidos	42.563	28.180
Juros e gastos similares suportados	-211.093	-152.482
Resultado antes de impostos	2.547.953	1.166.234
Imposto sobre o rendimento do período	-	-
Resultado líquido do período	2.547.953	1.166.234

Pela leitura das contas, a evolução positiva dos resultados da atividade corrente do Partido, em 2011, é explicada pela conjugação dos fatores seguintes:

8.1. Aumento dos Rendimentos da atividade corrente / Subvenções públicas

A decomposição dos Rendimentos correntes é a seguinte, de acordo com a nota 19 do Anexo às contas consolidadas:

Rendimentos da Atividade Corrente	2011	2010
Subvenção Pública	9.832.137	8.767.948
Outros Rendimentos e Ganhos		
Quotas	1.096.656	1.144.362
Contribuições de militantes	236.545	513.303
Contribuições de representantes eleitos	26.668	34.028
Angariação de fundos	0	2.335
Inscrições no Congresso Nacional	0	140.000
Ganhos em immobilizações	2.500	17.500
Outros	247.363	67.064
Outros - Estruturas	185.640	278.360
	1.795.372	2.196.952
Juros obtidos	42.563	28.180
TOTAL	11.670.072	10.993.080

Verifica-se um aumento nos Rendimentos correntes de cerca de 677.000 euros (+6%) relativamente ao ano de 2010.

Este aumento foi determinado, essencialmente, pelo acréscimo das Subvenções públicas em cerca de 1.064.000 euros, o que compensou a redução ocorrida em quase todas as restantes subrubricas: (i) redução das Quotas de militantes (-47.706 euros), (ii) redução das Contribuições de militantes (- 276.758 euros); (iii) redução das Contribuições de representantes eleitos (- 7.360 euros); (iv) redução de Ganhos em immobilizações (- 15.000 Euros); para além de (v) redução de 140.000 euros, correspondente ao valor de rendimentos registados em 2010 com Inscrições no Congresso Nacional (não efetuado em 2011).

As Subvenções registaram um acréscimo de cerca de 1.064.000 euros relativamente ao ano transato, decompondo-se da seguinte forma:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Subvenção Anual	5.458.109	5.218.232
Madeira		
Subsidio Grupo Parlamentar	2.932.295	2.925.193
Assessoria aos deputados	314.849	319.770
PSD Nacional (Madeira)	0	32.753
Excedentes Autárquicas 2009	920.624	0
Excedentes Europeias 2009	24.885	0
Devolução Lei Paridade Autárquicas 2009	-70.625	0
CPR Açores	252.000	272.000
Subvenção Pública Total	<u>9.832.137</u>	<u>8.767.948</u>

Para além do aumento de cerca de 240.000 euros da Subvenção anual, na sequência dos resultados das Eleições Legislativas de junho de 2011, destaca-se a inclusão pelo Partido dos excedentes das Eleições de 2009 (no total de cerca de 945.500 euros), pagos pela Assembleia da República em 2011, assim como, ao invés, a dedução relativa às devoluções de subvenções por violação da Lei da Paridade nas Autárquicas 2009.

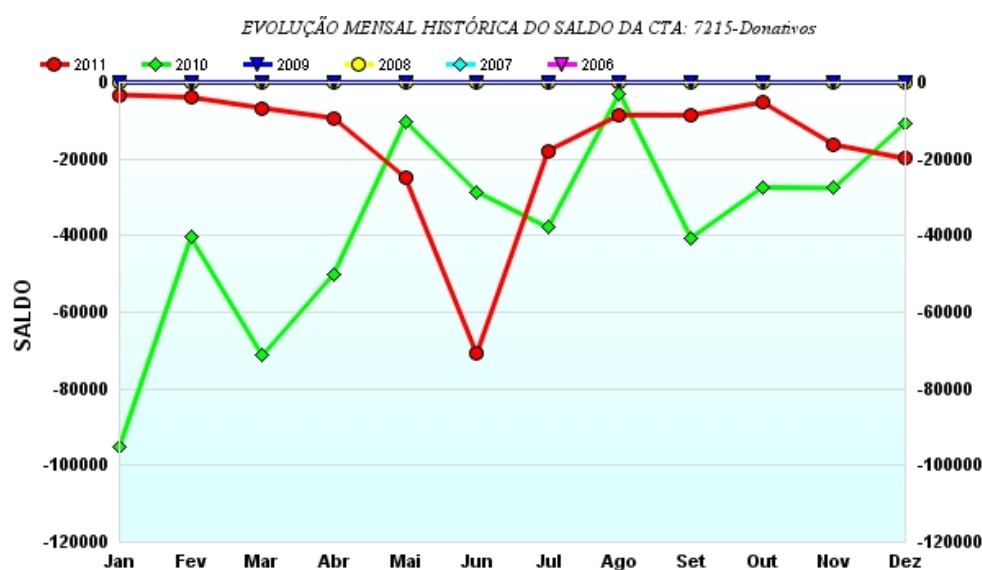
Dada a impossibilidade da estimativa dos excedentes das subvenções das Eleições Autárquicas, cuja fiabilidade seria sempre questionável, pode aceitar-se que, considerando a informação da AR de 2011 como nova informação atualizada, o Partido considere o registo dos excedentes como ajustamento à estimativa que efetuou para o valor das subvenções a receber daquelas eleições, levando esses montantes a resultados correntes e não a resultados transitados, como seria caso fosse considerado um erro.

No que respeita à conta 7211 – Quotas (1.096.656 euros em 2011; face a 1.144.362 euros registados em 2010), o Partido regista apenas as quotas do ano, que são estimadas tendo em conta o número de militantes existentes nos registos do *software* de gestão de militantes reportados à data de 31-12-2011. O valor é determinado através da multiplicação do número de militantes pelo valor anual das quotas (12 € para PSD; e 6 € para JSD). O pagamento das quotas é também registado no *software* e creditado na conta 211199 – Quotas do ano, sendo o documento de suporte, nos casos verificados, um talão de depósito com lista anexa de valores individuais. Não tem anexos os recibos.

Quanto às Contribuições de militantes, refira-se que, no Anexo, o Partido incluiu também nessa subrubrica os donativos recebidos durante o ano, o que nos parece uma prática não recomendável e pouco transparente, face ao estabelecido no artigo 12.º da L 19/2003 com a redação que lhe foi dada pela L n.º 55/2010, que dispõe a discriminação das receitas, nomeadamente dos donativos. As receitas encontram-se discriminadas no balancete do Partido, mas deveriam sê-lo também no Anexo. O saldo da subrubrica Contribuições de militantes decompõe-se da seguinte forma:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Donativos	194.806	442.401
Contribuições de filiados	41.739	70.902
	<u>236.545</u>	<u>513.303</u>

O gráfico seguinte permite analisar o comportamento dos donativos ao longo dos anos de 2010 e 2011:



Enquanto em 2010 não parece haver um padrão definido, já no ano de 2011 verifica-se a existência nítida de um pico nos meses de maio a julho, coincidente com a Campanha das Legislativas Nacionais de 2011.

A coincidência dos picos de donativos com o período eleitoral acontecera também em 2009, ano de 3 atos eleitorais, levando a crer que existe uma relação entre os donativos do período e os atos eleitorais, mas sem reflexo nas contas eleitorais.

Por fim, é de notar que a “CPR Madeira” recebeu dois donativos em numerário, no valor individual de 400 euros, o que corresponde a um valor superior a 25% do salário mínimo nacional mensal (ver Ponto 11 da Secção C deste Relatório).

Quanto ao saldo da conta “Outros”, decompõe-se do seguinte modo:

	2011	2010
Correcções a exercícios anteriores	231.691	50.291
Rendimentos diversos	12.937	10.947
Outros não especificados	387	5.826
Estruturas	2.348	0
	247.363	67.064

Verifica-se um aumento das Correções a exercícios anteriores, que assumem um valor com alguma materialidade, cerca de 2% dos rendimentos e 9% do resultado da atividade corrente, e que decorrem principalmente do desreconhecimento de dívidas das Estruturas, que constavam no Balanço da Sede nacional.

Com efeito, a Sede nacional reconheceu um montante líquido de 222.189 euros em rendimentos por Correções a exercícios anteriores, em função do desreconhecimento dos seguintes saldos devedores e credores:

Conta	Estrutura	Débito	Crédito
27830101	CPD Aveiro	11.719,15 €	- €
27830108	CPS Espinho	- €	951,89 €
27830116	CPS Santa Maria da Feira	- €	37,41 €
27830120	CPS Vale de Cambra	- €	426,70 €
27830201	CPD Beja	- €	185,15 €
27830301	CPD Braga	3.410,95 €	- €
27830303	CPD Barcelos	- €	82,30 €
27830401	CPD Bragança	- €	2.356,40 €
27830501	CPD Castelo Branco	148,76 €	- €
27830601	CPD Coimbra	318,51 €	- €
27830701	CPD Évora	31.514,14 €	- €
27830714	CPS Viana do Alentejo	- €	178,20 €
27830801	CPD Faro	20.403,47 €	- €
27830901	CPD Guarda	228,38 €	- €
27830913	CPS Seia	- €	73,20 €
27831101	CPD Lisboa AM	35.910,02 €	- €
27831102	CPS Algés	- €	30,00 €

27831107	CPS Cascais	- €	17,80 €
27831110	CPS D	- €	171,14 €
27831121	CPS Oriental	- €	8,80 €
27831126	CPS Vila Franca de Xira	- €	65,00 €
27831201	CPD Lisboa AO	- €	19,16 €
27831312	CPS Monforte	- €	32,50 €
27831314	CPS Ponte de Sôr	- €	226,80 €
27831401	CPD Porto	- €	317,55 €
27831409	CPS Matosinhos	- €	20,00 €
27831414	CPS Póvoa do Varzim	- €	12,00 €
27831416	CPS Trofa	- €	46,00 €
27831418	CPS Vila do Conde	32,50 €	- €
27831419	CPS Vila Nova de Gaia	- €	158,90 €
27831501	CPD Santarém	4.668,08 €	- €
27831517	CPS Salvaterra de Magos	- €	12,63 €
27831601	CPD Setúbal	54.591,49 €	- €
27831605	CPS Barreiro	- €	678,78 €
27831613	CPS Setúbal	- €	3.286,69 €
27831701	CPD Viana do Castelo	- €	5.346,06 €
27831801	CPD Vila Real	24.160,29 €	- €
27831901	CPD Viseu	- €	48,40 €
27832001	CPR Açores	95,75 €	- €
27832101	CPR Madeira	- €	22.260,19 €
27832201	CPE JSD Nacional	16.488,56 €	- €
27832301	CPE TSD Nacional	12.411,99 €	- €
27832401	CPE ASD Nacional	43.136,24 €	- €
Totais		259.238,28 €	37.049,65 €

Verifica-se que haveria lugar ao reconhecimento de cerca de 260.000 euros em rendimentos e 37.000 euros em gastos, ou, mais corretamente, um impacto líquido de cerca de 222.200 euros em resultados de anos anteriores, por via da rubrica de Capital próprio.

8.2. Redução dos Gastos da atividade corrente

É a seguinte a decomposição dos Gastos da atividade corrente, em 2010 e 2011:

Gastos da actividade corrente	2011	2010
Fornecimentos e serviços externos	5.445.906	6.186.472
Gastos com o pessoal	2.028.147	2.171.708
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	556.049	709.885
Outros gastos e perdas	397.112	130.622
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	483.812	475.678

Juros e gastos similares suportados	211.093	152.482
TOTAL	9.122.119	9.826.847

Verifica-se a ocorrência, em 2011, de um decréscimo dos gastos (expurgados dos gastos relacionados com Campanhas Eleitorais) no montante de cerca de 705.000 euros (- 7%), comparativamente com o ano transato.

Esse decréscimo foi determinado pela conjugação dos seguintes fatores:

- (i) Diminuição dos gastos não imputáveis a Campanhas eleitorais registados na rubrica de **Fornecimentos e serviços externos** (- 740.566 euros):

	2011	2010
Sede	1.640.487	1.984.880
Regional da Madeira	2.471.231	2.362.127
Lisboa AM	129.258	337.750
Porto	132.142	191.826
Regional dos Açores	135.799	185.933
JSD	182.064	236.621
Aveiro	78.284	96.186
TSD	77.596	37.841
Setúbal	58.770	66.134
Braga	56.290	87.793
Coimbra	50.292	63.412
Outras Estruturas Distritais	433.693	535.969
	5.445.906	6.186.472

As maiores variações registam-se na Sede nacional (- 344.393 euros) e na CPD Lisboa AM (- 208.492 euros); e, ao invés, com um aumento, na CPR Madeira (+ 109.104 euros).

As principais variações registadas na estrutura central da Sede Nacional foram as seguintes (sendo indicadas apenas as variações de valor superior a 10.000 euros):

	2011	2010	Variação
Correios	53.084	90.486	-37.402
Artigos para oferta	146	10.576	-10.430
Material de escritório	13.398	27.395	-13.997
Material de consumíveis informáticos	10.350	22.613	-12.263
Rendas e alugueres	96.639	243.359	-146.720
Comunicações	156.495	121.472	35.023

Encargos com viaturas	67.704	50.057	17.647
Publicidade e propaganda	39.187	64.766	-25.579
Vigilância e segurança	70.148	84.856	-14.708
Trabalhos especializados	557.782	472.928	84.854
Material audiovisual	16.113	129.945	-113.832
Material de propaganda	23.865	52.956	-29.091
Outros	40.696	119.123	-78.427
	<u>1.145.607</u>	<u>1.490.532</u>	<u>-344.925</u>

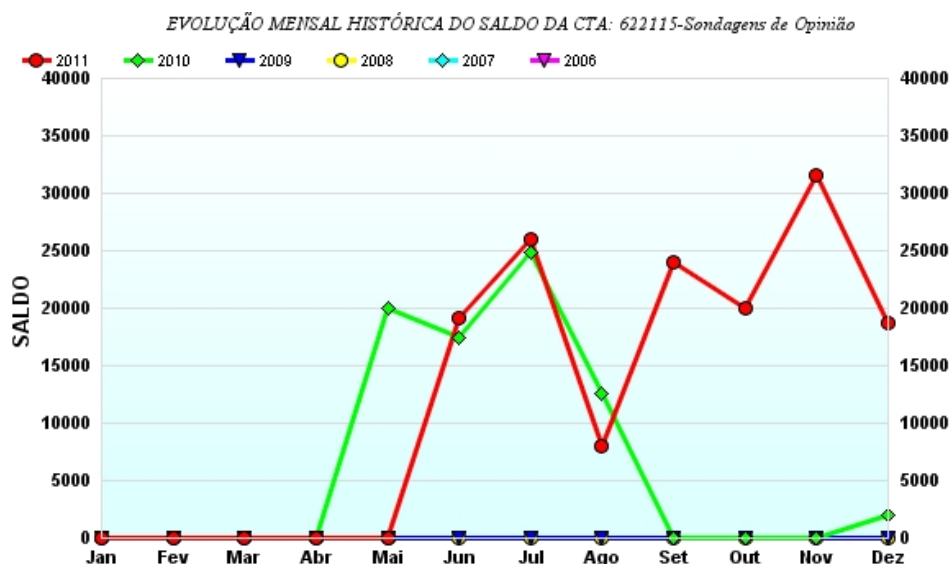
Uma parte da variação global nesta rubrica decorre de se ter realizado em 2010 o Congresso Nacional do PSD, situação que não se verificou em 2011. Com efeito, o Congresso Nacional de 2010 representou um total de cerca de 271.000 euros de gastos com fornecimentos e serviços externos, em diversas contas específicas:

<u>Conta</u>	<u>Rubrica</u>	<u>Valor</u>
622120	Trabalhos especializados	1.750
62233	Vigilância e segurança	30.073
62372	Material audiovisual	92.539
625112	Deslocações e estadas - Órgãos nacionais	15.052
625124	Deslocações e estadas - Serviços Gerais	22.360
626122	Alugueres	83.406
626225	Comunicações - Voz	2.211
626235	Comunicações - Dados	3.725
62683	Outros	20.155
TOTAL		271.271

Por seu lado, as subrubricas que sofreram maiores aumentos comparativamente ao ano anterior foram as seguintes:

- Trabalhos especializados: A variação desta rubrica (+ 84.854 euros) assenta essencialmente nos seguintes fatores:
 - o Aumento de cerca de 127.000 euros em gastos com consultoria política, referente a contratos com o Euroconsulting Group – cerca de 47.000 euros, de janeiro até setembro de 2011 (contrato com início em dezembro de 2010) e contrato de assessoria política com a empresa brasileira Arcos Propaganda (quase 80.000 euros registados, de setembro a dezembro);

- Acréscimo de cerca de 70.500 euros na conta de “Sondagens de opinião”. Como se pode verificar no gráfico seguinte, em 2011 o Partido contratou sondagens, a partir de maio e até final do ano, enquanto em 2010 as sondagens ocorreram principalmente até agosto.



- Aumento de cerca de 65.000 euros nos gastos com assessoria, com a contratação de assessoria de serviços de comunicação *online* com a Nextpower – contrato de 7.000 euros/mês, desde outubro de 2011, e “serviço de monitorização de redes sociais e blogagem”, também de 7.000 euros/mês, desde julho de 2011, com a Comunicatessen Unip.
- Redução de 134.000 euros nos gastos com assessoria financeira, devido aos gastos registados em 2010 (cerca de 227.000 euros) com assessoria financeira da Deloitte.
- Comunicações: Esta subrubrica regista acréscimo de cerca de 35.000 euros relativamente ao ano anterior, com destaque para a conta “626231 – Dados Geral”, com um aumento de 28.000 euros; parte substancial desse aumento decorre de gastos com comunicações em *roaming*, decorrentes da visita a Angola de membros dos órgãos do Partido, no verão de 2011.

Os gastos com ações do PSD Madeira, embora separados no balancete enviado pela Estrutura, foram incluídos na rubrica de Fornecimentos e serviços externos do consolidado:

Ações Partidárias Madeira	2011	2010
Festa Chão da Lagoa	477.089	468.073
Festa Verão Porto Santo	13.045	17.005
Festa Pico Barcelos	10.395	13.202
Estrutura Regional – Realiz. diversas	73.250	142.221
Jornadas Parlamentares	14.610	2.870
Ações JSD	132.396	114.690
Ações TSD	4.495	0
Jornal Madeira Livre	144.256	161.302
Congresso 2011	82.235	0
Conselho Regional	1.200	0
	<u>952.971</u>	<u>919.363</u>

À semelhança de anos anteriores o volume de receitas da “Festa do Chão de Lagoa”, cerca de 20.850 euros, foi bastante reduzido comparativamente aos gastos (os quais ascenderam a um total de 477.089 euros), não obstante tivesse sido superior ao do ano precedente. O aumento de gastos de 2011 deve-se sobretudo ao Congresso Regional.

- (ii) Diminuição de cerca de 143.500 euros em **Gastos com o pessoal**, dos quais 69.000 euros de vencimentos dos membros dos órgãos do Partido, na sequência da vitória nas Eleições Legislativas de junho de 2011, e cerca de 30.000 euros de ajudas de custo (que haviam sido pagas em 2010, mas não em 2011, a maior parte das quais devido ao Congresso Nacional do Partido realizado em 2010).
- (iii) Redução dos gastos relativos a **Imparidades de dívidas a receber** de militantes, por quotas vencidas e não pagas, em 153.000 euros, comparativamente ao valor total de reforço registado em 2010 (ver Ponto 7 da Secção C deste Relatório).
- (iv) Aumento de cerca de 267.000 euros em **Outros gastos e perdas** correntes, dos quais cerca de 98.000 euros provêm do aumento do registo de Correções a exercícios anteriores (que, neste ano de 2011,

ascenderam a 117.715 euros), e 27.895 euros do perdão da dívida ao Instituto Francisco Sá Carneiro.

A ECFP tem dúvidas sobre se este perdão de dívida não significará uma forma de financiamento do Instituto Francisco Sá Carneiro, que, tendo personalidade jurídica distinta da do Partido, coloca em causa a legalidade desse procedimento (ver Ponto 15 da Secção C deste Relatório).

Quanto às Correções de exercícios anteriores, cerca de 50.000 euros referem-se ao desreconhecimento de dívidas a receber de Estruturas, que se encontravam registadas nas contas da Sede, mas não nas Estruturas.

C. Limitações ao Âmbito dos Trabalhos de Auditoria ou Incorreções e Incumprimentos Verificados Relativamente à Atividade do Partido.

1. Impossibilidade de Confirmar que todas as Ações Desenvolvidas pelas Estruturas do Partido foram Refletidas nas Contas. Gastos e Rendimentos Eventualmente não Refletidos Contabilisticamente

A ECFP elaborou uma listagem com ações de atividade corrente do Partido. Foram as seguintes as ações identificadas pela ECFP, sem correspondência identificada nas listas de ações apresentadas pelo Partido ao Tribunal Constitucional:

Data(s)		Acção
Início	Fim	
07-jan		Cerimónia de tomada de posse dos Órgãos Distritais do PSD/Aveiro com a presença de Pedro Passos Coelho - Parque de Exposições de Aveiro
28-jan	30-jan	4ª edição de "Aveiro em Formação, Jornadas do Poder Local (org. JSD) - Hotel de Ílhavo
29-jan	30-jan	XVIII Congresso Regional da JSD Madeira - Centro de Conferências e Exposição da Madeira
s/data		Encontro de Autarcas do PSD/Maia - auditório da Junta de Freguesia de Vermoim, Maia
02-fev		Site fiqueisembolsa.com (JSD)
26-fev		Tomada de posse dos Órgãos Distritais do PSD/Coimbra com a presença de Pedro Passos Coelho - Pousada do Convento do Desagravo, Oliveira do Hospital
26-fev		Jantar-comício com mil militantes e com a presença de Pedro Passos Coelho - Pavilhão Multiusos, Penela
10-fev		Visita de Pedro Passos Coelho a Paris
04-mar		Palestra "Caminhos e Desafios do Poder" - s/local, Quarteira
12-mar		Convenção Autárquica Distrital do PSD/Viana do Castelo - Auditório Prof. Lima de Carvalho, Instituto Politécnico de Viana do Castelo
12-mar		Jantar-comício com a presença de Pedro Passos Coelho - Hotel Porta do Sol, Caminha
08-abr		Almoço dos Trabalhadores Sociais-Democratas com a presença de Pedro Passos Coelho (8 euros p/pessoa) - Mercado da Ribeira, Lisboa

11-abr		Jantar-conferência PSD Almada com apresentação do livro "O Estado em que Estamos" de Luís Marques Mendes - s/local
abr	mai	Sessões públicas de preparação do I Congresso Distrital do PSD Santarém
01-mai		1º de maio dos TSD
06-mai		37º Aniversário do PSD com perto de 4 mil militantes e a presença de Pedro Passos Coelho - Europarque/Centro Cultural e de Congressos, Santa Maria da Feira
maio		Eleição da direção da Juventude do Partido Popular Europeu - Berlim, Alemanha
09-jun		Campanha de cartazes pós-eleição "Novo Portugal" (JSD)
17-jul		37º Aniversário da JSD - Hotel Golf Mar, Torres Vedras
31-jul		Festa de Chão da Lagoa - Funchal, Madeira
ago		Campanha de cartazes "Todos temos que Fazer a Nossa Parte" (JSD)
29-ago		Comício no Porto Santo
s/data	02-out	VI Congresso dos Trabalhadores Sociais-Democratas dos Açores
08-out		II Convenção Social Democrata do Distrito de Setúbal "O Campo e o Mar Uma Aposta de Futuro" - Auditório António Chainho, Santiago do Cacém
15-out		Encontro de Autarcas do PSD (org. ASD) - Hotel Eurosol, Leiria
29-out	30-out	2º Congresso da Interioridade (org. JSD) - s/local, Cinfães
02-nov		Reunião do Conselho Nacional do PSD - Hotel Sana, Lisboa
05-nov		Conferência "Reforma da Administração Local" - Fundação Cupertino Miranda, Porto
18-nov		Colóquio "A Agricultura em Portugal - Uma Visão Prospectiva" - s/local, Braga
19-nov		Curso de formação "Saber +" da JSD (sessões em várias regiões - 1ª sessão em Vila Real com a presença de Passos Coelho - Hotel Miracorgo)
25-nov	27-nov	Curso de formação "Saber +" da JSD - Hotel do Luso, Aveiro
nov		Conferência "O que temos ainda de Sá Carneiristas?" (co-org JSD) - Café Nicola, Lisboa
20-dez		Reunião do Conselho Nacional do PSD - Hotel Sana, Lisboa
dez		Sessão evocativa em memória de Francisco Sá Carneiro - s/local, Porto

Verifica-se que existe na lista um conjunto de ações que certamente deu origem a gastos, como é o caso da 4.ª edição da ação "Aveiro em Formação", realizada num hotel de Ílhavo. Algumas das ações descritas realizaram-se na Madeira.

A "CPR Madeira" desenvolveu ações partidárias cujos gastos (registados em Fornecimentos e serviços externos) ascenderam a 952.971 euros. A Estrutura regional não apresentou uma lista de ações, mas tem anexada às Demonstrações financeiras consolidadas uma lista de meios, cujo total coincide com o total de gastos da Demonstração dos Resultados da Estrutura, mas que atribui a todas as ações as designações "Outros", ou "Comício/Festa", ou "Congresso/Convenção", não permitindo assim a sua devida identificação.

O Partido enviou posteriormente, em 24-07-2013, um conjunto de ficheiros com os comentários e documentação comprovativa das ações que não puderam ser identificadas pelos auditores. Após análise dessa documentação, subsistiram dúvidas relativamente a um conjunto mais reduzido de ações, que se referem em seguida:

Data(s)		Acção	Notas
Início	Fim		
07-jan		Cerimónia de tomada de posse dos Órgãos Distritais do PSD/Aveiro com a presença de Pedro Passos Coelho - Parque de Exposições de Aveiro	1
28-jan	30-jan	4ª edição de "Aveiro em Formação, Jornadas do Poder Local (org. JSD) - Hotel de Ílhavo	2
29-jan	30-jan	XVIII Congresso Regional da JSD Madeira - Centro de Conferências e Exposição da Madeira	3
26-fev		Tomada de posse dos Órgãos Distritais do PSD/Coimbra com a presença de Pedro Passos Coelho - Pousada do Convento do Desagravo, Oliveira do Hospital	4
26-fev		Jantar-comício com mil militantes e com a presença de Pedro Passos Coelho - Pavilhão Multiusos, Penela	5
12-mar		Jantar-comício com a presença de Pedro Passos Coelho - Hotel Porta do Sol, Caminha	3
08-abr		Almoço dos Trabalhadores Sociais-Democratas com a presença de Pedro Passos Coelho (8 euros p/pessoa) - Mercado da Ribeira, Lisboa	6
11-abr		Jantar-conferência PSD Almada com apresentação do livro "O Estado em que Estamos" de Luís Marques Mendes - s/local	5
abr	mai	Sessões públicas de preparação do I Congresso Distrital do PSD Santarém	2
01-mai		1º de maio dos TSD	7
maio		Eleição da direcção da Juventude do Partido Popular Europeu - Berlim, Alemanha	8
09-jun		Campanha de cartazes pós-eleição "Novo Portugal" (JSD)	9
08-out		II Convenção Social Democrata do Distrito de Setúbal "O Campo e o Mar Uma Aposta de Futuro" - Auditório António Chainho, Santiago do Cacém	10
05-nov		Conferência "Reforma da Administração Local" - Fundação Cupertino Miranda, Porto	11
18-nov		Colóquio "A Agricultura em Portugal - Uma Visão Prospectiva" - s/local, Braga	2
nov		Conferência "O que temos ainda de Sá Carneiristas?" (co-org JSD) - Café Nicola, Lisboa	12

Notas:

1 – O Partido refere que houve cedência gratuita do espaço, tendo enviado regulamento da Câmara Municipal de Aveiro, de 2012, no qual se estabelece a isenção de taxas municipais em 80% para os Partidos políticos. Todavia, nem o período de validade do Regulamento, nem a percentagem de isenção, justificam o não pagamento de qualquer montante.

2 – O Partido enviou cópias das faturas e informa que não foi aberto um evento específico, pelo que a ação é apresentada em gastos correntes. Não foi possível identificá-la na lista de meios.

3 – O Partido informa que não foi aberto um evento específico, pelo que a ação é apresentada em gastos correntes e não em gastos relacionados com ações.

4 – O Partido apresentou a fatura. Não foi criado evento, pelo que não é identificável na lista de meios.

5 – O Partido refere que cada militante pagou a sua refeição, não tendo sido aberto um evento específico para a ação.

6 – O Partido refere que TSD desconhecem o evento.

7 – O Partido refere que foi aberto um evento com o código de ação “EMI3”, mas não há nenhum evento com esse código na lista de meios dos TSD.

8 – O Partido refere que foi aberto evento com o Código de ação “OA9 – Outros”, mas não foi possível identificá-lo na lista de meios da JSD.

9 – O Partido refere que Campanha de cartazes pós-eleição “Novo Portugal” (JSD) correspondem a uma ação de 2010 e não de 2011.

10 – O Partido refere que foi aberto um evento com o código de ação “EMI3”, mas não há nenhum evento com esse código na lista de meios da CPD Setúbal.

11 – O Partido referiu que houve cedência gratuita de espaço, tendo apresentado declaração da tesoureira da CPD PSD do Porto, Sofia Martins.

12 – O Partido refere que a JSD participou, mas não organizou este evento.

Como referido pelos auditores em anos anteriores:

Dada a competência das estruturas descentralizadas para a realização de despesas, sem autorização prévia, nem informação obrigatória com identificação das ações desenvolvidas não é possível garantir que todas as ações correntes e de campanha foram identificadas e reportadas para efeitos de comunicação ao Tribunal Constitucional.

Considerando todos os aspetos acima referidos, concluem os auditores que não existe um sistema de controlo, suportado num conjunto de procedimentos, que seja, na prática, efetivo, em todas as Estruturas do Partido, de forma a garantir que todos os meios e respetivos custos de todas e cada uma das ações são identificados e corretamente quantificados.

Quanto à utilização gratuita de espaços por entidades coletivas, públicas ou privadas, é preciso considerar que, fora do estrito quadro da legislação eleitoral sobre a utilização gratuita de lugares e edifícios públicos, a utilização

de recintos de normal utilização pública está sujeito a um custo de utilização que, caso não seja cobrado aos Partidos políticos, traduz uma cedência considerada como financiamento proibido à luz do artigo 8.º da L 19/2003.

A ECFP solicita ao PSD que confirme ou comente adicionalmente a lista acima referenciada, de forma a clarificar o mais detalhadamente possível as situações elencadas.

2. Impossibilidade de Confirmar que Todas as Receitas do Partido Foram Refletidas nas Contas (Designadamente as da Madeira)

No decurso da auditoria, foram identificadas situações que não permitem à ECFP concluir que a totalidade das receitas obtidas pelo PSD no ano de 2011 se encontre refletida nas Demonstrações Financeiras, apresentadas pelo Partido ao Tribunal Constitucional.

A estrutura da “CPR Madeira” registou gastos com ações partidárias (refletidos na rubrica de Fornecimentos e serviços externos), no montante total de 952.971 euros, dos quais cerca de 477.000 euros relativos à “Festa do Chão de Lagoa”. Com efeito, essa ação representa 50% do valor registado em ações partidárias na Madeira. Porém, os rendimentos registados pela “CPR Madeira”, associados à “Festa do Chão de Lagoa”, foram de apenas 20.850 euros, sendo, de acordo com o balancete, 14.151,50 euros de aluguer de barracas e 6.698,50 euros de receitas de transportes.

Está ainda registada, na conta 72.3.6 (subconta da conta 72.3, relativa à “Festa do Chão de Lagoa”) uma quantia de 11.820 euros, com a designação “Festa de Natal - Participação de Militantes”, que, uma vez que se trata da venda de bilhetes ou “cotos”, para jantar de Natal no Tecnopolo em 9 de dezembro de 2011, não está portanto relacionada com a “Festa do Chão de Lagoa”.

Por outro lado, a Estrutura Regional da Madeira continua a não apresentar, no Balanço de 2011, à semelhança do verificado nas contas anuais de 2010, as dívidas de militantes.

O valor de quotas do ano de 2011, no balancete da “CPR Madeira”, é de 12.065 euros (29.862 euros em 2010). Com base na análise documental efetuada, verificou-se que dos 12.065 euros, 1.450 euros são afinal donativos,

o que reduz o montante das quotas a apenas 10.615 euros. De acordo com o *query* realizado pelo Partido ao sistema de gestão de quotas e militantes, a Madeira tinha, em 31-12-2011, um total de 5.543 militantes do PSD (5.093 em 31-12-2010) e 1.697 militantes da JSD (1.637 em 2010). Sabendo que o valor anual das quotas é de 12 euros para os militantes PSD, e de 6 Euros para os militantes JSD, o valor anual das quotas, se fossem integralmente recebidas no ano, seria de cerca de 76.000 euros (70.900 euros em 2010), pelo que se infere que o PSD Madeira apenas regista as quotas quando recebidas, adotando um regime de caixa.

Face ao exposto solicita-se uma apresentação dos controlos exercidos pelo PSD quanto à estrutura Madeira no sentido de garantir: (i) que todas as receitas foram depositadas, e (ii) que todas as receitas foram registadas nas contas respetivas.

Solicita-se também que confirme se as receitas com a festa anual do PSD Madeira (“Chão de Lagoa”) foram, apenas, de cerca de 20 mil euros, quando os gastos incorridos foram de cerca de 477.000 euros. Dada a discrepância verificada entre a receita e a despesa, volta a questionar-se, à semelhança do ano anterior, a forma de financiamento da Festa do Chão da Lagoa.

Salia-se que esta limitação foi já identificada no Relatório da ECFP sobre as Contas Anuais, desde o ano de 2006, e que a ausência de uma resposta esclarecedora por parte do PSD não permite confirmar que todas as receitas foram depositadas, nem que todas as receitas foram registadas nas contas respetivas, podendo concluir-se pela existência de uma violação do dever genérico de organização referido no nº 1 do artigo 12º da L 19/2003.

3. Deficiências no Suporte Documental dos Gastos e Rendimentos do Período

No decurso da auditoria foram identificadas deficiências no suporte documental de alguns gastos e rendimentos registados no ano de 2011.

CPR Madeira

- Solicitados os documentos de suporte contabilístico relativos à “CPR Madeira”, os auditores verificaram que, à exceção do mês de novembro de

2011, em que foram emitidos recibos de 130 euros de quotas, e 10 euros de donativos, os auditores não obtiveram, relativamente aos restantes meses, evidência da emissão de recibos, tendo-lhes sido apresentadas apenas listagens com o nome, número de militante e a quantia, sem indicação, na maior parte dos casos, do período a que se referem as quotas. Nos casos em que o período era indicado, foram identificados pagamentos de quotas referentes a anos anteriores, no montante de 200 euros.

- A Estrutura da Madeira registou 714.596 euros de gastos com rendas e alugueres, que se encontram suportados por listagens com indicação da localidade dos imóveis, valor e contas a movimentar, não tendo contudo sido apresentados faturas e/ou recibos dos senhorios, designadamente a Fundação Social Democrata da Madeira, que é a que arrenda mais imóveis e com valores mais significativos, pelo que não é possível aos auditores certificar qual o período a que a renda se refere.
- A Estrutura da Madeira registou na subrubrica de Deslocações e estadas, um valor total de 229.000 euros de gastos com transportes de pessoal, que, de acordo com o Partido, se referem a “reembolsos pelo uso de viatura própria dum conjunto de pessoas cuja missão em todas as freguesias da Região Autónoma da Madeira é contactar as populações deixando mensagens convocatórias, etc”. Estes reembolsos são registados tendo como suporte apenas uma lista de transferência bancária com a identificação do beneficiário, o NIB e a quantia respetiva.

A maior evidência da insuficiência do suporte documental é a referência a estas situações nos Relatórios da ECFP às contas anuais de 2008, 2009 e 2010, sem que os auditores tivessem compreendido a natureza dos gastos, tendo inclusivamente o Tribunal Constitucional, no Acórdão n.º 394/2011, de 21 de setembro, referentes às contas anuais de 2008, imputado ao PSD uma violação do dever genérico de organização contabilística consagrado no artigo 12.º da Lei n.º 19/2003, apesar dos esclarecimentos então prestados pelo Partido.

- Foi registado em gastos com ações partidárias da Madeira, um concerto do cantor Netinho, no montante de 46.400 euros, suportado apenas pelo contrato, não tendo sido apresentada a correspondente fatura.

- Foram registados 11.820 euros de comparticipação de militantes em Jantar de Natal no Tecnopolo, em 9 de Dezembro de 2011, suportados por talões de depósito em numerário, e pequenos talões numerados, com a inscrição “Jantar de Natal”, mas sem qualquer identificação. Os talões não referem sequer a quantia, constando apenas das fotocópias enviadas pelo Partido que se trata de “cotos” no valor de 10 euros cada. Não foram identificados os militantes que procederam a estas contribuições.

CPD Lisboa AM

Despesas não devidamente documentadas:

- Movimentos com o n.º 11001, do diário de bancos, e n.º 10024, 20016, 90010, e 100013, do diário de compras, suportados por cópia de 5 depósitos efetuados na conta da prestadora de serviços, no valor de 150 euros cada – refere que o documento será oportunamente substituído por “recibo verde”, mas tais recibos não foram apresentados. Esta mesma prestadora de serviços já tinha apresentado documentos provisórios em 2010, referidos no Relatório da ECFP às contas anuais de 2010. Trata-se portanto de uma prática reiterada.
- Movimentos com o n.º 10013, do diário de bancos, n.º 120004 do diário OC111, e n.º 120001 e 120002 do diário de operações diversas, com registos nos montantes de, respetivamente, 2.277,47 euros, 1.877,33 euros, 5.178,30 euros e 100.000 euros, os quais não se encontravam suportados por qualquer documento.

CPS de Oeiras

Uma grande parte dos documentos de suporte dos gastos registados pela “CPS de Oeiras” não se apresenta na forma legal, uma vez que não identifica o adquirente, ou não foram emitidos em nome do Partido. É o caso, por exemplo, dos seguintes:

- Movimento n.º 60025, de 30-06-2011, no valor de 120,82 euros, relativo a despesas de combustível, suportado por documentos sem identificação do adquirente.
- Movimento n.º 80022, de 31-08-2011, no valor de 40 euros, de gastos com Internet, faturados a Rui Santos.

- Movimento n.º 110024, de 30-11-2011, suportado por fatura dos SMS de Oeiras e Amadora, referente a consumo de água, emitida em nome de . Os restantes meses estão suportados apenas por documento de transferência bancária que não permite avaliar qual o período do consumo. O mesmo sucede com os gastos registados com eletricidade.
- Movimento n.º 110025, de 30-11-2011, referente a faturas de combustível, no valor de 60 euros, sem identificação do adquirente.
- Movimentos n.º 50042,50043 e 50044, de 31-05-2011, no valor global de 370 euros, sem identificação do adquirente.
- Movimento n.º 30019, de 31-03-2011, no valor de 141,45 euros, suportado por cópia de fatura proforma emitida à Junta de Freguesia de Queijas.
- Movimento n.º 60026, de 30-06-2011, suportado por “VD” da Fábrica de Chaves do Areeiro, o qual subsiste em dívida na conta “2211999 – Fornecedores”, apesar de dever ter sido pago, dada a natureza do documento. Poderá consubstanciar eventualmente um caso de donativo indireto.
- Movimento n.º 20027, de 28-02-2011.

A ECFP entende que a falta de transparência da documentação de suporte dificulta o apuramento de outras eventuais infrações cometidas pelo Partido e prejudica a atividade de auditoria às contas. Face ao exposto, pode entender-se que o Partido não cumpriu o dever genericamente estabelecido no n.º 1 do artigo 12.º da L 19/2003.

Solicitam-se esclarecimentos quanto às situações descritas.

4. Conciliações Bancárias e Extratos Bancários – Não Entrega ao Tribunal Constitucional dos Extratos de Todas as Contas e não Disponibilização aos Auditores de Todas as Conciliações

Com base na análise efetuada pelos auditores à informação entregue pelo Partido ao Tribunal Constitucional, resultou que, para um elevado número de contas, não foram entregues todos os extratos bancários, nem as reconciliações bancárias, mesmo após o pedido dos auditores.

Posteriormente, em 24-07-2013, o PSD entregou aos auditores um conjunto de reconciliações bancárias e extratos bancários que não tinham sido inicialmente entregues ao Tribunal Constitucional.

Após análise desta documentação adicional, subsistem contudo ainda por entregar as conciliações e/ou extratos referentes às seguintes contas bancárias:

Estrutura	Saldo no Balanço / Balancete	Saldo extrato bancário	Diferença	N.º Conta	Banco	Nota
Distrital Aveiro (CPD)	21.852,14	0,00	21.852,14			
Autárquicas 2009	-188,56		-188,56			a)
Secção: Arouca Autárquicas 2009	760,00		760,00			a)
Secção: Arouca Autárquicas 2005	1.608,06		1.608,06			a)
Secção: Castelo de Paiva Autárquicas 2009	-260,05		-260,05			a)
Secção: Estarreja Autárquicas 2009	-3.918,68		-3.918,68			a)
Secção: Ílhavo Autárquicas 2009	8.320,57		8.320,57			a)
Secção: Mealhada Autárquicas 2009	11.456,76		11.456,76			a)
Secção: Murtosa Autárquicas 2005	4.665,99		4.665,99			a)
Secção: Mealhada Autárquicas 2009	551,32		551,32			a)
Secção: Oliveira de Azeméis Autárquicas 2009	-11.945,31		-11.945,31			a)
Secção: Oliveira do Bairro Autárquicas 2009	533,83		533,83			a)
Autárquicas 2009	-4.248,62		-4.248,62			a)
Secção: São João da Madeira Autárquicas 2005	393,30		393,30			a)
Secção: São João da Madeira Autárquicas 2009	706,24		706,24			a)
Autárquicas 2009	11.002,66		11.002,66			a)
Autárquicas 2009	775,69		775,69			a)
Secção: Santa Maria da Feira Autárquicas 2009	1.638,94		1.638,94		BPI	a)
Distrital Beja (CPD)	47.607,04	161,35	47.445,69			
Autárquicas 2009	1.991,71		1.991,71			a)
Autárquicas 2009	-3.214,17		-3.214,17			a)
Secção: Ourique	404,55	161,35	243,20	5-3806924.000.001	BPI	b)
Autárquicas 2009	-2.658,22		-2.658,22			a)
Secção: Aljustrel	18,40		18,40			i)
	36,00		36,00			a)
Autárquicas 2005	4.422,09		4.422,09			a)
Autárquicas 2009	-47,40		-47,40			a)
Secção: Alvito	636,80		636,80			i)

	1.268,40		1.268,40			a)
Autárquicas 2005	1.950,28		1.950,28			a)
Autárquicas 2009	945,69		945,69			a)
Secção: Barrancos	7,20		7,20	2-3595086.000.001	BPI	a)
	14,40		14,40			a)
Autárquicas 2005	2.906,50		2.906,50			a)
Secção: Castro Verde	2.162,13		2.162,13			i)
	61,20		61,20			a)
Autárquicas 2005	4.877,78		4.877,78			a)
Autárquicas 2009	1.739,43		1.739,43			a)
Secção: Cuba (Autárquicas)	364,34		364,34			a)
Secção: Ferreira do Alentejo	92,00		92,00			i)
	64,80		64,80			a)
Autárquicas 2009	59,69		59,69			a)
Secção: Mértola	11,20		11,20			i)
Autárquicas 2005	4.524,65		4.524,65			a)
Autárquicas 2009	0,60		0,60			a)
Secção: Odemira	644,92		644,92			i)
	1.538,40		1.538,40			a)
Autárquicas 2005	11.303,72		11.303,72			a)
Autárquicas 2009	37,12		37,12			a)
Secção: Vidigueira			0,00			a)
Secção: Beja	3.929,20		3.929,20			i)
	42,78		42,78			a)
	7.098,80		7.098,80			a)
Secção: Serpa	303,60		303,60			i)
Autárquicas 2009	68,45		68,45			a)
Distrital Braga (CPD)	140.199,73	1.402,72	138.797,01			
Autárquicas 2009	562,58		562,58			a)
Autárquicas 2005	288,68		288,68			a)
Autárquicas 2009	429,04		429,04			a)
	18,56		18,56	45.257.959.204,00	BCP	a)
Autárquicas 2009	19.319,87		19.319,87			a)
Autárquicas 2009	562,58		562,58			a)
Autárquicas 2009	10.988,86		10.988,86			a)
Autárquicas 2009	5.179,86		5.179,86			a)
Autárquicas 2005	29,93		29,93			a)
Autárquicas 2009	-176,53		-176,53			a)
	3.691,20		3.691,20			a)
Autárquicas 2009	2.862,78		2.862,78			a)
	9.873,93		9.873,93			a)

Autárquicas 2009	1.995,05		1.995,05			a)
Autárquicas 2005	52.920,83		52.920,83			a)
Autárquicas 2009	3.743,30		3.743,30			a)
	1.341,62	1.402,72	-61,10	8-3876011.000.001	BPI	b)
	207,38		207,38			a)
Autárquicas 2009	19.785,92		19.785,92			a)
Autárquicas 2005	312,54		312,54			a)
Autárquicas 2009	6.261,75		6.261,75			a)
Distrital Bragança (CPD)	21.622,84	20.035,29	1.587,55			
Secção: CPD Bragança	13.263,78	20.035,29	-6.771,51	1-3781185.000.001	BPI	b)
Secção: Alfândega da Fé	578,00		578,00			j)
Autárquicas 2005	-1.955,27		-1.955,27			a)
Autárquicas 2009	7.878,94		7.878,94			a)
Autárquicas 2009	-7.865,40		-7.865,40			a)
Secção: F. E. Cinta	548,10		548,10			j)
Secção: Mac.de Cavaleiros	1.835,83		1.835,83			j)
Secção: Miranda do Douro	-152,62		-152,62			j)
Autárquicas 2005	9.847,82		9.847,82			a)
Autárquicas 2009	699,60		699,60			a)
Secção: Mirandela	-561,94		-561,94			j)
Secção: Mogadouro	1.781,20		1.781,20			j)
Autárquicas 2009	-17.479,85		-17.479,85			a)
Secção: Torre de Moncorvo	306,69		306,69			j)
Autárquicas 2009	-23,57		-23,57			a)
Secção: Vila Flor	794,60		794,60			j)
Autárquicas 2009	3.148,11		3.148,11			a)
Secção: Vimoso	538,20		538,20			j)
Autárquicas 2009	4.777,78		4.777,78			a)
Secção: Vinhais	438,80		438,80			j)
Autárquicas 2005	3.148,90		3.148,90			a)
Autárquicas 2009	75,14		75,14			a)
Distrital Castelo Branco (CPD)	-33.411,72	13.692,03	-47.103,75			
Secção: CPD Castelo branco	10.494,90	10.941,71	-446,81	5-3788201.000.001	BPI	b)
Autárquicas 2005	47,52		47,52			a)
Autárquicas 2009	-90,01		-90,01			a)
Secção: Castelo Branco	-7.442,06	2.465,93	-9.907,99	3-3788605.000.001	BPI	b)
Autárquicas 2009	1.391,93		1.391,93			a)
Secção: Covilhã	-68,75	0,00	-68,75	7-3871948.000.001	BPI	b)
Autárquicas 2009	-30.293,71		-30.293,71			a)
Autárquicas 2009	223,93		223,93			a)
Autárquicas 2009	-3.448,92		-3.448,92			a)

Secção: Oleiros	2.465,93		2.465,93	8-3798264.000.001	BPI	a)
Autárquicas 2009	-2.917,64		-2.917,64			a)
Autárquicas 2009	8.710,87		8.710,87			a)
Autárquicas 2009	500,06		500,06			a)
Autárquicas 2009	674,96		674,96			a)
Secção: Penamacor	239,61		239,61			k)
Autárquicas 2009	-15.607,59		-15.607,59			a)
Secção: Vila Velha Rodão	250,40	284,39	-33,99	7-4472757-000-001	BPI	b)
	241,19		241,19			a)
Autárquicas 2009	1.215,66		1.215,66			a)
Distrital Coimbra (CPD)	23.071,52	0,00	23.071,52			
Autárquicas 2005	2.968,90		2.968,90			a) e b)
Autárquicas 2009	68,91		68,91			a) e b)
Autárquicas 2005	70,88		70,88			a) e b)
Autárquicas 2009	122,08		122,08			a) e b)
Autárquicas 2009	30,84		30,84			a) e b)
Autárquicas 2009	62,49		62,49			a) e b)
Conta B	1.787,09		1.787,09			a) e b)
Autárquicas 2009	166,34		166,34			a) e b)
Autárquicas 2009	5.736,64		5.736,64			a) e b)
Autárquicas 2009	1.746,11		1.746,11			a) e b)
Autárquicas 2009	589,40		589,40			a) e b)
Autárquicas 2009	0,18		0,18			a) e b)
Autárquicas 2005	67,47		67,47			a) e b)
Autárquicas 2009	-44,30		-44,30			a) e b)
Autárquicas 2009	2.007,70		2.007,70	5,82005E+11	CGD	a) e b)
Outras Contas Bancárias	2,03		2,03			a) e b)
Autárquicas 2009	716,85		716,85			a) e b)
Autárquicas 2005	3.915,77		3.915,77			a) e b)
Autárquicas 2009	4.794,44		4.794,44			a) e b)
Autárquicas 2009	-1.738,30		-1.738,30			a) e b)
Distrital Évora (CPD)	46.649,25	6.651,84	39.997,41			
Secção: CPD Évora	1.711,39	4.854,79	-3.143,40	6-3796953.000.001	BPI	b)
Secção: Alandroal	2.976,70		2.976,70	7-3984220-000-001	BPI	a)
Autárquicas 2005	605,00		605,00			a)
Autárquicas 2009	816,05		816,05			a)
Secção: Arraiolos	1.800,00	0,00	1.800,00	8-3993023.000.001	BPI	b)
Autárquicas 2009	232,14		232,14			a)
Secção: Borba	1.829,80		1.829,80	6110 40091036609	CCAM	a)
Autárquicas 2009	5.689,98		5.689,98			a)
Autárquicas 2009	1.319,32		1.319,32			a)

Autárquicas 2005	25.461,05		25.461,05			a)
Autárquicas 2009	-2.850,61		-2.850,61			a)
Secção: Montemor-o-Novo	74,59	63,09	11,50	6-3848307.000.001	BPI	
Autárquicas 2009	2.364,79		2.364,79			a)
Autárquicas 2009	-1.339,33		-1.339,33			a)
Autárquicas 2005	1.252,92		1.252,92			a)
Autárquicas 2009	113,84		113,84			a)
Autárquicas 2009	341,47		341,47			a)
Secção: Reguengos de Monsaraz	849,98	220,31	629,67	6-4073050.000.001	BPI	b)
Autárquicas 2009	-3.319,83		-3.319,83			a)
Secção: Viana Do Alentejo	470,45	1.513,65	-1.043,20	6-3842801.001.001	BPI	b)
Autárquicas 2009	77,98		77,98			a)
Autárquicas 2005	4.595,73		4.595,73			a)
Autárquicas 2009	1.575,84		1.575,84			a)
Distrital Faro	65.288,15	18.254,92	47.033,23			
Secção: CPD Faro	13.780,23	15.221,05	-1.440,82	4-3779765.000.001	BPI	b)
Secção: Faro	1.827,31		1.827,31	3-3850620.000.001	BPI	a)
Autárquicas 2009	1,78		1,78			a)
Conta B	3.053,91		3.053,91			a)
Autárquicas 2009	907,88		907,88			a)
Secção: Alcoutim	913,60		913,60	6-3864328.000.001	BPI	a)
Autárquicas 2005	10.141,92		10.141,92			a)
Conta B	757,80		757,80			a)
Autárquicas 2009	2.333,05		2.333,05			a)
Secção: Aljezur	201,45		201,45	9-3864335.000.001	BPI	a)
Conta B	1,93		1,93			a)
Autárquicas 2009	7,50		7,50			a)
Secção: Castro Marim	1.123,82		1.123,82	9-3850631.000.001	BPI	a)
Conta B	528,56		528,56			a)
Autárquicas 2009	51,59		51,59			a)
Secção: Lagoa	44,74	144,69	-99,95	3-3864341.000.001	BPI	b)
Autárquicas 2009	1.286,35		1.286,35			a)
Secção: Lagos	3,75	268,98	-265,23	8-3850637.000.001	BPI	b)
Conta B	1.149,90		1.149,90			a)
Autárquicas 2009	132,19		132,19			a)
Secção: Loulé	930,53		930,53	1-3842261.000.001	BPI	a)
Autárquicas 2009	5.022,18		5.022,18			a)
Secção: Monchique	1.042,26		1.042,26	0-3864309.000.001	BPI	a)
Conta B	1.107,17		1.107,17			a)
Autárquicas 2009	-1.941,58		-1.941,58			a)
Secção: Olhão	862,58	1.062,58	-200,00	4-3850642.000.001	BPI	b)

Conta B	146,25		146,25			a)
Conta B	898,41		898,41			a)
Autárquicas 2009	11,28		11,28			a)
Secção: São Brás Alportel	1.305,51	1.515,51	-210,00	1-3842308.000.001	BPI	b)
Autárquicas 2005	274,27		274,27			a)
Conta B	959,39		959,39			a)
Secção: Silves	3.116,49		3.116,49	7-3864319.000.001	BPI	a)
Autárquicas 2009	212,22		212,22			a)
Secção: Tavira	2.227,19		2.227,19	0-3850630.000.001	BPI	a)
Conta B	688,86		688,86			a)
Autárquicas 2009	5,20		5,20			a)
Secção: Vila do Bispo	456,07		456,07	9-3850628.000.001	BPI	a)
Conta B	9.523,92		9.523,92			a)
Secção: Vila Real de Sto. António	-134,00	42,11	-176,11	5-3831547.000.001	BPI	b)
Conta B	324,69		324,69			a)
Distrital Guarda (CPD)	62.496,92	14.577,15	47.919,77			
Secção: CPD Guarda	-658,65	14.577,15	-15.235,80	0-3798053.000.001	BPI	b)
Outras contas bancárias	162,90		162,90			a)
Secção: Aguiar da Beira	1.449,23		1.449,23			l)
Autárquicas 2009	3.808,00		3.808,00			a)
Secção: Almeida	554,03		554,03			l)
Autárquicas 2005	4.715,77		4.715,77			a)
Secção: Celorico da Beira	2.203,36		2.203,36			l)
Secção: Fig. de Castelo Rodrigo	1.439,04		1.439,04			l)
Autárquicas 2009	3.624,36		3.624,36			a)
Secção: Fornos de Algodres	1.345,97		1.345,97	2-4260999-000-001	BPI	a)
Conta B	764,82		764,82			a)
Autárquicas 2009	-2.733,24		-2.733,24			a)
Secção: Gouveia	-1.078,13		-1.078,13			l)
Conta B	454,05		454,05			a)
Autárquicas 2005	22.540,70		22.540,70			a)
Autárquicas 2009	1.320,05		1.320,05			a)
Secção: Guarda	5.328,47		5.328,47			l)
Autárquicas 2009	74,52		74,52			a)
Secção: Manteigas	-19,17		-19,17			l)
Autárquicas 2009	342,76		342,76			a)
Secção: Meda	1.928,98		1.928,98			l)
Secção: Pinhel	1.320,03		1.320,03			l)
Autárquicas 2009	-3.599,63		-3.599,63			a)
Secção: Sabugal	-265,07		-265,07			l)
Conta B	754,01		754,01			a)

Autárquicas 2009	8,52		8,52			a)
Secção: Seia	8.439,12		8.439,12			l)
Secção: Trancoso	1.688,43		1.688,43			l)
Autárquicas 2005	-1,23		-1,23			a)
Autárquicas 2009	3.505,00		3.505,00			a)
Secção: Vila Nova de Foz Côa	-574,10		-574,10			l)
Conta B	1.758,60		1.758,60			a)
Autárquicas 2005	5.210,29		5.210,29			a)
Autárquicas 2009	-3.314,87		-3.314,87			a)
Distrital Leiria (CPD)	231.873,91	0,00	231.873,91			
Conta B	12,91		12,91	58040182950708	CCAM	a) e b)
Outras Contas Bancárias	19.888,02		19.888,02			a) e b)
Autárquicas 2009	0,10		0,10			a) e b)
Outras Contas Bancárias	267,38		267,38			a) e b)
Secção: Alvaiázere	1.851,24		1.851,24			a) e b)
Autárquicas 2005	10.104,60		10.104,60			a) e b)
Autárquicas 2005	-291,02		-291,02			a) e b)
Autárquicas 2009	2.469,20		2.469,20			a) e b)
Autárquicas 2009	8,75		8,75			a) e b)
Outras Contas Bancárias	137,32		137,32			a) e b)
Autárquicas 2009	203,83		203,83			a) e b)
Secção: Caldas da Rainha	31.623,04		31.623,04	5-3964664.000.001	BPI	a) e b)
Autárquicas 2009	1.711,53		1.711,53			a) e b)
Outras Contas Bancárias	5.987,60		5.987,60			a) e b)
Secção: Castanheira de Pera			0,00			
Autárquicas 2005	6.265,21		6.265,21			a) e b)
Autárquicas 2009	1.470,17		1.470,17			a) e b)
Autárquicas 2009	5.305,66		5.305,66			a) e b)
Secção: Leiria Conta A	10.333,30		10.333,30	0-0236176.000.001	BPI	a) e b)
Conta B	8.962,71		8.962,71			a) e b)
Autárquicas 2005	98.979,83		98.979,83			a) e b)
Autárquicas 2009	4,57		4,57			a) e b)
Autárquicas 2009	2.588,01		2.588,01	5137 40104458877	CCAM	a) e b)
Outras Contas Bancárias	490,96		490,96			a) e b)
Autárquicas 2009	1.702,50		1.702,50			a) e b)
Secção: Nazaré	9.172,21		9.172,21			
Autárquicas 2009	-118,01		-118,01			a) e b)
Outras Contas Bancárias	217,79		217,79			a) e b)
Autárquicas 2005	9.847,91		9.847,91	50034733904		a) e b)
Outras Contas Bancárias	4.995,91		4.995,91			a) e b)
Autárquicas 2005	-179,65		-179,65			a) e b)

Autárquicas 2009	-2.175,31		-2.175,31			a) e b)
Outras Contas Bancárias	35,64		35,64			a) e b)
Secção: Porto Mós			0,00	524040125932842	CCAM	
Distrital Lisboa AM	3.762,02	0,00	3.762,02			
Autárquicas 2009	3.762,02		3.762,02			
Distrital Lisboa AO (CPD)	-16.912,34	330,44	-17.242,78			
Secção: Alenquer	-10.429,19		-10.429,19			m)
Autárquicas 2005	-2.168,03		-2.168,03			a) e b)
Autárquicas 2009	-8,77		-8,77			a) e b)
Secção: Arruda Dos Vinhos	-3.498,36		-3.498,36			m)
Autárquicas 2009	5.421,80		5.421,80			a) e b)
Autárquicas 2009	-922,73		-922,73			a) e b)
Secção: Lourinhã	-4.376,57	12,15	-4.388,72	40130916807	CCAM	b)
Autárquicas 2005	47,37		47,37			a) e b)
Autárquicas 2009	290,34		290,34			a) e b)
Secção: Sobral de Monte Agraço	-4.580,77		-4.580,77			m)
Autárquicas 2009	203,70		203,70			a) e b)
Secção: Torres Vedras	1.374,84	318,29	1.056,55	0-3833715.000.001	BPI	a) e b)
Autárquicas 2005	734,03		734,03			a) e b)
Autárquicas 2009	1.000,00		1.000,00			a) e b)
Distrital Portalegre	27.125,02	0,00	27.125,02			
Autárquicas 2009	863,42		863,42			a) e b)
Autárquicas 2009	76,94		76,94			a) e b)
Autárquicas 2005	11.920,31		11.920,31			a) e b)
Autárquicas 2009	1.274,37		1.274,37			a) e b)
Autárquicas 2009	16,55		16,55			a) e b)
Autárquicas 2009	139,91		139,91			a) e b)
Secção: Castelo de Vide	2.381,60		2.381,60			c)
Autárquicas 2009	100,26		100,26			a) e b)
Secção: Crato	-1.290,00		-1.290,00			c)
Autárquicas 2005	-332,76		-332,76			a) e b)
Autárquicas 2009	97,23		97,23			a) e b)
Autárquicas 2009	218,77		218,77			a) e b)
Secção: Gavião	118,40		118,40			c)
Autárquicas 2009	317,10		317,10			a) e b)
Autárquicas 2009	341,20		341,20			a) e b)
Autárquicas 2005	23,75		23,75			a) e b)
Autárquicas 2009	40,52		40,52			a) e b)
Secção: Ponte de Sôr	-171,23		-171,23			c)
Autárquicas 2005	9.186,95		9.186,95			a) e b)
Autárquicas 2009	189,70		189,70			a) e b)

Outras Contas Bancárias	1,87		1,87		a) e b)
Autárquicas 2009	853,04		853,04		a) e b)
Autárquicas 2009	1.809,87		1.809,87		a) e b)
Secção: Elvas	-2.531,72		-2.531,72		c)
Autárquicas 2009	1.400,31		1.400,31		a) e b)
Outras Contas Bancárias	78,66		78,66		a) e b)
Distrital Porto	582.359,77	0,00	582.359,77		
Legislativas 2009	-337,05		-337,05		a) e b)
Autárquicas 2005	32.613,25		32.613,25		a)
Autárquicas 2009	87,51		87,51		a)
Autárquicas 2005	30.644,77		30.644,77		a)
Autárquicas 2005	174,35		174,35		a)
Autárquicas 2009	348,75		348,75		a)
Autárquicas 2009	2.381,41		2.381,41		a)
Autárquicas 2005	95.005,45		95.005,45		a)
Autárquicas 2009	4.563,75		4.563,75		a)
Autárquicas 2009	10.058,10		10.058,10		a)
Autárquicas 2005	145.341,95		145.341,95		a)
Autárquicas 2009	1.959,27		1.959,27		a)
Conta B	85,00		85,00		a)
Autárquicas 2009	1.339,05		1.339,05		a)
Autárquicas 2009	612,86		612,86		a)
Autárquicas 2005	-2.057,48		-2.057,48		a)
Autárquicas 2009	31,34		31,34		a)
Conta B	1.221,27		1.221,27		a)
Autárquicas 2005	789,71		789,71		a)
Autárquicas 2009	15.387,17		15.387,17		a)
Autárquicas 2009	15.442,76		15.442,76		a)
Autárquicas 2009	180,27		180,27		a)
Autárquicas 2009	22.901,60		22.901,60		a)
Autárquicas 2005	40.605,58		40.605,58		a)
Autárquicas 2009	-119,49		-119,49		a)
Autárquicas 2005	160.329,84		160.329,84		a)
Autárquicas 2009	2.768,78		2.768,78		a)
Distrital Santarém (CPD)	85.943,02	43,31	85.899,71		
Conta B	994,20		994,20		a) e b)
Conta C	6.947,97		6.947,97		a)
Secção: Abrantes	-3.165,33		-3.165,33	Não apresenta	d)
Conta B	2.296,40		2.296,40		a)
Autárquicas 2005	17.494,33		17.494,33		a)
Autárquicas 2009	32,49		32,49		a)

Secção: Alcanena	-451,46		-451,46			d)
Conta B	438,80		438,80			a)
Autárquicas 2005	-4,81		-4,81			a)
Autárquicas 2009	2.895,49		2.895,49			a)
Autárquicas 2005	4.256,63		4.256,63			a)
Autárquicas 2009	974,10		974,10			a)
Autárquicas 2009	10.399,04		10.399,04			a)
Autárquicas 2009	273,92		273,92			a)
Secção: Chamusca	-452,07		-452,07			d)
Conta B	705,60		705,60			d)
Autárquicas 2009	-1.068,75		-1.068,75			a)
Secção: Constância	-506,00		-506,00			d)
Conta B	213,60		213,60			d)
Autárquicas 2009	2.022,40		2.022,40			a)
Secção: Coruche	-1.291,40		-1.291,40			d)
Conta B	502,80		502,80			d)
Autárquicas 2005	983,79		983,79			a)
Autárquicas 2009	183,11		183,11			a)
Autárquicas 2009	229,62		229,62			a)
Secção: Golegã	2.646,72		2.646,72	Não apresenta		d)
Conta B	414,00		414,00			d)
Autárquicas 2009	1.069,94		1.069,94			a)
Secção: Mação	-200,00		-200,00	Não apresenta		d)
Conta B	613,60		613,60			d)
Autárquicas 2005	4.832,71		4.832,71			a)
Autárquicas 2009	1.504,49		1.504,49			a)
Autárquicas 2009	9.224,14		9.224,14			a)
Autárquicas 2009	39,07		39,07			a)
Secção: Salvaterra de Magos	-863,89		-863,89	Não apresenta		d)
Conta B	346,80		346,80			d)
Autárquicas 2009	119,67		119,67			a)
Autárquicas 2005	11.784,45		11.784,45			a)
Autárquicas 2009	943,46		943,46			a)
Conta B	532,40		532,40			a)
Autárquicas 2009	-2.412,80		-2.412,80			a)
Secção: Tomar	3.127,76	43,31	3.084,45	021-10-005404.4	MONTEPIO	b)
Conta B	2.238,40		2.238,40			a)
Autárquicas 2009	142,35		142,35			a)
Outras Contas Bancárias	1.260,00		1.260,00			a)
Secção: Torres Novas	-3.320,02		-3.320,02	40.156.172.506,00	CA	a)
Conta B	1.888,00		1.888,00			a)

Autárquicas 2009	1.743,26		1.743,26		a)
Outras contas bancárias	-198,71		-198,71		a)
Outras Contas Bancárias	1.790,23		1.790,23		a)
Conta B	457,20		457,20		a)
Autárquicas 2009	959,33		959,33		a)
Outras Contas Bancárias	355,99		355,99		a)
Distrital Setúbal (CPD)	50.777,67	0,00	50.777,67		
Secção: Alcácer do Sal	199,20		199,20		e)
Autárquicas 2009	14,97		14,97		a)
Autárquicas 2009	-237,74		-237,74		a)
Autárquicas 2009	2.245,59		2.245,59		a)
Autárquicas 2009	796,15		796,15		a)
Autárquicas 2009	116,14		116,14		a)
Autárquicas 2005	13.866,44		13.866,44		a)
Autárquicas 2009	8.235,18		8.235,18		a)
Autárquicas 2009	40,38		40,38		a)
Autárquicas 2009	331,78		331,78		a)
Autárquicas 2009	6.825,60		6.825,60		a)
Autárquicas 2009	18.343,98		18.343,98		a)
Distrital Viana do Castelo (CPD)	25.037,98	0,00	25.037,98		
Autárquicas 2009	-688,21		-688,21		a
Autárquicas 2009	861,03		861,03		a
Autárquicas 2005	7.703,86		7.703,86		a
Conta A	5.498,68		5.498,68		a
Autárquicas 2009	707,59		707,59		a
Autárquicas 2009	-4,58		-4,58		a
Autárquicas 2005	3.806,45		3.806,45		a
Conta A	764,00		764,00		a
Conta B	266,30		266,30		a
Autárquicas 2009	95,34		95,34		a
Conta A	828,00		828,00		a
Autárquicas 2009	692,86		692,86		a
Outras Contas Bancárias	203,28		203,28		a
Autárquicas 2009	58,35		58,35		a
Autárquicas 2005	4.939,20		4.939,20		a
Autárquicas 2009	-1.371,29		-1.371,29		a
Secção: Vila Nova de Cerveira	444,00		444,00		a
Autárquicas 2005	4,56		4,56		a
Autárquicas 2009	228,56		228,56		a
Distrital Vila Real (CPD)	8.952,01	0,00	8.952,01		
Secção: Sabrosa	476,40		476,40		f)

Autárquicas 2005	4.159,02		4.159,02		a
Autárquicas 2009	4.316,59		4.316,59		a
Distrital Viseu (CPD)	43.340,70	0,00	43.340,70		
Secção: Armamar	-28,40		-28,40		g)
Autárquicas 2009	949,31		949,31		a
Autárquicas 2009	5.580,20		5.580,20		a
Secção: Cinfães	1.146,20		1.146,20		g)
Autárquicas 2005	2.014,49		2.014,49		a
Autárquicas 2009	0,04		0,04		a
Conta B	31,70		31,70		a
Autárquicas 2009	-8.068,31		-8.068,31		a
Autárquicas 2009	1.655,05		1.655,05		a
Autárquicas 2009	4.335,60		4.335,60		a
Secção: Nelas	1.191,20		1.191,20		g)
Autárquicas 2005	11.555,76		11.555,76		a
Autárquicas 2009	-13.902,13		-13.902,13		a
Secção: Oliveira de Frades	1.266,00		1.266,00		g)
Autárquicas 2009	1.517,82		1.517,82		a
Secção: Penalva do Castelo	419,71		419,71		g)
Autárquicas 2009	928,24		928,24		a
Secção: Penedono	98,60		98,60		g)
Autárquicas 2009	-2.413,48		-2.413,48		a
Conta B	132,01		132,01		a
Autárquicas 2005	865,82		865,82		a
Autárquicas 2009	6.362,45		6.362,45		a
Autárquicas 2009	11.691,26		11.691,26		a
Autárquicas 2009	220,69		220,69		a
Secção: São Pedro do Sul	681,42		681,42		g)
Autárquicas 2009	203,43		203,43		a
Secção: Carregal de sal	564,80		564,80		g)
Autárquicas 2009	1.388,59		1.388,59		a
Secção: Sátão	485,60		485,60		g)
Secção: Sernancelhe	-247,53		-247,53		g)
Autárquicas 2009	123,04		123,04		a
Autárquicas 2009	21,78		21,78		a
Secção: Tarouca	349,20		349,20		g)
Autárquicas 2005	4.234,35		4.234,35		a
Autárquicas 2009	6.039,27		6.039,27		a
Autárquicas 2009	845,96		845,96		a
Secção: Vila Nova de Paiva	187,50		187,50		g)
Autárquicas 2009	4.471,20		4.471,20		a

Secção: Vouzela	-34,80		-34,80			g)
Autárquicas 2009	-3.522,94		-3.522,94			a)
Regional: Açores	-190.807,15	0,00	-190.807,15			
Autárquicas 2005	5.150,00		5.150,00			a)
SN-Autárquicas 2009	-246.955,09		-246.955,09			a)
Autárquicas 2009	46.955,09		46.955,09			a)
Secção: Angra do Heroísmo	342,98		342,98	10257200011	CEM	a)
Autárquicas 2009	3,12		3,12			a)
Secção: Lages Do Pico	48,81		48,81			a)
Autárquicas 2009	240,00		240,00			a)
Autárquicas 2009	3.347,53		3.347,53			a)
Secção: Ponta Delgada	324,69		324,69			a)
Autárquicas 2009	-366,78		-366,78			a)
Autárquicas 2005	-25,25		-25,25			a)
Autárquicas 2009	140,48		140,48			a)
Autárquicas 2009	-12,73		-12,73			a)
Regional: Madeira (CPR)	0,00	105.519,22	-105.519,19			
	0,00	105.519,22	-105.519,19	01-0217989127710		h)
ASD:	0,00	0,00	0,00			
JSD	0,00	0,00	0,00			
TSD	0,00	0,00	0,00			
Secretariado Nacional	21.665,66	12.103,26	9.562,40			
Secretariado Nacional	21.665,66	12.103,26	9.562,40	6-3802931.000.001	BPI	b)
Totais Compensados	1.268.494,14					
Saldos Positivos	1.734.073,69					
Saldos Negativos	-465.579,55					

Notas:

- a) Contas sem todos ou alguns extratos bancários;
- b) Contas sem conciliação bancária;
- c) O Partido referiu, em resposta à ECFP, referente às contas anuais de 2010, que esta secção não tem conta própria – opera pela conta bancária da “CPD Portalegre”;
- d) O Partido referiu, em resposta à ECFP, referente às contas anuais de 2010, que esta secção não tem conta própria – opera pela conta bancária da “CPD Santarém”;

- e) O Partido referiu, em resposta à ECFP, referente às contas anuais de 2010, que esta secção não tem conta própria – opera pela conta bancária da “CPD Setúbal”;
- f) O Partido referiu, em resposta à ECFP, referente às contas anuais de 2010, que esta secção não tem conta própria – opera pela conta bancária da “CPD Vila Real”;
- g) O Partido referiu, em resposta à ECFP, referente às contas anuais de 2010, que esta secção não tem conta própria – opera pela conta bancária da “CPD Viseu”;
- h) Conta não identificada no balancete da “CPR Madeira”;
- i) O Partido referiu, em resposta à ECFP, referente às contas anuais de 2010, que esta secção não tem conta própria – opera pela conta bancária da “CPD Beja”;
- j) O Partido referiu, em resposta à ECFP, referente às contas anuais de 2010, que esta secção não tem conta própria – opera pela conta bancária da “CPD Bragança”;
- k) O Partido referiu, em resposta à ECFP, referente às contas anuais de 2010, que esta secção não tem conta própria – opera pela conta bancária da “CPD Castelo Branco”;
- l) O Partido referiu, em resposta à ECFP, referente às contas anuais de 2010, que esta secção não tem conta própria – opera pela conta bancária da “CPD Guarda”;
- m) O Partido referiu, em resposta à ECFP, referente às contas anuais de 2010, que esta secção não tem conta própria – opera pela conta bancária da “Lisboa AO”.

Solicita-se que o PSD esclareça sobre a existência dos extratos e reconciliações bancárias em falta e os entregue à ECFP.

A ausência dos extratos bancários supramencionada constitui incumprimento da alínea a) do n.º 7 do art.º 12.º da L 19/2003.

Solicita-se contestação.

5. Circularização de Saldos e Outras Informações – Impossibilidade de Confirmar a Correção dos Saldos das Contas Bancárias Refletidos Contabilmente nas Contas Anuais – Não Obtenção de Respostas

Com vista à obtenção de confirmação externa (por parte das entidades bancárias) dos saldos e outras informações, a AB – António Bernardo, a pedido da ECFP, enviou pedidos de confirmação às Instituições Financeiras, com referência a 31 de dezembro de 2011, abrangendo os seguintes Bancos: BANIF, Millennium BCP, BES e Banco BPI.

Porém, até à data da emissão do relatório, a AB – António Bernardo não recebeu quaisquer respostas dos bancos.

É já o segundo ano consecutivo em que não são obtidas quaisquer respostas, sendo que, para a auditoria às contas de 2009, apenas foram obtidas 2 respostas, devido ao não reconhecimento pelas entidades bancárias do signatário das cartas como vinculando o Partido, argumentando que só os que autorizam as contas podem autorizar o débito do custo do procedimento.

O PSD não é responsável pelas respostas das entidades bancárias, mas deve colaborar de modo a que o trabalho de auditoria possa decorrer de acordo com as regras e procedimentos aplicáveis.

Face ao exposto, solicita-se que o PSD insista junto das instituições financeiras (incluindo o BANIF, para as contas bancárias abertas para a Comissão Política Regional da Madeira), no sentido de responderem aos pedidos de confirmação de saldos, diligenciando por conhecer e resolver os impedimentos que possam existir.

A ausência da informação, acima solicitada, impossibilita a ECFP de avaliar: (i) se os movimentos de receitas e despesas do Partido referentes ao exercício de 2011 estão integralmente registados em contas bancárias, conforme os termos do n.º 2 do artigo 3.º e do n.º 1 do artigo 9.º, ambos da L 19/2003, (ii) se as receitas e despesas do Partido referentes ao ano de 2011 estão integralmente registadas nos mapas enviados ao Tribunal Constitucional, e (iii) que os montantes em dívida para com os Bancos não sejam superiores ou diferentes dos valores refletidos no Passivo.

6. Ativo Fixo Tangível – Deficiências no Controlo e Registo do Ativo Fixo Tangível e Respetivas Depreciações

O PSD apresenta diversas incorreções ao nível da contabilização dos Ativos fixos tangíveis, nas várias contas desta importante rubrica do balanço.

Imóveis

CPR Madeira

A análise do mapa de depreciações da Estrutura da Madeira revela que, ao longo dos anos, esta estrutura realizou obras em diversas edificações, como indicado em seguida:

Código Fiscal	Descrição	Ano	Valor	Taxa amort.
2005	Edificações Armazém Santa Quitéria	2011	15.040,79 €	10
2005	Edificações Armazém Santa Quitéria	2011	10.771,95 €	10
2005	Edificações Armazém Santa Quitéria	2011	6.780,20 €	10
2005	Edificação Sede 5º Andar JSD	2011	8.889,59 €	10
2005	Conjunto Bieleas Chiller	2011	6.264,00 €	10
2005	Mastros Tubo Galvanizado	2011	1.131,00 €	10
2025	Obras São Roque	2005	21.293,02 €	20
2025	Obras São Roque - Terreno	2005	7.097,67 €	0
2025	Obras São Roque	2005	1.145,78 €	20
2025	Obras São Roque - Terreno	2005	381,92 €	0
2025	Obras Campanário	2005	9.271,88 €	20
2025	Obras Campanário - Terreno	2005	3.090,62 €	0
2025	Obras Arco da Calheta	2005	18.802,50 €	20
2025	Obras Arco da Calheta - Terreno	2005	6.267,50 €	0
2025	Obras Sede Ribeira Machico	2006	15.266,25 €	20
2025	Obras Sede Ribeira Machico - Terreno	2006	5.088,75 €	0
2025	Obras Santa Cruz	2007	3.426,66 €	20
TOTAL			140.010,08 €	

Tem-se portanto um valor total de 48.877 euros classificados pelo Partido como edificações ligeiras, realizadas em 2011, e 91.133 euros classificados pelo Partido como imóveis afetos a serviços recreativos e culturais (de acordo com a classificação fiscal usada, supõe-se que por falta de outra mais adequada).

Porém, a nível da Contabilidade da "CPR Madeira", estas obras estão registadas nas rubricas de Equipamento administrativo (ex: obras de S.

Roque) e Outros ativos tangíveis (Ex: Edificações nos armazéns de Sta. Quitéria), em vez de Edifícios e outras construções.

Embora se trate de obras em edifício alheio, nota-se que o Partido não está a realizar as depreciações sobre o custo total das obras de S. Roque, como lhe competiria fazer. Ao registar a depreciação considerando a atribuição de 25% ao valor do terreno, está a proceder incorretamente, uma vez que o PSD não é proprietário desses terrenos. A apresentação dos imóveis nas contas parece assim estar incorreta, bem como as depreciações e o Capital próprio, pelo valor atribuído aos terrenos.

Outras Estruturas

Relativamente aos imóveis situados nas diversas Estruturas distritais e regionais, verifica-se que ainda há um grande número (56 imóveis, num total de 82), relativamente aos quais não foi ainda efetuada a separação entre o valor do terreno e o do edifício. Em 2010, o Partido referiu, na sua resposta ao Relatório da ECFP, que não tinha realizado essa separação nos imóveis em propriedade horizontal. Ora, esteja ou não em propriedade horizontal, o imóvel tem sempre incorporado o custo do terreno, que não é depreciable, pelo que deve ser separado do custo do edifício, se for conhecido, ou através de uma estimativa de 25% do custo total, que é geralmente praticada.

Em 2010, esta situação não foi analisada em maior profundidade, por não terem sido disponibilizados os mapas de depreciações das estruturas.

Em 2011, o Partido disponibilizou esses mapas, melhoria que se regista, tendo-se efetuado a análise relativamente a todos os imóveis do Partido. São os seguintes os valores por imóvel, se efetuada a separação com base na relação 25% / 75% para terrenos / edifícios:

Imóvel	Matriz	Estrutura	Valor Bruto	Terreno	Edifício
R. Joaquim Francisco de Oliveira – Quinta das Oliveiras – Águeda		Aveiro	34.007,52 €	8.501,88 €	25.505,64 €
Av. Dr. Lourenço Peixinho, 117- 1º - Aveiro		Aveiro	4.987,98 €	1.247,00 €	3.740,99 €
Av. 25 de Abril – Apartado 81 – Ílhavo		Aveiro	14.963,94 €	3.740,99 €	11.222,96 €
R. dos Bombeiros Voluntários, 61 – Oliveira de Azemeis		Aveiro	122.590,00 €	30.647,50 €	91.942,50 €
R. Foral 6 de Abril, 67 – 1ºD – Oliveira do Bairro		Aveiro	14.963,94 €	3.740,99 €	11.222,96 €
R. Ferreira de Castro, 84- 1º Esq. – Ovar		Aveiro	22.445,91 €	5.611,48 €	16.834,43 €

Av. Camilo Tavares de Matos – Vale de Cambra		Aveiro	74.819,68 €	18.704,92 €	56.114,76 €
Empreendimento Glicíneas, Lt. 5 – Aradas – Aveiro		Aveiro	148.891,17 €	37.222,79 €	111.668,38 €
Lg. Senhora-a-Branca, 116 - Custo aquisição		Braga	7.980,77 €	1.995,19 €	5.985,58 €
Lg. do Tournal, 125 – Guimarães		Braga	34.915,85 €	8.728,96 €	26.186,89 €
Gaveto da R. dos Bombeiros Voluntários, 1/9 – 4º Esq.		Braga	4.987,98 €	1.247,00 €	3.740,99 €
Av. Barjona de Freitas – Edif. Alto Minho – Vieira do Minho		Braga	12.714,05 €	3.178,51 €	9.535,54 €
R. Adriano Pinto Basto, 212- 3º - Sala 14 – V. Nova de Famalicão		Braga	82.497,01 €	20.624,25 €	61.872,76 €
R. 1º de Maio – Vila Verde		Braga	2.493,99 €	623,50 €	1.870,49 €
Praça da República nº 38 - Cantanhede		Coimbra	45.000,00 €	11.250,00 €	33.750,00 €
R. Belisário Pimenta, Lt. 1 – Miranda do Corvo		Coimbra	2.743,39 €	685,85 €	2.057,54 €
Penacova – Figueira de Lorvão		Coimbra	24.939,89 €	6.234,97 €	18.704,92 €
Reguengos de Monsaraz - Artigo U-1041 - Edifício		Évora	6.475,78 €	1.618,95 €	4.856,84 €
Quinta da Palmeira 1º Andar- Albufeira		Faro	39.903,83 €	9.975,96 €	29.927,87 €
R. Joaquim Eugénio Júdice, letra C – 1º Dtº - Lagoa		Faro	22.500,00 €	5.625,00 €	16.875,00 €
Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, Lote D Nº 23 - Olhão		Faro	62.000,00 €	15.500,00 €	46.500,00 €
R. Cândido dos Reis, Lt. C, loja B – Silves		Faro	50.000,00 €	12.500,00 €	37.500,00 €
Rua Dr. Silvestre Falcão Nº 9, 1º Andar -F /8800-412 Tavira		Faro	70.000,00 €	17.500,00 €	52.500,00 €
R. Proj. À R. de S. Luís, 1 – Faro		Faro	89.783,62 €	22.445,91 €	67.337,72 €
Av. Dr. Vitor Faveiro – Ansião		Leiria	10.118,28 €	2.529,57 €	7.588,71 €
Pr. 5 de Outubro, 17/18 – Caldas da Rainha		Leiria	24.939,89 €	6.234,97 €	18.704,92 €
Largo da Restauração R/c - Pedrógão Grande		Leiria	60.000,00 €	15.000,00 €	45.000,00 €
R. do Arvoredo, bloco B – Cave – Ericeira		Lisboa AM	19.951,92 €	4.987,98 €	14.963,94 €
Terreiro D. João V, 60/61 – 2º - Mafra		Lisboa AM	29.927,87 €	7.481,97 €	22.445,90 €
R. 11 de Setembro Nº 16 B - Amadora		Lisboa AM	86.425,33 €	21.606,33 €	64.819,00 €
Av. Duque de Loulé, 74 – Lisboa - Secção D		Lisboa AM	164.604,00 €	41.151,00 €	123.453,00 €
R. Forno do Tijolo, 71-3º -Lisboa - Secção E		Lisboa AM	2.969,72 €	742,43 €	2.227,29 €
Urb. Parque do Almirante, Lt., 15-loja 4 .- Stº António Cavaleiros-Loures		Lisboa AM	99.760,00 €	24.940,00 €	74.820,00 €
Av. Carolina Michaelis, Lt. 72 – Linda-a-Velha		Lisboa AM	4.987,98 €	1.247,00 €	3.740,99 €
Av. dos Bons Amigos, Lt. 37 – 1º C – Cacém		Lisboa AM	49.879,79 €	12.469,95 €	37.409,84 €
R. das Malvas, Lt. C12 Loja Sup.Esq. – Rio de Mouro		Lisboa AM	17.457,93 €	4.364,48 €	13.093,45 €
Praça S. João Bosco, Nº3 - 1350-295 Lisboa		Lisboa AM	500.000,00 €	125.000,00 €	375.000,00 €
Rua D Fernando, nºs 10 e 12 - Cadaval		Lisboa AO	36.000,00 €	9.000,00 €	27.000,00 €
Urb. Parque Desportivo, Lt. 27-C/v Dtº - Lourinhã		Lisboa AO	39.903,84 €	9.975,96 €	29.927,88 €
Av. 25 de Abril, 57 – Baião		Porto	15.320,85 €	3.830,21 €	11.490,64 €
R. do Bairro, 25 – Melres - Gondomar		Porto	49.879,79 €	12.469,95 €	37.409,84 €

Rampa dos Combatentes Grande Guerra, 31 – Gondomar		Porto	149.639,37 €	37.409,84 €	112.229,53 €
Tv. S. Sebastião – Lousada		Porto	32.421,86 €	8.105,47 €	24.316,40 €
R. 1º de Dezembro, Castelões de Cepeda –Paredes		Porto	4.489,18 €	1.122,30 €	3.366,89 €
Pr. Do Almada, 7- Escr. 1 – Póvoa de Varzim		Porto	60.000,00 €	15.000,00 €	45.000,00 €
R. Dr. Francisco Sá Carneiro, 913 - Mafamude		Porto	498.797,89 €	124.699,47 €	374.098,42 €
R. de S. Pedro, 22 – 1º - Abrantes		Santarém	2.493,99 €	623,50 €	1.870,49 €
R. Serpa Pinto, Lt. 3 – 1º D – Cartaxo		Santarém	10.973,55 €	2.743,39 €	8.230,16 €
R. Fábrica de Fiação, 57-B – Tomar		Santarém	129.687,45 €	32.421,86 €	97.265,59 €
R. do Conde, 38 – 1º - Torres Novas		Santarém	4.987,98 €	1.247,00 €	3.740,99 €
R. Dr. Carlos Vaz Faria Almeida, 31 – 1º Ourém		Santarém	13.716,94 €	3.429,24 €	10.287,71 €
Centro Comercial Norte-Vez – Bloco 3 – C/v – Arcos de Valdevez		V. Castelo	2.992,79 €	748,20 €	2.244,59 €
Pct. Vieira Araújo – Ponte de Lima		V. Castelo	35.355,88 €	8.838,97 €	26.516,91 €
R. Tenente Cor. Afonso Paço, 2 – S/I – Esq. – Viana do Castelo		V. Castelo	19.951,92 €	4.987,98 €	14.963,94 €
R. Tenente Valadim, 47 – Chaves		Vila Real	11.821,51 €	2.955,38 €	8.866,13 €
R. Jardim Dr. José Dinis Vieira – Oliveira de Frades		Viseu	4.992,36 €	1.248,09 €	3.744,27 €
TOTAL			3.191.056 €	797.764 €	2.393.292 €

Verifica-se que a separação dos valores imputáveis a terrenos ascenderiam a um montante global de cerca de 800.000 euros, que com o tempo, através das depreciações acumuladas, poderá refletir-se com valores materialmente relevantes, no Capital próprio e no Ativo apresentados no Balanço do Partido.

Em 31 de dezembro de 2011, o efeito estimado pela auditoria é o seguinte:

Imóvel	Estrutura	Depreciações Acumuladas Partido	Depreciações Acumuladas Auditoria	Diferença Depreciações acumuladas	Diferença Depreciações Exercício
R. Joaquim Francisco de Oliveira – Quinta das Oliveiras – Águeda	Aveiro	4.761,05 €	3.570,79 €	1.190,26 €	170,04 €
Av. Dr. Lourenço Peixinho, 117- 1º - Aveiro	Aveiro	698,32 €	523,74 €	174,58 €	24,94 €
Av. 25 de Abril – Apartado 81 – Ílhavo	Aveiro	2.094,95 €	1.571,21 €	523,74 €	74,82 €
R. dos Bombeiros Voluntários, 61 – Oliveira de Azemeis	Aveiro	17.162,60 €	12.871,95 €	4.290,65 €	612,95 €
R. Foral 6 de Abril, 67 – 1ºD – Oliveira do Bairro	Aveiro	2.094,95 €	1.571,21 €	523,74 €	74,82 €
R. Ferreira de Castro, 84- 1º Esq. – Ovar	Aveiro	3.142,43 €	2.356,82 €	785,61 €	112,23 €
Av. Camilo Tavares de Matos – Vale de Cambra	Aveiro	10.474,76 €	7.856,07 €	2.618,69 €	374,10 €
Empreendimento Glicíneas, Lt. 5 – Aradas – Aveiro	Aveiro	20.844,76 €	15.633,57 €	5.211,19 €	744,46 €
Lg. Senhora-a-Branca, 116 - Custo aquisição	Braga	1.117,31 €	837,98 €	279,33 €	39,90 €

Lg. do Toural, 125 – Guimarães	Braga	4.888,22 €	3.666,16 €	1.222,05 €	174,58 €
Gaveto da R. dos Bombeiros Voluntários, 1/9 – 4º Esq.	Braga	2.394,23 €	1.795,67 €	598,56 €	24,94 €
Av. Barjona de Freitas – Edif. Alto Minho – Vieira do Minho	Braga	1.779,97 €	1.334,98 €	444,99 €	63,57 €
R. Adriano Pinto Basto, 212-3º - Sala 14 – V. Nova de Famalicão	Braga	11.549,58 €	8.662,19 €	2.887,40 €	412,49 €
R. 1º de Maio – Vila Verde	Braga	349,16 €	261,87 €	87,29 €	12,47 €
Praça da República nº 38 - Cantanhede	Coimbra	4.500,00 €	3.375,00 €	1.125,00 €	225,00 €
R. Belisário Pimenta, Lt. 1 – Miranda do Corvo	Coimbra	384,07 €	288,06 €	96,02 €	13,72 €
Penacova – Figueira de Lorrvão	Coimbra	3.491,58 €	2.618,69 €	872,90 €	124,70 €
Reguengos de Monsaraz - Artigo U-1041 - Edifício	Évora	906,61 €	679,96 €	226,65 €	32,38 €
Quinta da Palmeira 1º Andar- Albufeira	Faro	5.586,54 €	4.189,90 €	1.396,63 €	199,52 €
R. Joaquim Eugénio Júdice, letra C – 1º Dtº - Lagoa	Faro	3.150,00 €	2.362,50 €	787,50 €	112,50 €
Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, Lote D Nº 23 - Olhão	Faro	8.680,00 €	6.510,00 €	2.170,00 €	310,00 €
R. Cândido dos Reis, Lt. C, loja B – Silves	Faro	7.000,00 €	5.250,00 €	1.750,00 €	250,00 €
Rua Dr. Silvestre Falcão Nº 9, 1º Andar -F /8800-412 Tavira	Faro	5.600,00 €	4.200,00 €	1.400,00 €	350,00 €
R. Proj. À R. de S. Luís, 1 – Faro	Faro	12.569,71 €	9.427,28 €	3.142,43 €	448,92 €
Av. Dr. Vítor Faveiro – Ansião	Leiria	1.416,56 €	1.062,42 €	354,14 €	50,59 €
Pr. 5 de Outubro, 17/18 – Caldas da Rainha	Leiria	3.491,58 €	2.618,69 €	872,90 €	124,70 €
Largo da Restauração R/c - Pedrógão Grande	Leiria	4.800,00 €	3.600,00 €	1.200,00 €	300,00 €
R. do Arvoredo, bloco B – Cave – Ericeira	Lisboa AM	2.793,27 €	2.094,95 €	698,32 €	99,76 €
Terreiro D. João V, 60/61 – 2º - Mafra	Lisboa AM	4.189,90 €	3.142,43 €	1.047,48 €	149,64 €
R. 11 de Setembro Nº 16 B - Amadora	Lisboa AM	12.099,55 €	9.074,66 €	3.024,89 €	432,13 €
Av. Duque de Loulé, 74 – Lisboa - Secção D	Lisboa AM	23.044,56 €	17.283,42 €	5.761,14 €	823,02 €
R. Forno do Tijolo, 71-3º - Lisboa - Secção E	Lisboa AM	415,76 €	311,82 €	103,94 €	14,85 €
Urb. Parque do Almirante, Lt. 15-loja 4 .- Stº António Cavaleiros- Lourdes	Lisboa AM	13.966,40 €	10.474,80 €	3.491,60 €	498,80 €
Av. Carolina Michaelis, Lt. 72 – Linda-a-Velha	Lisboa AM	698,32 €	523,74 €	174,58 €	24,94 €
Av. dos Bons Amigos, Lt. 37 – 1º C – Cacém	Lisboa AM	6.983,17 €	5.237,38 €	1.745,79 €	249,40 €
R. das Malvas, Lt. C12 Loja Sup.Esq. – Rio de Mouro	Lisboa AM	2.444,11 €	1.833,08 €	611,03 €	87,29 €
Praça S. João Bosco, Nº3 - 1350-295 Lisboa	Lisboa AM	20.000,00 €	15.000,00 €	5.000,00 €	2.500,00 €
Rua D Fernando, nºs 10 e 12 - Cadaval	Lisboa AO	720,00 €	540,00 €	180,00 €	180,00 €
Urb. Parque Desportivo, Lt. 27-C/v Dtº - Lourinhã	Lisboa AO	5.586,54 €	4.189,90 €	1.396,63 €	199,52 €
Av. 25 de Abril, 57 – Baião	Porto	2.144,92 €	1.608,69 €	536,23 €	76,60 €
R. do Bairro, 25 – Melres - Gondomar	Porto	6.983,17 €	5.237,38 €	1.745,79 €	249,40 €
Rampa dos Combatentes Grande Guerra, 31 – Gondomar	Porto	20.949,51 €	15.712,13 €	5.237,38 €	748,20 €
Tv. S. Sebastião – Lousada	Porto	4.539,06 €	3.404,30 €	1.134,77 €	162,11 €

R. 1º de Dezembro, Castelões de Cepeda – Paredes	Porto	628,49 €	471,36 €	157,12 €	22,45 €
Pr. Do Almada, 7- Escr. 1 – Póvoa de Varzim	Porto	8.400,00 €	6.300,00 €	2.100,00 €	300,00 €
R. Dr. Francisco Sá Carneiro, 913 - Mafamude	Porto	69.831,70 €	52.373,78 €	17.457,93 €	2.493,99 €
R. de S. Pedro, 22 – 1º - Abrantes	Santarém	349,16 €	261,87 €	87,29 €	12,47 €
R. Serpa Pinto, Lt. 3 – 1º D – Cartaxo	Santarém	1.536,30 €	1.152,22 €	384,07 €	54,87 €
R. Fábrica de Fiação, 57-B – Tomar	Santarém	18.156,24 €	13.617,18 €	4.539,06 €	648,44 €
R. do Conde, 38 – 1º - Torres Novas	Santarém	698,32 €	523,74 €	174,58 €	24,94 €
R. Dr. Carlos Vaz Faria Almeida, 31 – 1º Ourém	Santarém	1.920,37 €	1.440,28 €	480,09 €	68,58 €
Centro Comercial Norte-Vez – Bloco 3 – C/v – Arcos de Valdevez	V. Castelo	418,99 €	314,24 €	104,75 €	14,96 €
Pct. Vieira Araújo – Ponte de Lima	V. Castelo	4.949,82 €	3.712,37 €	1.237,46 €	176,78 €
R. Tenente Cor. Afonso Paço, 2 –S/I – Esq. – Viana do Castelo	V. Castelo	2.793,27 €	2.094,95 €	698,32 €	99,76 €
R. Tenente Valadim, 47 – Chaves	Vila Real	1.655,01 €	1.241,26 €	413,75 €	59,11 €
R. Jardim Dr. José Dinis Vieira – Oliveira de Frades	Viseu	698,93 €	524,20 €	174,73 €	24,96 €
TOTAL		384.524 €	288.393 €	96.131 €	15.955 €

Verifica-se que, no final de 2011, o valor das depreciações acumuladas associadas à parte imputável aos terrenos se aproxima já dos 100.000 euros, e crescerá futuramente, à razão de cerca de 16.000 euros anuais, cujo efeito no resultado do exercício não é material, mas cujo efeito acumulado no Balanço será cada vez mais significativo, de ano para ano, tendo como limite o referido valor global de terrenos, cerca de 800.000 euros.

Viaturas

A “CPR Madeira” adquiriu 2 veículos Toyota Yaris em 2011. O valor de aquisição destes 2 veículos foi de 18.662,78 euros cada; porém, o valor de registo dos veículos, considerado na Contabilidade, foi de 21.532,06 euros para um dos veículos e 21.520,61 euros para o outro.

A diferença corresponde a encargos financeiros com letras, Estes encargos financeiros deveriam ter sido contabilizados em gastos financeiros, uma vez que as viaturas em causa não são ativos que se qualifiquem para a capitalização dos encargos financeiros.

De acordo com a *NCRF 10 – Custo de empréstimos obtidos*, um ativo que se qualifica é um ativo que leva necessariamente um período substancial de

tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda. Os ativos que estejam prontos para o seu uso pretendido ou venda quando adquiridos não são ativos que se qualificam. A capitalização apenas é permitida pela norma para os ativos que se qualificam, pelo que o valor dos veículos se encontra sobrevalorizado, pelos encargos financeiros registados.

Equipamento administrativo

De acordo com a nota 5 do Anexo às contas consolidadas, esta rubrica registou adições de 27.451 euros e, por outro lado, abates e transferências no valor total de 223.044 euros, passando portanto de 1.282.613 euros em 2010 para 1.087.020 euros em 2011 (valores brutos).

No entanto, verificando os valores das adições e abates da Sede nacional e da Madeira, verifica-se que as adições somam efetivamente 77.224 euros e os abates 280.816 euros, pelo que os montantes indicados no Anexo não estão de acordo com a soma dos parciais, não se vislumbrando razões para quaisquer eliminações na consolidação.

CPR Madeira

Foram registadas adições no valor de 33.400 euros, relativas a estruturas metálicas fixas e flutuantes, na Herdade do Chão da Lagoa, classificadas como Equipamento administrativo diverso.

Trata-se de edificações ligeiras que parece deverem ser reclassificadas para a rubrica de Edifícios e outras construções. Aliás, a conta 43.52 – Equipamento Administrativo diverso, apresenta um saldo de 370.220 euros em 31-12-2011, o qual corresponde, na sua maior parte (cerca de 240.000 euros) a estruturas metálicas e estruturas fixas e flutuantes realizadas na Herdade do Chão da Lagoa, algumas das quais já anteriormente identificadas, a propósito dos valores registados em imóveis pela “CPR Madeira”.

No que respeita aos abates, é de notar que o Partido procedera, em 2010, à reclassificação para Ativos fixos tangíveis, conta 4353 – Material de publicidade e eventos, no valor de 280.368 euros, que se encontravam registados anteriormente em Inventários e que consistem em materiais de campanha reutilizáveis.

Em 2011, a “CPR Madeira” procedeu entretanto ao abate desse diverso material de campanha que estava registado como Equipamento administrativo, no referido montante total de 280.368 euros.

Esse abate foi efetuado por contrapartida da conta 7871 – Alienações, tendo também sido desreconhecidas as depreciações que haviam sido registadas em 2010, no montante de 35.046 euros, por contrapartida da mesma conta de Ganhos em Investimentos não financeiros.

Desta forma apurar-se-ia não um ganho, mas uma perda igual ao correspondente valor líquido contabilístico, que era de cerca de 245.322 euros.

No entanto, após o abate, a “CPR Madeira” procedeu a reclassificação do valor bruto do ativo que tinha desreconhecido, no referido montante de 280.368 euros, para uma conta de gastos (conta 6235 – Material de campanha), ficando assim a conta 7871 com um saldo positivo, correspondente às depreciações desreconhecidas.

Com referência à mesma data, 31-12-2011, a “CPR Madeira” creditou ainda a conta 6235 – Material de campanha, no valor de 275.377 euros, por contrapartida da conta “2781100524 – PSDM Legislativas Madeira 2011”, como parte da contribuição do Partido para a Campanha das Eleições Regionais da Madeira. Igualmente em 31-12-2011, o Partido creditou a mesma conta 6235 – Material de campanha, no valor de 150.351 euros, por contrapartida da conta 2791 – Material de campanha não utilizado. Neste último valor é possível identificar 44.818 euros de material anteriormente registado como Ativo fixo tangível, com base nas respetivas listagens de suporte, presumindo-se que o valor restante tenha transitado para a Campanha eleitoral.

Tratando-se de uma reclassificação de ativos, essa reclassificação deveria ter sido realizada pela quantia escriturada, no valor líquido de 245.322 euros, em vez de 280.368 euros. Nesta hipótese, o saldo da conta “2791 - Material de campanha não utilizado” encontra-se sobreavaliado, e o saldo da conta “278100524 - PSDM Legislativas Madeira 2011”, encontra-se subavaliado, num valor global de 35.046 euros.

Também o ganho reconhecido na conta 7871 não deveria existir. Se o Partido está a corrigir um erro, deveria desreconhecer as depreciações por contrapartida de Resultados transitados, pelo que, em qualquer dos casos, a contabilização do Partido não estará correta.

Pela primeira vez, o Partido apresentou um mapa de depreciações e amortizações que incluía todas as Estruturas, mas cujas somas diferem dos totais apresentados no Anexo às contas consolidadas, no que diz respeito às depreciações acumuladas, uma vez que a “CPR Madeira” apresenta um valor de depreciações acumuladas de 720.663 euros no mapa de depreciações, sendo o saldo correspondente a nível da Contabilidade de apenas 544.166 euros, tal como havia acontecido nas contas anuais de 2010 e foi referido no respetivo Relatório da ECFP.

Solicita-se a eventual contestação em relação às situações referidas.

7. Incerteza Quanto à Cobrança/Regularização das Quotas de Militantes Não Liquidadas à Data do Balanço

O Partido regista anualmente, em Rendimentos, o valor das quotas dos militantes, de acordo com a respetiva data de vencimento.

Assim, foi verificado que o Partido registou, no ano de 2011, o montante de 1.096.656 euros (1.144.362 euros em 2010) referente a quotas de militantes vencidas em 2011. Desta forma, o valor registado nessa rubrica, referente a montantes já reconhecidos como rendimento neste ano e anteriores, mas ainda pendente de cobrança, ascende a 4.589.556 euros (4.071.195 euros em 2010).

Em 2011, o Partido reconheceu um reforço da imparidade relativa a quotas de militantes, no valor de 556.049 euros (709.885 euros em 2010), tendo procedido, por outro lado, ao reconhecimento de um perdão de quotas em atraso, no montante de 13.200 euros (92.892 euros em 2010), aos militantes que pagassem 2 anos de quotas, registado por contrapartida da rubrica Outros gastos e perdas.

De acordo com o *software* de gestão de quotas e militantes do PSD, o Partido recebeu, em 2011, um valor global de 604.727 euros (1.161.010 euros em 2010) referente a quotas e outras contribuições de filiados, dos quais 567.536 euros respeitam a quotas (1.092.534 euros em 2010), sendo que um valor de 14.378 euros, relativo a recebimento de quotas já de 2012, pagas pelos militantes em 2011, foi registado pelo Partido como adiantamento de quotas, na conta 218; e 37.191 euros de outras contribuições de filiados (68.476 euros em 2010).

Os valores líquidos recebidos relativos a quotas vencidas em 2011 e 2010 correspondem, respetivamente, apenas a cerca de 12% e 26% da dívida existente no final de cada um desses anos.

De acordo com informação do Anexo consolidado, o critério utilizado para cálculo da imparidade a reconhecer em 2011 foi o critério temporal definido pela Administração Fiscal:

Antiguidade	% imparidade
> 6 meses	25
> 12 meses	50
> 18 meses	75
> 24 meses	100

Conforme referido, o Partido reconheceu em 2011 uma imparidade adicional de 556.049 euros, elevando para 2.395.508 euros a imparidade total reconhecida. Continua, porém, a não ser reconhecida qualquer imparidade para a dívida anterior a 2005, a qual ascende a um valor total de 1.328.766 euros.

A imparidade reconhecida corresponde a 52% do montante total em dívida, ou seja tendo teoricamente implícita uma percentagem global de cobrança de cerca de 48%.

Todavia, se não tivermos em conta a dívida dos anos anteriores a 2005, uma vez que não tem associada qualquer valor de imparidade registada (do que resultaria uma dívida bruta de 3.250.790 euros, relativa aos anos de 2005 a 2011; e um valor de imparidade reconhecida, associada às dívidas destes anos, no referido montante de 2.395.508 euros, ou seja, uma percentagem de cobertura de 73,7%), então a taxa de cobrança implícita rondaria os 26,3%, próxima da taxa de cobrança de 2010, o melhor ano desde 2008.

Ora sendo o valor dos recebimentos bastante variável, a percentagem de recebimentos foi sempre inferior a 26,3%, pelo que, mesmo para a dívida dos anos 2005 e seguintes, o valor de imparidades reconhecidas não parece ser prudente – a que acresce a situação das dívidas anteriores a 2005, sem qualquer imparidade reconhecida.

Face às imparidades registadas e ao montante de quotas que se encontra ainda por cobrar, a ECFP considera que o montante da imparidade reconhecida não se afigura suficiente e que parte dos rendimentos reconhecidos em 2011 e em anos anteriores será muito provavelmente incobrável e que, por isso, os resultados apurados em cada um desses anos estarão sobreavaliados, tal como o resultado do ano de 2011, e, conseqüentemente, os Resultados Transitados.

Solicita-se a eventual contestação.

8. Incerteza Quanto à Natureza e Recuperação de Outras Contas a Receber no Balanço do Partido

O Partido apresenta no Balanço, na rubrica de Outras contas a receber, uma quantia elevada, relativamente a valores que não parecem corresponder a dívidas efetivas.

Com efeito, decompondo o saldo da rubrica Outras contas a receber com base nos balancetes das Estruturas, apresentados pelo Partido, tem-se:

Estrutura	Contribuições Partidos políticos	Outros Dev. Autárquicas 2009	272 - Campanha Autárquicas 2009	Corrente	Total agregado Auditoria
Açores	0	836.436	14.629	22.688	873.752
Aveiro	118.229	207.821	0	5.181	331.232
Beja	27.833	55.350	0	11.203	94.387
Braga	140.261	311.586	10.284	64.049	526.180
Bragança	31.390	25.697	0	7.408	64.495
Castelo Branco	44.339	45.132	14.412	918	104.801
Coimbra	84.582	65.922	2	20.274	170.779
Évora	29.361	4.578	0	1.650	35.589
Faro	109.839	198.470	20.661	25.174	354.144
Guarda	28.309	20.762	181	16.124	65.376
Leiria	98.556	149.719	1.167	65.829	315.271
Lisboa A.O	16.023	23.116	0	49.605	88.744
Lisboa AM	104.990	176.524	49.266	6.220	336.999
Madeira	9	0	1.675	340.950	342.634

Portalegre	50.017	8.364	0	8.851	67.232
Porto	244.796	1.179.930	0	79.369	1.504.094
Santarém	98.396	77.682	0	21.773	197.851
Setúbal	59.831	2.958	44	2.840	65.673
Viana do Castelo	22.377	55.136	6	21.286	98.806
Vila Real	20.497	35.042	0	3.196	58.735
Viseu	81.199	79.334	192	15.208	175.934
JSD	0	0	0	21.421	21.421
ASD	0	0	0	510	510
TSD	0	0	0	6.964	6.964
Sede Nacional	0	0	0	594.271	594.271
Totais	1.410.834	3.559.559	112.519	1.412.962	6.495.874

Como se pode verificar, esta rubrica inclui:

- 1.410.834 euros de Contribuições de Partidos políticos;
- 3.559.559 euros de Outros Devedores das Autárquicas 2009;
- 112.519 euros de Acréscimos e diferimentos das Autárquicas 2009;
- 1.412.962 euros de Outras contas a receber correntes;

O total agregado obtido a partir dos balancetes difere do total agregado apurado na consolidação. Isso mesmo se pode observar no mapa seguinte:

Estrutura	2011 Agregado Partido	Total agregado Auditoria	Diferenças
Açores	870.496	873.752	-3.257
Aveiro	327.958	331.232	-3.273
Beja	94.387	94.387	0
Braga	524.238	526.180	-1.942
Bragança	59.478	64.495	-5.017
Castelo Branco	77.544	104.801	-27.257
Coimbra	165.213	170.779	-5.566
Évora	35.589	35.589	0
Faro	349.311	354.144	-4.833
Guarda	61.380	65.376	-3.997

Leiria	292.936	315.271	-22.335
Lisboa A.O	88.744	88.744	0
Lisboa AM	336.999	336.999	-1
Madeira	338.828	342.634	-3.806
Portalegre	67.232	67.232	0
Porto	1.504.094	1.504.094	0
Santarém	197.851	197.851	0
Setúbal	62.455	65.673	-3.218
Viana do Castelo	76.016	98.806	-22.789
Vila Real	58.735	58.735	0
Viseu	169.159	175.934	-6.775
JSD	21.421	21.421	0
ASD	510	510	0
TSD	5.086	6.964	-1.878
Sede Nacional	566.067	566.067	0
Totais	6.351.727	6.467.670	-115.943

Verifica-se existir uma diferença entre o agregado obtido diretamente dos balancetes das Estruturas e o calculado pelo Partido para efeitos de consolidação. Essa diferença corresponde, grosso modo, a anulações prévias entre rubricas de Outras contas a receber com rubricas de Outras contas a pagar, designadamente Autárquicas 2009 (com exclusão da Sede nacional) + Contribuições de Partidos políticos + Diferenças entre os agregados de Outras contas a pagar obtidos pela auditoria dos balancetes, e os usados pelo Partido para efeitos de consolidação.

Verificou-se que, após as eliminações efetuadas, específicas das Estruturas (no sentido em que são perfeitamente identificadas nos mapas dos ajustamentos de consolidação as Estruturas a que respeitam), subsistia um saldo consolidado (após tais anulações) de 5.771.656 euros. Acresce que, no âmbito da consolidação das suas contas, o Partido fez ainda um outro ajustamento de consolidação (eliminação), no valor de 3.151.569 euros, relativo ao saldo das Autárquicas 2009 registado em Outras contas a pagar, por contrapartida da rubrica de Outras contas a receber, em função do que foi apurado o saldo final evidenciado em Balanço, no Ativo, em tal rubrica, o qual é de 2.620.193 euros.

Porém, nessa rubrica de Outras contas a receber, do saldo global de 2.583.859 euros da conta "Outros – Estruturas", apenas 1.384.759 euros respeitarão efetivamente a saldos correntes de diversos devedores (sendo, pelo menos, como tal indicados pelo Partido nos seus balancetes). O valor remanescente (cerca de 1,2 milhões de euros) não traduzirá portanto dívidas correntes a receber, podendo eventualmente integrar valores que, anteriormente, constavam na conta "Outros devedores - Autárquicas 2009", não sendo possível confirmar se tais montantes serão recuperáveis.

Por seu lado, é a seguinte a decomposição de Outras contas a pagar, obtida de acordo com os balancetes fornecidos pelo Partido:

Estruturas	Agregado Auditoria (A)	Autárquicas 2009	Contribuições Partidos políticos	Corrente	Agregado Partido (B)	Diferença (B-A)	Anulações	Saldo consolidado
Aveiro	-19.216	-3.144		-16.072	-16.042	3.174	1.622	-14.420
Beja	-6.799			-6.799	-6.799	0	1.283	-5.516
Braga	-19.540	-191	-1.892	-17.457	-17.581	1.959	1.377	-16.204
Bragança	-11.862		-5.017	-6.846	-6.846	5.016	2.330	-4.516
Castelo Branco	-22.933	-14.439	-1.525	-6.968	4.324	27.257	6.265	10.589
Coimbra	-43.937	-2.732		-41.206	-38.433	5.504	13.863	-24.570
Évora	-1.965			-1.965	-1.965	0	1.283	-682
Faro	-11.149	-3.700	-2.333	-5.116	-6.316	4.833	1.219	-5.097
Guarda	-8.922	-181	-3.808	-4.934	-4.925	3.997	2.324	-2.601
Leiria	-40.923	-14.640	-11.014	-15.270	-13.957	26.966	2.330	-11.627
Lisboa AM	-42.899	-71		-42.828	-42.828	71	2.206	-40.621
Lisboa AO	-4.170	-722		-3.448	-4.170	0	2.318	-1.851
Portalegre	-9.669	-100		-9.569	-9.669	0	1.357	-8.313
Porto	-20.896			-20.896	-20.898	-2	2.681	-18.216
Santarém	-41.746			-41.746	-41.746	0	1.546	-40.200
Setúbal	-10.543	-2.156		-8.386	-8.325	2.218	1.449	-6.876
Viana do Castelo	-40.466	-21.052		-19.415	-17.676	22.790	1.076	-16.600
Vila Real	-10.093			-10.093	-10.093	0	1.258	-8.835
Viseu	-19.621	-1.179	-5.403	-13.039	-12.847	6.774	2.682	-10.165
Açores	-346.262	-9.366		-336.896	-343.005	3.257	22.688	-320.318
Madeira	-1.752.713	-2.841		-1.749.872	-1.745.615	7.098	502.746	-1.242.869
JSD						0	11.337	11.337
TSD	-1.878			-1.878		1.878	4.016	4.016
ASD	-148			-148	-148	0	510	362
Sede Nacional	-3.582.766	-3.151.569		-431.197	-3.582.766	-0	3.151.569	-431.197
TOTAIS	-6.071.116	-3.228.083	-30.992	-2.812.044	-5.948.326	122.790	3.743.335	-2.204.990

Os montantes totais de 6.071.116 euros (“Agregado Auditoria”) e 5.948.326 euros (“Agregado Partido”) são valores agregados, isto é, decorrem da simples soma dos valores constantes dos balancetes das Estruturas, antes de se proceder à eliminação das operações internas, para efeitos de consolidação de contas.

Conforme referido anteriormente, o Partido efetuou um ajustamento de consolidação (eliminação), registado na Sede Nacional, no valor de 3.151.569 euros, relativo ao saldo das Autárquicas 2009 em Outras contas a pagar, por contrapartida de Outras contas a receber.

Tendo em atenção que o saldo da conta “Outros Devedores - Autárquicas 2009” ascende, como indicado antes, a 3.559.559 euros, verifica-se que não foram anulados 407.990 euros dessa conta, bem como 1.410.834 euros de “Contribuições de Partidos políticos”, que é duvidoso que traduzam efetivamente dívidas a receber.

Dada a materialidade das quantias em causa, a ECFP considera existir incerteza relevante sobre os saldos de Outras contas a receber apresentados pelo Partido no Balanço consolidado referente a 31 de dezembro de 2011.

Solicita-se eventual contestação.

9. Circularização de Saldos e Transações – Impossibilidade de Circularizar o Universo dos Fornecedores que Constam do Balanço e Incerteza Quanto aos Saldos Nele Apresentados

O saldo da rubrica de Fornecedores é constituído pelos valores em dívida relacionados com a atividade de gestão corrente desenvolvida pela Sede Nacional do Partido e as diversas Estruturas, para além de dívidas a fornecedores de Campanhas eleitorais de anos anteriores:

Estrutura	Saldo líquido global de Fornecedores	Atividade corrente		Autárquicas 2005	Autárquicas 2009	
		Saldos devedores	Saldos credores		Saldos devedores	Saldos credores
Aveiro	279.148,81	0,00	-38.542,08	-72.253,65	0,00	-168.353,08
Beja	103.076,19	3.205,28	-3.957,59	-48.535,54	0,00	-53.788,34
Braga	707.224,42	68.646,39	-7.601,36	-301.078,36	0,00	-467.191,09
Bragança	75.879,95	355,28	-2.852,28	-30.077,49	0,00	-43.305,46
Castelo Branco	- 7.194,87	664,97	-2.600,27	-5.317,41	42.396,43	-27.948,85
Coimbra	253.494,38	243,89	-50.920,23	-67.119,44	5.972,89	-141.671,49
Évora	69.137,41	19.663,74	-2.659,39	-44.562,17	0,00	-41.579,59
Faro	270.402,78	3.946,10	-5.830,97	-56.017,23	0,00	-212.500,68
Guarda	86.984,76	0,00	-9.865,64	-48.442,58	7.925,58	-36.602,12
Leiria	532.771,36	5.843,42	-45.543,29	-246.968,26	0,00	-246.103,23
Lisboa AM	293.236,72	0,00	-14.547,14	-71.984,63	0,00	-206.704,95
Lisboa AO	72.061,10	275,06	-1.396,72	-44.570,46	0,00	-26.368,98
Portalegre	89.390,79	413,28	-5.796,77	-21.965,95	0,00	-62.041,35
Porto	1.217.042,57	0,00	-89.193,07	-689.053,48	8.591,16	-447.387,18
Santarém	338.885,36	12.357,32	-18.682,00	-134.875,64	0,00	-197.685,04
Setúbal	193.248,18	1.354,54	-23.491,96	-76.422,83	1.884,73	-96.572,66
Viana do Castelo	60.510,58	0,00	-3.879,29	-12.119,36	0,00	-44.511,93
Vila Real	180.511,22	247,72	-4.528,41	-107.077,68	0,00	-69.152,85
Viseu	190.993,85	510,66	-2.227,98	-57.804,30	2.413,47	-133.885,70
Açores	89.010,78	40,84	-52.057,29	-6.062,60	442,16	-31.373,89
Madeira	1.470.214,33	48.418,41	-1.518.632,74	0,00	0,00	0,00
JSD	72.050,12	150,00	-72.200,12	0,00	0,00	0,00
TSD	-377,75	377,75	0,00	0,00	0,00	0,00
ASD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sede Nacional	370.212,53	2.078,35	-372.290,88	0,00	0,00	0,00
TOTAL	7.007.915,57	168.793,00	-2.349.297,47	-2.142.309,06	69.626,42	-2.754.728,46

Nota – O saldo evidenciado em Balanço apresenta ligeira divergência (cerca de 635 euros) face ao que resulta do somatório dos saldos das diversas Estruturas.

Com base na decomposição dos saldos, conclui-se que as contas das diversas Estruturas apresentam:

- Saldos devedores no montante total de 238.419 euros, os quais são indevidamente compensados em termos de apresentação no Balanço consolidado;
- Saldos credores, das contas das diversas Estruturas, no valor global de 2.142.309 euros, referentes às Eleições Autárquicas de 2005 (2.091.125 euros em 2010);

- Saldos credores, das várias Estruturas, no valor total de 2.754.728 euros, referentes às Autárquicas de 2009 (3.205.985 euros em 2010).

O Partido vem referindo, desde a auditoria às contas anuais de 2008, que está a desenvolver um trabalho com vista ao esclarecimento sobre a efetiva existência dos saldos apresentados no Balanço, referentes às eleições autárquicas.

A ECFP regista que, não foi ainda, relativamente às contas anuais de 2011, efetuado tal esclarecimento, continuando a subsistir saldos muito elevados que não é possível validar.

A ECFP sabe que os pagamentos das subvenções relativos às Autárquicas de 2009, incluindo a redistribuição de excedentes, se prolongaram em 2011, e que, em muitos casos, as dívidas a fornecedores se prolongaram por essa razão. Contudo, no final de 2011, já seria possível apresentar a situação regularizada, tanto mais que em 2011 ocorreram 3 novos atos eleitorais.

Apenas a Sede Nacional e a CPR Madeira criam subcontas para cada fornecedor. As restantes Estruturas continuaram a utilizar em 2011, regra geral, apenas 3 contas:

2211997 – Fornecedores AL05

2211998 – Fornecedores AL09

2211999 – Fornecedores - Estruturas descentralizadas

Desta forma, com exceção da Sede nacional e Madeira, que representam apenas 26% do saldo global da rubrica de Fornecedores, não é possível efetuar circularizações a fornecedores.

Continua assim a não ser possível conhecer, a partir das peças contabilísticas, a composição dos saldos dessas contas, tornando muito difícil o seu controlo e conciliação. O Partido alega que adota tal procedimento por uma questão de controlo, não permitindo às Estruturas criar contas de terceiros. O facto é que tal procedimento impede que a utilização do procedimento de circularização pelos auditores possa ter resultados efetivos.

Foi efetuada circularização aos fornecedores da Sede nacional e da "CPR Madeira", únicos para os quais havia informação disponível, relativamente aos respetivos saldos individuais.

Foram assim circularizados 12 fornecedores da Sede nacional, cujos saldos totalizam 233.011 euros, representando cerca de 63% dos saldos dessa Estrutura, tendo-se obtido 8 respostas, cujos saldos totalizam 213.866 euros. Todas as respostas recebidas foram concordantes, com a exceção do fornecedor REFER, dado ter enviado apenas o detalhe das faturas emitidas, mas não os pagamentos entretanto já efetuados do Partido; relativamente às faturas, concluiu-se que todas tinham sido registadas pelo Partido.

Assinala-se no entanto que o fornecedor 2211825 – Fuste, com saldo de 97.086 euros, é de facto fornecedor de Ativos fixos tangíveis, pelo que o saldo de fornecedores c/c está sobreavaliado nesse montante e o de Outras contas a pagar subavaliado no mesmo valor.

Os fornecedores da Sede nacional relativamente aos quais não se obteve resposta foram os seguintes (cujos saldos ascendiam a um valor total de 19.144 euros):

**Saldo em
31-12-2011**

Netcast Lda	-7.854
PT Prime	-6.462
Mar Pigmento	-3.628
O Público	-1.200

Não obstante, tendo sido todas as respostas obtidas concordantes, consideramos o resultado aceitável.

Efetuuou-se também circularização a 31 fornecedores da “CPR Madeira”, totalizando 1.206.000 euros de saldos credores e 46.409 euros de saldos devedores, representando cerca de 80% do saldo credor total e 95% do saldo devedor, tendo-se obtido 20 respostas, que totalizam 738.678 euros, representando cerca de 49% do saldo credor total da Estrutura.

Das respostas obtidas, 15 apresentam-se divergentes, tendo-se solicitado ao PSD a reconciliação das diferenças, o que o Partido efetuou:

Contabilidade			Resposta Fornecedor	Diferença	Observ.
Conta	Designação	Saldo Credor	Saldo Devedor		
2111100027	HOTEL SAVOY	12.775,10 €	13.795,10 €	- 1.020,00 €	1)
2111100080	SAM - SOC, AUTOMOVEIS DA	17.596,80 €	18.179,20 €	- 582,40 €	2)
2111100092	CONTROLMEDIA	65.000,56 €	165.015,92 €	-100.015,36 €	3)

2111100107	HORARIOS DO FUNCHAL	50.110,49 €	41.110,49 €	9.000,00 €	4)
2111100116	MADEIRA TECNOPOLO	21.301,76 €	26.202,64 €	- 4.900,88 €	5)
2111100132	CIA - COMPANHIA DOS CARROS SAO	37.043,72 €	34.529,33 €	2.514,39 €	6)
2111100142	SOLUCAO LDA	33.232,62 €	33.516,12€	- 283,50 €	7)
2111100144	CONSTROPLANTE, LDA	53.337,63 €	252.057,40 €	-198.719,77 €	8)
2111100149	PORTO SANTO LINE	90.488,89 €	82.609,30 €	7.879,59 €	9)
2111100188	PORTOS DA MADEIRA	18.447,99 €	18.447,99 €	-	10)
2111100193	RODOESTE TRANSPORTADORA RODOVI	62.237,76 €	72.294,56 €	- 10.056,80 €	11)
2111100218	ART OF SOUND LDA	40.649,18 €	171.759,70 €	-131.110,52 €	12)
2111100219		19.164,88 €	18.515,28 €	649,60 €	13)
2111100261	MANICA - SOLUCOES DIG, LDA	20.592,32 €	62.084,42 €	- 41.492,10 €	14)
2111100323	ZON MADEIRA TV CABO MADEIRENSE	66.317,21 €	120.861,96 €	- 54.544,75 €	15)
2111100325	EMPRESA ELECTRICIDADE DA	20.654,39 €	32.854,62 €	- 12.200,23 €	16)

Observações:

1) Comentário inicial da auditoria: A diferença pode resultar da falta de registo pelo Partido de uma fatura, de 1.015 euros, de 02-05-2007. As 3 faturas em dívida são de maio de 2007.

Resultado da resposta do Partido: A diferença de 1020 euros deve-se às Faturas 12401,12634,12645,12703 e 12704, todas de 2007, que somam 1020 euros, e não foram registadas pelo Partido, embora tenha sido registado o pagamento.

2) Comentário inicial da auditoria: Fatura 13/3110137, de 20-06-2011, não registada pelo Partido.

Resultado da resposta do Partido: Fornecimento de serviços integrados nas Legislativas nacionais. O valor da fatura encontra-se em dívida na conta "278100541 - PSD Legislativas nacionais".

3) Comentário inicial da auditoria: Diferença no saldo de abertura, e 95.665,06 euros de faturas de Campanha eleitoral. Fornecedor não registou pagamento de 18.112,50 euros, cujo cheque foi debitado pelo banco.

Resultado da resposta do Partido: Partido apresentou extrato completo que lhe foi enviado pelo fornecedor. A diferença corresponde a faturas registadas na conta "2781000524 - PSDM - Legislativas regionais, para além de 3.350,30 euros de saldo de abertura.

4) Comentário inicial da auditoria: Diferença corresponde a letras descontadas pelo fornecedor, aceites em 2010, não consideradas pelo Partido, que parece estar a registá-las à medida que se vencem.

Resultado da resposta do Partido: Partido confirma que se trata de 3 letras, com vencimentos em 27-01-2012, 27-03-2012 e 27-05-2012, que o Partido registou apenas em 2012, aquando do respetivo vencimento.

A ECFP tem dúvidas sobre se a utilização de letras comerciais, como forma de pagamento diferido a fornecedores, é legalmente admissível face ao disposto no n.º 1 do art. 9.º da L 19/2003, o qual apenas permite pagamentos de despesas através de meio bancário.

5) Comentário inicial da auditoria: Diferença corresponde a fatura 220128, de 23-09-2011, no valor de 5.244,36 euros, não registada pelo Partido, e 343,48 euros de saldo de abertura (registado a mais pelo Partido).

Resultado da resposta do Partido: o Partido esclarece que registou fatura na conta "2781000524 - PSDM Legislativas regionais" e confirma diferença no saldo de abertura, referindo que vai proceder à correção em 2012.

6) Comentário inicial da auditoria: Parece faltarem diversas faturas, registadas pelo fornecedor em 2011: n.ºs 74, 118, 221, 222, 533 e 564, no total de 15.935,20 euros, sendo que, por outro lado, o saldo de 2010 já diferia em 28.173,55 euros na resposta enviada pelo fornecedor à circularização desse ano.

Resultado da resposta do Partido: O Partido esclareceu que as faturas 533 e 564 são registadas na conta "2781000524 - PDSM Eleições regionais, enquanto as faturas 74, 118, 221 e 222 integram o saldo da conta "2781000541 - PSD Legislativas nacionais". No entanto, incluindo essas faturas, o saldo do Partido é superior em 18.449,59 euros.

7) Partido confirmou que o saldo de abertura se encontrava incorreto, situação a corrigir em 2012.

8) Comentário inicial da auditoria: O Partido não regista na conta corrente uma fatura de 199.786,80 euros, existindo, por outro lado, diferença no saldo de abertura, no valor de 1.067,03 euros.

Resultado da resposta do Partido: O Partido registou a fatura de 199.786,80 euros na conta "2781000524 - PSDM Legislativas Madeira 2011". A diferença de 1.067,03 euros refere-se a 3 faturas de 2003, que foram registadas pelo Partido, mas que o fornecedor já não considera em dívida.

9) Comentário inicial da auditoria: Diferença no saldo de abertura, de 5.223,90 euros, a mais no Partido, e fatura 309/2011, não considerada pendente pelo fornecedor, no valor de 2.655,69 euros.

Resultado da resposta do Partido: O Partido esclareceu que a fatura 309/2001 é da JSD, e que o fornecedor só enviou extrato do PSD Madeira. Não esclareceu a diferença no saldo de abertura.

10) Comentário inicial da auditoria: Embora a resposta seja convergente, o saldo refere-se a faturas de 2005, emitidas à JSD.

Resposta do Partido: *«Estas faturas são objeto de integração das contas da JSD. Desconhecemos os motivos que deram origem a este débito. Neste momento junto da estrutura e da entidade procuramos esclarecer e será informado e devidamente conciliado na contabilidade.»*

11) Comentário inicial da auditoria: A diferença corresponde à fatura 10/667, de 07-10-2011, não registada pelo PSD Madeira.

Resposta do Partido: O Partido esclareceu que a fatura 10/667, de 07-10-2011, foi integrada na conta "2781000524 - PSDM Legislativas Madeira 2011".

12) Comentário inicial da auditoria: Diferença de 2.405,48 euros no saldo de abertura; fatura 148/2011, de 50.170 euros, e fatura 149/2011, de 85.086 euros não registadas pelo Partido; fatura 12/2011, da JSD, só registada pelo Partido, no valor de 1.740 euros.

Resposta do Partido: O Partido esclareceu que as faturas 148 e 149 estão registadas na conta "2781000524 - PSDM Legislativas Madeira 2011" e que a fatura 12/2011 (de que enviou cópia) é da JSD, tendo o fornecedor enviado apenas o extrato do PSD Madeira. Não esclareceu diferença no saldo de abertura.

13) Comentário inicial da auditoria: A diferença corresponde à fatura 280/2011, que o Partido indica como sendo da JSD, e que não é apresentada pelo fornecedor.

Resposta do Partido: O Partido enviou resposta fornecedor, que confirma ser a fatura respeitante à JSD, estando pendente, e encontrando-se em conta separada.

14) Comentário inicial da auditoria: O fornecedor regista 4 contas correntes – PSD M e JSD totalizam 23.044,62 euros; a terceira conta tem saldo de 324,80 euros; e a quarta, possivelmente das eleições, com saldo de 38.715 euros.

Resposta do Partido: O Partido confirma que o saldo de 38.715 euros é da conta “2781000524 - PSDM Legislativas Madeira 2011”, e esclarece que o saldo de 324,80 euros é da conta “2781000541 - PSD Legislativas nacionais” (consta da lista de dívidas). Subsiste diferença na abertura, de 4.976,40 euros, não explicada pelo Partido, que registou pagamentos de 7.408,70 euros, não registados pelo fornecedor.

15 - O Partido remeteu carta da ZON Madeira, de 09-01-2013, a informar que o valor em dívida em 31-12-2011 era de 71.906,51 euros, e refere estar a analisar com a TV Cabo os valores declarados, e que será elaborada conciliação desde o início do fornecimento do serviço.

16 - Comentário inicial da auditoria: Existe diferença no saldo de abertura (9.719,70 euros + 117,20 euros) e parecem faltar registos de faturas em 2011, no valor restante (2.363,33 euros).

Resposta do Partido: o Partido refere que existe divergência de saldos transitados de 2010, e que os valores em dívida de 2011 não correspondem às faturas. Vai proceder à conciliação com o fornecedor Eletricidade da Madeira.

Em conclusão, com base nas respostas do Partido, dadas no decurso do trabalho de auditoria, verifica-se que, relativamente à “CPR Madeira”, para além de um conjunto de diferenças não explicadas, existem duas contas em Outras contas a pagar, nas quais estão registados os saldos de fornecedores associados às Eleições Legislativas Nacionais e às Eleições Legislativas Regionais de 2011 que transitaram para o Partido. Estas contas apresentam os seguintes saldos:

- Conta 278100524 – PDSM - Legislativas Mad. 2011, com saldo credor de 968.445 euros;
- Conta 278100541 – PSD – Legislativas Nacionais, com saldo credor de 124.874 euros.

O Partido entregou aos auditores a decomposição da conta das Legislativas Regionais tendo estes confirmado que a totalidade do saldo respeita a dívidas a fornecedores. À mesma conclusão chegaram os auditores por comparação do extrato da conta 278100541 com a lista de dívidas a fornecedores constante das notas às contas da Campanha para as Legislativas Nacionais de 2011.

O PSD apresenta assim, na rubrica de “Outras contas a pagar”, uma dívida a fornecedores, no valor global de 1.093.319 euros, uma vez que, da análise aos ajustamentos de consolidação e à decomposição da conta de fornecedores c/c, confirma-se que não foi feita a devida reclassificação entre contas.

Acresce que, no Anexo às contas, também não é efetuada qualquer divulgação do facto, pelo que só uma análise detalhada do balancete e a decomposição das contas permite concluir que tão elevado saldo de Fornecedores está classificado em Outras contas a pagar.

Por outro lado, é registada na conta “221100468 - Pernetas Construções, Lda.” uma dívida de 25.000 euros, a qual deveria ser refletida em Outras contas a pagar, por se tratar de fornecedor de Ativos fixos tangíveis.

Regista-se ainda que não responderam à circularização efetuada pela ECFP os seguintes fornecedores da “CPR Madeira”:

Conta	Designação	Saldo Devedor	Saldo Credor
2111100003	ARLU PLASTICOS LDA	- €	179.404,45 €
2111100037	SILVA COELHO & FILHOS LDA	- 8.510,00 €	- €
2111100101	CARLTON PARK HOTEL	- €	63.003,10 €
2111100109	VASCONCELOS & ABREU LDA	- €	10.963,62 €
222100109	VASCONCELOS & ABREU LDA	- €	13.285,79 €
2111100175	ESTALAGEM ENCUMEADA	- €	14.554,92 €
2111100320	SODINASA-SOC,TRANSPORTES	- €	43.538,00 €
2111100324	PT COMUNICACOES	- €	14.994,11 €
2111100326	CTT - CORREIOS DE PORTUGAL SA	- €	15.541,26 €
2111100466	DOMESTIND, LDA	- €	27.629,40 €
		- 8.510,00 €	382.914,65 €

O valor global dos saldos dos fornecedores que não responderam é ainda significativo, face ao valor de Balanço dessa rubrica do PSD Madeira, embora se registre uma melhoria significativa no número de respostas comparativamente a anos anteriores.

A ECFP conclui que subsiste um conjunto de deficiências a nível de registo, erros de apresentação e incertezas materialmente relevantes quanto aos saldos apresentados, que impossibilitam a sua validação.

Solicita-se a eventual contestação.

10. O Balanço não Apresenta com Rigor o Grau de Exigibilidade das Dívidas a Instituições de Crédito

O Partido classificou a totalidade das dívidas a instituições de crédito como não correntes, com referência a 31 de Dezembro de 2011. Esses empréstimos são principalmente da Madeira, para além de saldos de menor valor, relativos a outras Estruturas, a saber:

	Entidade	2011		2010		
		Montante Utilizado		Montante Utilizado		
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	
Açores	BANIF		52.576		186.367	
Aveiro	BPN		72.977		84.674	
Madeira	BANIF		2.817.304		3.590.514	
Portalegre	CCAM		84.951		87.338	
Santarém	MG		21.891		26.570	
Vila Real	CGD		50.777		54.078	
Lisboa AO	CCAM		13.366		0	
Outras Estruturas			57.946		35.051	
			0	3.171.788	0	4.064.592

Comissão Política Distrital da Madeira

A Comissão Política Regional da Madeira tem registo de 4 empréstimos, 2 do BANIF e 2 do Millennium BCP. O saldo apresentado decompõe-se do seguinte modo:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
BANIF - Emp. 08/43	2.156.814	2.697.835
BANIF - Emp. 09/43	530.960	663.730
BANCO COMERCIAL PORTUGUES SA	13.263	13.263
MILLENIUM- EMP.173774541	109.156	209.699
Cheques não descontados	7.111	5.987
Empréstimo PSD Nacional	500.000	0
	<u>3.317.304</u>	<u>3.590.514</u>

O empréstimo do PSD Nacional é eliminado na consolidação.

A “CPR Madeira” registou, em 2011, cerca de 774.333 euros de amortizações financeiras destes financiamentos.

Conclui-se portanto que os empréstimos foram incorretamente classificados, em 2010, na sua totalidade, como não correntes, uma vez que não foram tidas em conta as amortizações financeiras de 2011 e a natureza corrente dos “Cheques não descontados”. O mesmo se poderá dizer relativamente a 2011. Esta situação foi já objeto do Relatório da ECFP relativo às contas anuais de 2010 tendo o Partido justificado a situação com dificuldades na parametrização do *software*, mas é factual que o Passivo não se encontra corretamente apresentado.

Solicita-se a eventual contestação.

11. Recebimento de Donativos em Numerário de Valor Superior a 25% do Salário Mínimo Mensal Nacional

A “CPR Madeira” recebeu dois donativos em numerário, no valor individual de 400 euros, o que corresponde a um valor superior a 25% do salário mínimo nacional mensal.

Esses donativos foram recebidos de _____ e de _____, em 20-01-2011, e estão suportados por depósito e recibo numerado, com a identificação e morada dos doadores, o valor e a indicação de ser em numerário e não em cheque. Têm carimbo do secretariado do Partido Social Democrata Madeira e rubrica ilegível.

A L 19/2003 estabelece, nos n.ºs 2 e 3 do artigo 3.º, que tais receitas são obrigatoriamente tituladas por meio de cheque ou outro meio bancário que permita a identificação do montante e da sua origem, excepcionando-se os montantes de valor inferior a 25% do salário mínimo mensal nacional.

Uma vez que o valor de 400 euros excede claramente 25% de 426 euros, a ECFP considera haver violação dos referidos preceitos legais.

Solicita-se a eventual contestação.

12. Existência de Gastos e Rendimentos Não Contabilizados pelo Partido. Eventual Incorreção dos Saldos de Ativos e Passivos.

Com base na análise efetuada às conciliações bancárias entregues pelo Partido aos auditores em 24/07/2013 conclui-se existirem várias deficiências, ao nível, quer da preparação desses documentos, quer do registo pelo Partido das situações nelas evidenciadas.

Essas situações são resumidas no mapa seguinte e nas respetivas observações:

Estrutura	Saldo no Balanço / Balancete	Saldo extrato bancário	Diferença	N.º Conta	Observações sobre as conciliações
Distrital Aveiro (CPD)					
Secção: CPD Aveiro	43.674,35	43.689,11	-14,76	0-3785870.000.001	Existe um cheque de 30/6/2011, no montante de 14,76 €, que se encontra registado na Contabilidade do Partido, mas não se encontra registado no banco.
Secção: Águeda	2.335,07	1.086,53	1.248,54	8-3814964.000.001	A diferença entre o saldo bancário e o saldo da Contabilidade, no montante de 1.248,54 €, é uma diferença de reconciliação transitada desde 2009.
Secção: Albergaria -a Velha	1.171,65	721,65	450,00	6-3793793.000.001	Existe uma transferência extra da Sede Nacional, de 31/12/2009, no montante de 450,00 €, que se encontra registada na Contabilidade do Partido, no entanto não consta no extrato bancário.
Secção: Anadia	3.781,87	3.009,38	772,49	9-3804331.000.001	Existe um cheque de 31/12/2008, no montante de 270,72 €, que se encontra registado na Contabilidade, mas não se encontra registado no banco. Existe ainda uma diferença de reconciliação de 2009, no montante de 3.246,32 €
Secção: Arouca	3.054,76	1.285,51	1.769,25	2-3798723.000.001	Existe uma diferença de reconciliação de 2009, no montante de 3.132,59 € (está como entrada, como se fosse depósito). Existe também um recebimento de quotas, de 30/11/2010, no montante de 54,00 €, que se encontra registado na Contabilidade, no entanto não consta no extrato bancário. Existem ainda diversos cheques do ano de 2010, que totalizam 1.386,59 €, os quais se

					encontram registados na Contabilidade do Partido, mas não se encontram registados no banco
Secção: Espinho	1.273,05	344,03	929,02	0-3818382.000.001	Salientamos que na reconciliação bancária o saldo da Contabilidade aparece como se fosse de 1.753,37 €; no entanto, se verificarmos o balancete, o saldo da Contabilidade é de 1.273,05 €, pelo que a reconciliação não se encontra devidamente elaborada
Secção: Estarreja	2.316,43	2.449,03	-132,60	5-2518018.000.001	Existe um recebimento de quotas, de 31/12/2006, no montante de 167,40 €, que se encontra registado na Contabilidade do Partido, mas não se encontra registado no banco.
Secção: Ílhavo	14.650,47	14.669,70	-19,23	0-3804336.000.001	Existe um recebimento, de 31/12/2009, no montante de 20,77 €, que se encontra registado na Contabilidade do Partido, mas que não está registado no banco.
Secção: Mealhada	40,47	190,17	-149,70	5-3799487.000.001	Existe um pagamento de renda, de 31/8/2011, no montante de 150,00 €, que se encontra registado na Contabilidade do Partido, mas que não está registado no banco.
Secção: Ovar	1.174,70	37,54	1.137,16	2-3814967.000.001	A diferença entre o saldo bancário e o saldo da Contabilidade, no montante de 1,137,16 €, é indicado como diferenças de reconciliação de 2008.
Secção: São João da Madeira	10.287,63	9.939,58	348,05	1-3814959.000.001	Existe uma diferença de reconciliação de 2009, no montante de 250,85 €, Existe também um recebimento de quotas, do ano de 2006, no montante de 97,20 €, que se encontra registado na Contabilidade do Partido, mas não se encontra registado no banco
Secção: Sever Do Vouga	40,03	109,85	-69,82	4-3804325.000.001	Existe uma diferença de reconciliação de 2008, no montante de 69,82€
Secção: Vagos	5.055,13	5.161,79	-106,66	2-3793666.000.001	Existem despesas, no montante de 92,66 €, que se encontram registados na Contabilidade, mas não no banco.
Outras Contas Bancárias	-20,80	132,45	-153,25	40.070.262.482,00	A diferença entre o saldo bancário e o saldo da Contabilidade é indicada como uma diferença de reconciliação do ano de 2010, no montante de 153,25 €
Secção: Vale de Cambra	4.597,20	3.823,73	773,47	8-3804306.000.001	Existe uma diferença de reconciliação de 2009, no montante de 783,47 €. Existe também um pagamento de uma fatura de água, de 31/1/2010, no montante de 10,00 €, que se encontra registado na Contabilidade do Partido, mas não se encontra registado no banco.
Distrital Beja					
Secção: CPD Beja	-982,95	752,90	-1.735,85	0-3796181.000.002	Existe uma saldo de 2.715,79 € só registado pelo banco sendo 3.272,98 € de entradas dos quais 548,24 € de entregas de valores e cerca de 550 € de 3 cheques e ainda um saldo de 975,94 € só registado pela contabilidade
	-4.175,82	430,39	-4.606,21	0-3796181.000.001	Diferença respeitante a 3.961,13 € de saídas de 2010, só registadas pelo banco (incluindo 28 € de encargos não registados) e 5.335,34 € de entradas de 2010, também só registadas pelo banco. Existem ainda 3.232 € de saídas de 2010, só registadas pela Contabilidade
Secção: Moura	894,91	418,56	476,35	2-4305178.000.001	2 cheques (26,25 € e 450 €) de junho e julho 2011, só registados pelo banco
Distrital Braga					
Secção: CPD Braga	8.260,18	6.349,18	1.911,00	7-3795941.000.001	Diferença de 1.920 € referente a transferência da Sede, em dezembro de 2006, não registada pelo banco

Secção: Amares	-827,26	159,22	-986,48	3-3847460.000.001	Diferença de conciliação de 2010
					Existem 2.806,25€ registados apenas pelo banco, de saídas de 2011, e 4.059,31 € de registos apenas efetuados pela Contabilidade, incluindo 2.221,04 de diferenças de conciliação de 2010 a crédito, e 3.594,98 € de diferenças de conciliação de 2011 a débito, não explicadas
Secção: Barcelos	6.866,16	0,00	6.866,16	9-0320998.000.001	
					Diferença corresponde a 2.299 € de saídas só registadas pelo banco, incluindo 59,3 € de gastos, e 2.280,24 € de entradas só registadas pelo banco, referentes a entregas de valores, 915,84 € de transferências do PSD
	4.498,91	5.019,60	-520,69	9-3875982.000.001	
Secção: Braga	-6.605,15	3.070,08	-9.675,23	9-3958716.000.001	Diferença corresponde a 10.374,89 € só registados pelo banco, incluindo 2.857,46 € de cheques emitidos e 11.279,87 € de entradas com o descritivo depósito em numerário – senhas de presença e 905,76 € com o descritivo “Depósito em numerário Donativo-Senhas”. Existe ainda um saldo de 699,66 € só registados pela Contabilidade, de que se destaca uma diferença de conciliação não explicada de 5.705,98 € que já vem de 2010
Secção: Cabeceiras de Baixo	-537,18	439,96	-977,14	7-4263423.000.001	Diferença corresponde a 813,61 € de saídas só registadas pelo banco, incluindo 82,80 € de pagamento EDP/Água/Gás, e 1.790,75 € de saídas só registadas pela Contabilidade, das quais 1.683,06 são diferenças de conciliação não explicadas de 2010
Secção: Celorico de Basto	2.906,80	3.202,17	-295,37	4-4064544-000-001	Diferença de conciliação não explicada de 2010
Secção: Esposende	766,80	641,23	125,57	9-4131213.000.001	Diferença de conciliação de 125,61 € de 2010
					Valor do saldo da Contabilidade na reconciliação não corresponde ao do balancete, que é de 315,6 €. Diferença corresponde a cerca de 25.000 € de entradas, referentes a quotas e subsídios extraordinários do PSD, de 2010. Existem também 3,98 € de juros só registados pelo banco
Secção: Fafe	26.787,08	53,96	26.733,12	8-4057932-000-001	
Secção: Guimarães	5.960,48	6.670,46	-709,98	3-4218405-000-001	Diferença de conciliação de 2010 não explicada
Secção: Póvoa do Lanhoso	5.360,89	360,89	5.000,00	1-3846875.000.001	Transferência bancária do BES de 09-06-11, só registada pelo banco
Secção: Vieira Do Minho	6.167,04	1.452,53	4.714,51	0-3875942.000.001	Diferença de conciliação não explicada de 2010
Secção: Famalicão	70.799,75	6.972,56	63.827,19	4-3889747-0001-001	Diferença de conciliação de 62.917,18 € de 2010, e 920,01 € de cheques de janeiro a março de 2011, só registados pelo banco
Secção: Vila Verde	-286,81	673,41	-960,22	6-4217633.000.001	1.001,28 € de diferença de conciliação não explicada de 2009 e 41,06 € de pagamento a PT Comunicações, só registados pelo banco
CPS Vila Verde	15.368,81	0,29	15.368,52	129.040.188.078.113	Diferença de reconciliação de 2009 não explicada. Não juntam cópias dos extratos bancários
Distrital Coimbra					
Secção: CPD Coimbra	6.897,00	6.792,11	104,89	4-3790636.000.001	Diferença inclui cheque de 700 € de 2010 só registado pelo banco e 595,11 € só registados pela Contabilidade, dos quais 529 € de quotas 2005 e 2006
Secção: Lousã	611,33	1.636,52	-1.025,19	1-3787116.000.001	
Secção: Mira	421,15	445,97	-24,82	0-3872331.000.001	
Secção: Oliveira Do Hospital	-726,41	189,78	-916,19	2-3821479.000.001	Diferença corresponde a pagamentos de diversas faturas em 2010 só registados pela Contabilidade

Distrital Leiria					
Secção: CPD Leiria - conta A	- 11.511,70	12.957,56	-24.469,26	1-0236492.000.001	Diferença corresponde a 36.635,45 € de entradas em 2010 só registadas pelo banco (das quais 26.235,45 € de transferências do Partido para as Autárquicas 2009) e 19.621,34 € de saídas só registadas pelo banco, das quais apenas 5.318 € são de 2011. Existem ainda a assinalar 1.598,8 € de entradas só registadas pela contabilidade
Secção: Alcobaça	6.477,01		6.477,01	1-0236492.000.001	
Secção: Batalha	167,79		167,79	1-0236492.000.001	
Secção: Figueiró dos Vinhos	1.358,00		1.358,00	1-0236492.000.001	
Secção: Pedrogão Grande	849,15		849,15	1-0236492.000.001	
Secção: Bombarral	15.301,13	272,81	15.028,32	2-3998145.000.001	Não juntou extratos bancários. Pagamento de 119,28 €, em janeiro de 2011, não registado pelo Partido. Diferença de conciliação de 15.134,06 € de receitas de 2010 não registadas pelo Partido. Pagamento em trânsito, de dezembro de 2011, de 225,02 €.
Secção: Caldas da Rainha	7.157,68	7.426,68	-269,00	513040105417342	Não juntou extratos bancários. Receita de 257,00 €, em julho de 2011, não registada pelo Partido. Despesa de 12,00 €, em julho, não registada pelo banco.
Secção: Marinha Grande	10.038,66	423,10	9.615,56	3-4228805-000-001	Não juntou extratos bancários. Pagamentos em 2011 não registados pelo Partido no total de 1.444,16 €.
Secção: Pombal	24.586,75	955,23	23.631,52	6-4348643.000.001	Receitas e despesas registadas pelo banco e não pelo Partido: Receita de 2010 de 1.030,39 €. Despesas de 2010 no total de 13.610,24 €. Despesas de 2011 no total de 37,74 € (poderão ser cheques em trânsito). Receitas registadas pelo Partido e não pelo Banco em 2010: 11.013,93 €.
Distrital Lisboa AO (CPD)					
Secção: CPD Lisboa AO	6.782,39	6.482,39	300,00	3-3811929.000.001	Existe um depósito, de 5/1/2010, no montante de 2.322,08 €, que se encontra registado no banco, mas não se encontra registado na Contabilidade do Partido. Existem vários cheques, ao longo do ano de 2011, que totalizam 881,61 €, os quais se encontram registados no banco, mas não se encontram registados na Contabilidade. Existe um depósito, de 31/12/2009, no montante de 2.330,00 €, que se encontra registado na Contabilidade, mas não no banco.
Distrital Portalegre					
Secção: CPD Outras Contas Bancárias	9.574,30 1.408,23		9.574,30 1.408,23	8-3792576-000-001 4023256217	O saldo contabilístico foi alterado, inicialmente era de 9,574,30€ e passou para 8,739,57€. Existem dois pagamentos a fornecedores, de 31/12/2010, contabilizados pelo Partido, que não surgem registados no extrato bancários, no montante de 39,00 € e 213,10 €. Existe também um pagamento de renda de Castelo de Vide, de 03/11/2010, no montante de 200,00 €, um pagamento de SDD PT Comunicações, de 31/12/2010, no montante de 51,29 €, e um pagamento a fornecedores, de 31/12/2010, no montante de 0,05 €, que estão registados no extrato bancário e que o Partido não registou na sua Contabilidade. Diferença de 0,25 € entre o saldo da Contabilidade e o saldo do banco

Secção: Campo Maior	-1.036,61		-1.036,61	2-4160546-000-001	Não nos foi fornecido o extrato bancário, pelo que não nos é possível confirmar o saldo bancário constante na conciliação bancária. Segundo a conciliação bancária existem 3 movimentos considerados na Contabilidade do Partido que não se encontram registados no extrato bancário, que são os seguintes: pagamento de rendas de janeiro, fevereiro e março, de 30/04/2011, no montante de 900,00 €, pagamento EDP, de 31/07/2011, no montante de 88,61 €, e Pagamento FT, de 31/12/2011, no montante de 48,00 €.
Distrital Porto					
Secção: CPD Porto	29.361,69	16.511,44	12.850,25	0-3784976-000-001	Existem 4 cheques de janeiro de 2011 registados no banco e não na Contabilidade do Partido, que somam o montante de 931,61 €. Existe um movimento referente a diferenças de reconciliação 2010, no montante de 15.014,20 €, registada na Contabilidade do Partido e não no extrato bancário; existe ainda um pagamento, de 31/5/2011, no montante de 1.080,00 €, registado na Contabilidade e não no extrato bancário.
Secção: Amarante	1.525,24	2.755,63	-1.230,39	3-3784974-000-001	Existe um cheque de 1,250,00 €, de 31/12/2011, registado na Contabilidade, que deverá ser um cheque em circulação, e existe um pagamento PT Comunicações, de 25/2/2010, no montante de 19,61 €, registado no extrato bancário e não na Contabilidade do Partido.
Secção: Baião	6.668,31	7.072,69	-404,38	0-37852936-000-001	Existe uma requisição de cheques, de 7/5/2010, no montante de 9,13 €, registada no extrato bancário e não na Contabilidade, existem ainda 3 cheques, dois deles do ano de 2010 e um de maio de 2011, que totalizam 1.468,65 €, que se encontram registados no extrato bancário e não na Contabilidade. Existem ainda 3 pagamentos do ano de 2010, que totalizam 1.245,26 €, que foram registados na Contabilidade e não aparecem registados no extrato bancário.
Secção: Felqueiras	3.164,67	3.378,00	-213,33	2-3784997-000-001	Existem dois cheques do ano de 2010, no montante de 61,41 €, que se encontram registados no extrato bancário e não na Contabilidade.
Secção: Gondomar	13.253,50	13.216,79	36,71	0-3784671-000-001	Existem 3 pagamentos à EDP, do ano de 2010, que totalizam 195,19 €, registados no extrato bancário e não na Contabilidade do Partido. Existe um pagamento à EDP, do ano de 2010, no montante de 158,48 €, registado na Contabilidade e não registado no extrato bancário.
Secção: Lousada	8.968,66	1.212,62	7.756,04	7-3784969-000-001	Existem 3 cheques do ano de 2010, que totalizam 8.380,70 €, que se encontram registados no extrato bancário e não estão registados na Contabilidade. Existem também 3 pagamentos, dos anos de 2009 e 2010, que totalizam 624,66 €, que estão registados na Contabilidade do Partido e não estão registados no extrato bancário.
Secção: Maia	2.620,08	2.663,68	-43,60	9-3785943-000-001	Existem diversos pagamentos à EDP e PT, do ano de 2010, que totalizam 73,41 €, que foram registados no extrato bancário e não na Contabilidade. Está mencionada na Contabilidade uma diferença de saldo, no montante de 12,02 €, não registada no extrato bancário.

Secção: Marco de Canavezes	272,80	499,88	-227,08	7-3784518-000-001	Existem 3 pagamentos à PT, do ano de 2010, que totalizam 60,28 €, registados na Contabilidade e não no extrato bancário. Existe ainda uma despesa de setembro de 2011, no montante de 150,23 €, registada na Contabilidade e não no extrato bancário.
Secção: Matosinhos	5.002,33	4.188,36	813,97	6-3784995-000-001	Pagamento de outubro de 2011, no montante de 13,00 €, registado no extrato bancário e não na Contabilidade, Diferença de conciliação no montante de 913,35 €, registada na Contabilidade e não no extrato bancário.
Secção: Paços de Ferreira	17.906,81	3.416,31	14.490,50	0-3784993-000-001	Existe uma transferência para o banco BTA, de 23/7/2010, no montante de 15,000,00 €, registada no extrato bancário e não na Contabilidade do Partido. Existe ainda um cheque, de 17/8/2011, no montante de 200,00 €, também ele registado no extrato bancário e não na Contabilidade do Partido. Existem dois pagamentos do ano de 2010, que totalizam 712,50 €, que se encontram registados na Contabilidade do Partido e não no extrato bancário.
Secção: Paredes	18.685,99	18.392,71	293,28	0-3784962-000-001	Existem dois pagamentos do ano de 2010, que totalizam 933,78 €, registados no extrato bancário e não na Contabilidade do Partido. Existe ainda um cheque de 21/1/2011, no montante de 255,85 €, registado no extrato bancário e não na Contabilidade. Existem ainda 2 pagamentos do ano de 2010, que totalizam 554,35 €, que se encontram registados na Contabilidade e não no extrato bancário.
Secção: Penafiel	1.851,89	4.222,01	-2.370,12	7-3784597-000-001	Existem dois pagamentos que totalizam 24,00 €, que se encontram registados no extrato bancário e não se encontram registados na Contabilidade.
Secção: Porto	11.293,15	12.227,79	-934,64	2-3784238-000-001	Existem diversos cheques, anteriores a agosto de 2011, que totalizam 2.378,34 €, que se encontram registados no extrato bancário e não se encontram registados na Contabilidade do Partido. Existe uma diferença de conciliação registada na Contabilidade, no montante de 3.250,72 €, valor que não se encontra registado no extrato bancário.
Secção: Póvoa do Varzim	321,35	374,13	-52,78	4-3784979-000-001	Existe um cheque de 26/4/2010, no montante de 32,94 €, que se encontra registado no extrato bancário e não se encontra registado na Contabilidade. Existem também 3 cheques do ano de 2010, que totalizam o montante de 86,42 €, que se encontram registados na Contabilidade e não se encontram registados no extrato bancário.
Secção: Santo Tirso	812,13	2.539,10	-1.726,97	9-3784985-000-001	Existe um cheque de 20/8/2010, no montante de 190,00 €, no entanto esse cheque foi registado na Contabilidade pelo montante de 1.900,00 €, situação que ainda não foi retificada.
Secção: Valongo	5.243,83	5.033,83	210,00	8-3784350-000-001	Existe um cheque de 24/3/2010, no montante de 210,00 €, que se encontra registado no extrato bancário mas não se encontra registado na Contabilidade do Partido.
Secção: Vila Do Conde	3.741,29	4.588,17	-846,88	5-3784990-000-001	Existem 3 cheques anteriores a setembro de 2011, que totalizam 113,13 €, que se encontram registados no extrato bancário e não se encontram registados na Contabilidade. Existe na Contabilidade uma diferença de conciliação no montante de 700,65 €, que não se encontra no extrato bancário.

Secção: Vila Nova de Gaia	-5.263,19	5.690,93	-10.954,12	5-3788781-000-001	Existem cheques e depósitos anteriores a janeiro de 2011, que totalizam 2.159,70 €, que se encontram registados no banco e não na Contabilidade. Existem ainda cheques do ano de 2010, que totalizam 12.357,66 €, que se encontram registados na Contabilidade, mas que não estão registados no banco.
Secção: Trofa	4.562,93	4.674,40	-111,47	2-3784966-000-001	Existe um depósito efetuado pela EDO, no montante de 3,68 €, que não se encontra registado na Contabilidade; existe ainda um cheque de 15/7/2010, no montante de 114,90 €, que também ele não se encontra registado na Contabilidade. Existem diversos cheques, do ano de 2010, que totalizam 111,99 €, que estão registados na Contabilidade, mas não estão registados no banco.
Distrital Santarém (CPD)					
CPD Santarém	-2.131,43	21.098,88	-23.230,31	0-3781261-0001-001	Existem diversos cheques e depósitos anteriores a novembro de 2011, que totalizam 6.043,09 €, que se encontram registados no banco e não se encontram registados na Contabilidade do Partido, alertando-se para o facto de se tratar de conjunto numeroso de movimentos. Existem também diversos movimentos anteriores a fevereiro de 2011, que totalizam 7.636,48 €, que se encontram registados na Contabilidade, mas não se encontram registados no banco.
Secção: Benavente	972,48	1.612,01	-639,53	8-4269231-000-001	Existem movimentos dos anos de 2009 e 2010, que totalizam 222,72 €, que se encontram registados no banco e não se encontram registados na Contabilidade do Partido. Existem também diversos pagamentos do ano de 2010, que totalizam 416,82 €, que se encontram registados na Contabilidade e não se encontram registados no banco.
Secção: Cartaxo	8.904,37	10.374,90	-1.470,53	0-3784668-000-001	Existem diversos pagamentos do ano de 2010, que totalizam 22,64 €, que se encontram registados no banco e não se encontram registados na Contabilidade. Existem também diversas entradas e saídas dos anos de 2009 e 2010, que totalizam 1.493,17 €, que se encontram registadas na Contabilidade do Partido e não se encontram registados no banco.
Secção: Entroncamento	2.047,62	1.938,39	109,23	9-3781276-000-001	Existe um pagamento, de 31/12/2010, no montante de 180,00 € que não se encontra registado na Contabilidade. Existem diversos pagamentos do ano de 2010, que totalizam 70,77 €, que se encontram registados na Contabilidade do Partido, mas não se encontram registados no banco.
Secção: Ourém	4.954,79	5.762,93	-808,14	7-3781263-000-001	Existem dois depósitos referentes a vendas de livros, que totalizam 800 €, os quais não se encontram registados na Contabilidade.
Secção: Rio Maior	-3.441,75	2.211,62	-5.653,37	2-3781274-000-001	Existem diversos pagamentos, do ano de 2010, que totalizam 5.653,37 €, que se encontram registados na Contabilidade do Partido, mas não se encontram registados no banco.
Secção: Santarém	747,28	1.353,65	-606,37	4-3785596-000-001	Existem diversos pagamentos do ano de 2010, que totalizam 606,37 €, que se encontram registados na Contabilidade do Partido, mas não se encontram registados no banco.
Distrital Setúbal (CPD)					

Secção: Moita	1.639,29	915,44	723,85	0-3834467-000-001	Está registado na Contabilidade um depósito no ano de 2006, no montante de 723,85 €, que não se encontra registado no banco.
Secção: Setúbal	-186,48	531,07	-717,55	5-3794936-000-001	Existe um pagamento, do ano de 2009, no montante de 917,55 €, que se encontra registado na Contabilidade, mas não se encontra registado no banco. Existe também um depósito, do ano de 2009, no montante de 200,00 €, referente a subsídio extraordinário "CPN", que se encontra registado na Contabilidade do Partido, mas não se encontra registado no banco.
Distrital Viana do Castelo (CPD)					
Distrital Viana do Castelo	-5.105,68	3.561,23	-8.666,91	4-3797330-000-001	O saldo da Contabilidade passou a ser de 2.429,00 €, tendo sido alterado. Existem dois cheques, um de 2009, e outro de 2010, que totalizam 496,56 €, que estão registados no banco mas não se encontram registados na Contabilidade do Partido.
Secção: Arcos de Valdevez	8.926,42	4.788,75	4.137,67	0-3821041-000-001	Existem diversos pagamentos, ao longo do ano de 2011, que totalizam 4.137,67 €, os quais se encontram registados no banco, mas não se encontram registados na Contabilidade do Partido.
Secção: Melgaço	82,71	1.316,03	-1.233,32	2-3865563-000-001	Existem diversos recebimentos, do ano de 2011, que totalizam 1.340,00 €, que se encontram registados no banco mas não estão registados na Contabilidade do Partido. Existem também diversos pagamentos, que totalizam 2.663,32 €, que também eles se encontram registados no banco mas não se encontram registados na Contabilidade do Partido.
Secção: Monção	266,30	371,30	-105,00	3-4142409-0004-001	Existe um pagamento, do ano de 2010, no montante de 155,00 €, que se encontra registado no banco mas não se encontra registado na Contabilidade do Partido. Existe também um pagamento de um subsídio da "CPD" à "CPS", de 2010, no montante de 50,00 €, que se encontra registado na Contabilidade do Partido, mas não se encontra registado no banco.
Secção: Ponte da Barca	2.215,82	324,06	1.891,76	8-4120902-000-001	Existem diversos cheques ao longo do ano de 2011, que totalizam 3.100,00 €, que se encontram registados no banco, mas não se encontram registados na Contabilidade do Partido. Existem despesas bancárias ao longo do ano de 2011, que totalizam 28,00 €, que se encontram registadas no banco, mas não se encontram registadas na Contabilidade do Partido. Existem também depósitos ao longo do ano de 2011, que totalizam 1.167,56 €, que se encontram registados no banco, mas não se encontram registados na Contabilidade do Partido.
Secção: Ponte de Lima	6.143,40	878,07	5.265,33	6-3829370-000-001	Existem pagamentos ao longo do ano de 2011, que totalizam 5.265,33 €, que se encontram registados no banco, mas não se encontram registados na Contabilidade do Partido.
Secção: Valença	842,40	736,33	106,07	0-4267896-000-001	Existem pagamentos ao longo do ano de 2011, que totalizam 106,07 €, que se encontram registados no banco mas não se encontram registados na Contabilidade do Partido.

Secção: Viana do Castelo	8.158,61	176,58	7.982,03	8-3797373-000-001	Encontra-se registado no banco, em 19/12/2011, um depósito de 1.000,00 €, que não se encontra registado na Contabilidade do partido. Ao longo do ano de 2011, encontram-se também registados pagamentos, que totalizam 4.071,03 €, que estão registados no banco mas não se encontram registados na Contabilidade do Partido. Está registado no ano de 2009, na Contabilidade do Partido, um recebimento de subsídio extraordinário, no montante de 5.000,00 €; no entanto, este recebimento não se encontra registado no banco.
Distrital Vila Real (CPD)					
	1.261,33	973,23	288,10	1,12001...	Existe um pagamento de 30/9/2011, no montante de 288,10 €, que se encontra registado no banco, mas não se encontra registado na Contabilidade do Partido.
Secção: Valpaços	10.008,19	330,70	9.677,49	8-3788480.000.001	Existem dois cheques, um de fevereiro de 2011, e outro de julho de 2011, que totalizam 9.677,49 €, que se encontram registados no banco, mas não se encontram registados na Contabilidade do Partido.
Distrital Viseu (CPD)					
Secção: Lamego	1.441,44	2.642,56	-1.201,12	2-3979031.000.001	Existem diversos pagamentos, dos anos de 2008, 2010 e 2011, que totalizam 1.201,12 €, que se encontram registados na Contabilidade do Partido, mas não se encontram registados no banco.
Secção: Mortágua	-18,45	301,55	-320,00	2-3780271.000.001	Existe um cheque, emitido no ano de 2008, no montante de 120,00 €, que se encontra registado na Contabilidade do Partido, mas não está registado no banco.
Secção: Tondela	313,08	398,08	-85,00	8-3884030.000.001	Existem dois pagamentos, do ano de 2010, que totalizam 85,00 €, que se encontram registados na Contabilidade do Partido, mas não estão registados no banco.
Secção: Viseu	6.522,80	9.927,02	-3.404,22	1-3779842.000.001	Está registada na Contabilidade do Partido uma entrada em bancos, no montante de 475,20 €, referente a 3.ª "tranche" de quotas 2007, que não foram transferidas, não surgindo este movimento no extrato bancário.
Regional: Açores (Açores)					
Regional: Açores	8.290,20	10.784,79	8.290,20	9-8222118-000-001	Existem dois pagamentos, um do ano de 2009, e outro do ano de 2010, que totalizam 971,23 €, que se encontram registados na Contabilidade do Partido, mas não estão registados no banco. Existe ainda um pagamento, de 23/3/2010, no montante de 716,02 €, que se encontra registado no banco, mas que não está registado na Contabilidade do Partido.
JSD					
Secretariado Nacional	1.678,15	78,15	1.600,00	7-3807019.000.001	Existe um valor registado na Contabilidade do Partido, no montante de 1,600,00 €, referente a valor de 2007, a ser transferido pela Sede Nacional, no entanto este movimento não consta no extrato bancário.
TSD					
Beja	933,45	558,45	375,00	3,95841...	Existe um cheque de 17/2/2011, no montante de 375,00 €, que se encontra registado no banco mas não está registado na Contabilidade do Partido.
Bragança	1.240,92	775,92	465,00	53.799.571.000.001,00	Existem dois cheques, um de 23/2/2011, no montante de 315,00 €, e outro de 11/11/2011, no montante de 150,00 €, que

					estão registados no banco, mas não estão registados na Contabilidade do Partido.
Coimbra	1.058,30	24,70	1.033,60	4,09507...	Existem diversos cheques, ao longo do ano de 2011, que totalizam 1.033,60 €, que estão registados no banco, mas não estão registados na Contabilidade do Partido.
Faro	1.347,89		1.347,89	2-2096116-000-001	Existem dois cheques, um de 24/2/2011, no montante de 750,00 €, e outro de 1/7/2011, no montante de 137,50 €, que estão registados no banco, mas não estão registados na Contabilidade.
Guarda	786,92	487,52	299,40	53.845.772.000.001	Existem 3 cheques do ano de 2011, que totalizam 299,40 €, que se encontram registados no banco, mas não se encontram registados na Contabilidade.
Lisboa AM	1.195,39	925,39	270,00	53.824.386.000.001	Existem 3 cheques do ano de 2011, que totalizam 270,00 €, que se encontram registados no banco, mas não se encontram registados na Contabilidade.
Porto	3.547,46	3.382,47	164,99	43.811.002.000.001	Existem 4 cheques do ano de 2011, que totalizam 164,99 €, que se encontram registados no banco, mas não se encontram registados na Contabilidade.
Santarém	3.514,84	2.858,68	656,16	43.790.961.000.001	Existem 3 cheques do ano de 2011, que totalizam 656,16 €, que se encontram registados no banco, mas não se encontram registados na Contabilidade.
Setúbal	808,47	558,47	250,00	53.526.629.000.001	Existe 1 cheque, de 11/4/2011, no montante de 250,00 €, que se encontra registado no banco, mas não se encontra registado na Contabilidade.
Viana do Castelo	2.406,99	1.760,17	646,82		Existe uma diferença de saldos entre os períodos dos extratos, no montante de 646,82 €
Vila Real	2.175,10	0,10	2.175,00	23.820.316.000.001	Existem 4 cheques do ano de 2011, que totalizam 2.175,00 €, que se encontram registados no banco, mas não se encontram registados na Contabilidade.

Com base nas observações apresentadas no quadro anterior pode verificar-se a existência de diversas irregularidades, de que se destacam:

- Receitas registadas pelo banco, mas não contabilizadas pelo Partido, de que são exemplo a quantia de 11.279,87 € de entradas com o descritivo “Depósito em numerário - senhas de presença”, assim como 905,76 € com o descritivo “Depósito em numerário Donativo-Senhas”, em aberto na conciliação bancária da secção de Braga;
- Diferenças de conciliação não explicadas, transitadas de anos anteriores, de que são exemplo os casos das contas bancárias das secções de Amares (986,48 €), Barcelos (3.594,98 € e 2.221,04 €), Braga (5.705,98 €), Cabeceiras de Basto (1.683,06 €), Vieira do Minho (4.714,51 €), Famalicão (62.917,18 €), entre muitas outras. Esta circunstância demonstra que, em anos anteriores, não terão sido elaboradas corretamente as conciliações

bancárias, pelo que poderá existir um elevado número de movimentos bancários de anos anteriores que não teve registo contabilístico.

- Movimentos bancários confirmadamente não registados na Contabilidade do Partido, de que são exemplo a diferença em aberto na secção da CPD de Leiria, correspondente a 36.635,45 € de entradas em 2010, só registadas pelo banco (das quais 26.235,45 € de transferências do Partido para as Autárquicas 2009) e 19.621,34 € de saídas só registadas pelo banco, das quais apenas 5.318 € são de 2011. Esta situação permite concluir que os saldos de terceiros não deverão estar corretos, embora não se possa identificar quais são esses saldos.
- Pagamentos de gastos registados no banco, mas não contabilizados pelo Partido, como é o caso de diversas despesas bancárias e pagamentos a fornecedores de serviços de eletricidade, água ou telecomunicações, nas secções de Barcelos (59,3 €), Cabeceiras de Basto (82,80 €), Vila Verde (41,06 €), Beja (28 €), CPD Portalegre (51,29 €) entre muitos outros.
- A Contabilidade registou receitas que não tiveram correspondência em fluxos financeiros: é o caso, por exemplo, da secção de Fafe, em que a diferença entre o saldo contabilístico e o bancário resulta essencialmente de cerca de 25.000 € de entradas referentes a quotas e subsídios extraordinários do PSD, de 2010, registados pelo Partido, mas que não foram registados pelo banco.

Face ao exposto, conclui-se que o Partido não deu cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 12.º e ao n.º 2 do artigo 12.º da L 19/2003.

Parece ainda verificar-se, das situações acima descritas, que haverá donativos em numerário, pagos ao PSD sem respeito pelo art. 3.º, n.º 3 da L 19/2003 e/ou pagas por entidades coletivas públicas, diretamente ao PSD, o que também configura uma ilegalidade.

Solicita-se ao PSD que esclareça as situações descritas, que aparentam gravidade.

13. Incerteza Quanto à Correspondência a Efetivas Disponibilidades do Saldo de Caixa da Estrutura da Madeira.

A conta Caixa apresenta (na subconta “Outros – Estruturas”) um valor muito elevado, ascendendo a um montante global de 247.417 euros, relativo às diversas Estruturas do Partido.

Destaca-se particularmente o saldo de Caixa da “CPR Madeira” que, em 31/12/2011, era de 167.782 euros, sendo o saldo mais elevado o registado numa subconta daquela Estrutura designada “Caixa – Direção Administrativa”, com 83.282 euros (83.500 euros em 2010) no que parecem ser “Fundos Fixos de Caixa” de um total de 54 secções: 44 no valor unitário de 1.500 euros, e 10 no valor unitário de 1.750 euros.

Não foi possível validar a correspondência entre o saldo de Caixa evidenciado a 31 de dezembro de 2011 e as efetivas disponibilidades nessa data.

Solicita-se a eventual contestação.

14. Integração nas Contas do Partido de Subvenções Regionais dos Açores e da Madeira. Inconstitucionalidade e Ilegalidade.

Como descrito no Ponto 8.1 da Secção B deste Relatório, o PSD inscreveu como receita do Partido a subvenção atribuída ao Grupo Parlamentar da Assembleia Legislativa Regional da Madeira, 2.932.295 euros, assim como a subvenção de assessoria aos deputados, 314.849 euros, portanto no total de 3.247.144 euros (total de 3.244.963 euros em 2010).

Acrescem 252.000 euros de subvenções atribuídas pela Assembleia Regional dos Açores ao Grupo Parlamentar da ALRAA.

A ECFP solicita ao PSD que esclareça a que título recebeu estas subvenções, isto é, qual o seu fundamento legal e qual o respetivo suporte documental que contém o cálculo da referida subvenção.

Com efeito, a L 55/2010 não criou nenhuma subvenção regional, tendo-se limitado a atribuir competência ao Tribunal Constitucional, mas não à ECFP, para fiscalizar subvenções públicas auferidas por grupos parlamentares nas

assembleias legislativas das regiões autónomas (artigo 8.º, n.º 5, da L 19/2003) e prevendo a inclusão dessas subvenções nas estruturas regionais dos partidos (artigo 12.º, n.º 9, da L 19/2003).

É pois duvidosa, face à jurisprudência do Tribunal Constitucional na matéria (ver por último Acórdão n.º 394/2011, Ponto 6.1.9.) que a subvenção como receita do partido possa ser considerada constitucional e que igualmente a atribuição de competência ao Tribunal seja constitucional, verificando-se vícios de inconstitucionalidade material, orgânica e formal.

A ECFP solicita ao PSD uma eventual contestação.

15. Incerteza Quanto à Legalidade do Perdão de Dívida ao Instituto Francisco Sá Carneiro.

O PSD registou em Outros gastos e perdas, 27.895 euros relativos a perdão de dívida ao Instituto Francisco Sá Carneiro.

A ECFP tem dúvidas sobre se este perdão de dívida não significará uma forma de financiamento do Instituto Francisco Sá Carneiro, que, tendo personalidade jurídica distinta da do Partido, coloca em causa a legalidade desse procedimento.

Com efeito, a ECFP entende que, atendendo ao princípio da especialidade e a legislação relativa ao financiamento partidário, não cabe aos Partidos políticos financiar entidades terceiras.

A ECFP solicita ao Partido que esclareça esta questão.

D. Conclusões

Com base no trabalho efetuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, a ECFP considera que, dada a materialidade e relevância das situações referidas nos Pontos 6, 7, 8, 9, 12 e 14 da Secção C, e também sujeito aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações de âmbito apresentadas nos Pontos 1, 2, 5, 13 e 15 da Secção C, e outras situações de

incumprimento referidas nos Pontos 3, 4, 10 e 11 da secção C, as Demonstrações Financeiras apresentadas pelo **PPD/PSD** não refletem de forma verdadeira e apropriada a situação financeira do **Partido Social Democrata** em 31 de dezembro de 2011, nem os resultados apurados no ano de 2011.

É impossível à ECFP, na ausência de elementos e de esclarecimentos adicionais, quantificar o impacto das limitações de âmbito descritas na Secção C, quer quanto aos rendimentos quer quanto aos gastos. O esclarecimento destas limitações de âmbito poderá determinar correções significativas aos valores dos gastos e rendimentos declarados pelo PSD nas suas Contas anuais de 2011 e no Capital Próprio em 31 de dezembro de 2011.

E. Ênfase

Sem afetar a conclusão expressa na Secção anterior, chama-se a atenção para a situação seguinte:

O Balanço da Comissão Política Distrital da Madeira, reportado a 31 de dezembro de 2011, continua a revelar uma difícil situação financeira, ascendendo a cerca de 6 milhões de euros (4,7 milhões de euros em 2010) as dívidas acumuladas a fornecedores diversos e a instituições financeiras, sendo o Capital Próprio negativo em 4,7 milhões de euros (3,2 milhões de euros em 2010).

O trabalho de auditoria foi concluído a 29 de julho de 2013.

Lisboa, 19 de setembro de 2013

Entidade das Contas e Financiamentos Políticos

Margarida Salema d' Oliveira Martins (Presidente)

José Gamito Carrilho (Vogal)

Leonel Manuel Dias Vicente (Vogal, Revisor Oficial de Contas)